UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

EDUARDO PIMENTEL PIZARRO

INTERSTÍCIOS E INTERFACES URBANOS

COMO OPORTUNIDADES LATENTES:
o caso da Favela de Paraísoópolis, São Paulo

SÃO PAULO
2014

DIREÇÃO DOS VENTOS
PREDOMINANTES

WIND DIRECTION

TAMANHO ORIGINAL 55x130 cm

Figura 1 - Favela: tecido urbano. Vista aérea da Favela de Paraisópolis.

Fonte: Google Earth.

Figura 2 - Favela: textura urbana. Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2012

Figura 3 - Favela: população. Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2013.

FAVELA

Figura 4 - Consolidação: coexistência Paraisópolis + Morumbi.

Fonte: Arquivo do autor, 2013.

Figura 5 - Consolidação: interdependência Favela de Paraisópolis + Morumbi.

Fonte: Tuca Vieira, 2007.

Figura 6 - Consolidação: fachadas e materiais construtivos. Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Figura 7 - Consolidação: permanência por gerações. Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

**COMO
REALIDADE
CONSOLIDADA,**

Figura 8 - Interstícios e interfaces urbanos: a Rua. Rua Melchior Giola, Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 9 - Interstícios e interfaces urbanos: a Viela. Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 10 - Interstícios e interfaces: oportunidades urbanas. Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Figura 11 - Interstícios e interfaces: oportunidades urbanas. Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

**OS INTERSTÍCIOS E
INTERFACES URBANOS
COMO
OPORTUNIDADES
LATENTES.**

INTERSTÍCIOS E INTERFACES URBANOS

**COMO OPORTUNIDADES LATENTES:
o caso da Favela de Paraisópolis, São Paulo**

EDUARDO PIMENTEL PIZARRO

**Interstícios e interfaces urbanos como
oportunidades latentes: o caso da Favela de
Paraisópolis, São Paulo**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração:
Tecnologia da Arquitetura
Linha de Conforto Ambiental

Orientadora: Profa. Dra.
Joana Carla Soares Gonçalves

**São Paulo
2014**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DO AUTOR: eduardo.pizarro@usp.br

PIZARRO, E. P. Interstícios e interfaces urbanos como oportunidades latentes: o caso da Favela de Paraisópolis, São Paulo. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

P695i

Pizarro, Eduardo Pimentel
Interstícios e interfaces urbanos como oportunidades latentes: o caso da Favela de Paraisópolis, São Paulo / Eduardo Pimentel Pizarro. -- São Paulo, 2014.
370 p. : 255 il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura) – FAUUSP.
Orientadora: Joana Carla Soares Gonçalves

1.Favelas – São Paulo (SP) 2.Espaço público 3.Espaço urbano 4.Conforto ambiental 5.Urbanização 6.Interstícios urbanos 7.Processo participativo 8.Requalificação urbana 9.Favela de Paraisópolis – São Paulo (SP) I.Título

CDU 711.585(816.11)

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro e técnico, através de Bolsa de Mestrado regular no Brasil e Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior, usufruída na *Architectural Association School of Architecture* (AA), Londres, ao longo de seis meses.

A minha orientadora, Profa. Dra Joana Carla Soares Gonçalves, pela amizade, pelo apoio e por me descortinar novos horizontes.

A Joana Gonçalves, Jorge Fiori e Klaus Bode, pelo período na AA.

À Comunidade de Paraisópolis, representada pelo Presidente da União de Moradores, Gilson Rodrigues, além de Joildo Santos, Juliana Gonçalves, Juliana Oliveira, Mara Campos e Higo.

Ao CEU-Paraisópolis, representado pela Coordenadora Pedagógica Ana Cristina de Almeida e pelo Professor Leandro Targino dos Santos, além dos alunos do 4º Ano B, pela participação nas oficinas participativas da pesquisa, que culminaram na exposição Cidade Viva | Cidade Sonhada.

À Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, à Tenda Cultural Ortega y Gasset da USP, à Fundação Roberto Marinho e aos convidados, Antônio Cláudio Moreira, Catharina Pinheiro, Gilson Rodrigues, Joana Gonçalves, Marcos Boldarini, Marcos Rosa, Maria Teresa Diniz, Maria Teresa Fedeli, Milton Braga, Patricia Samora, Roberta Kronka e Vagner de Alencar, por fazerem parte da exposição Cidade Viva | Cidade Sonhada.

A Carlos Leite, Elisabete França, Gilson Rodrigues, Haas e Hahn, Jorge Jauregui, Klaus Bode, Maria Ruth Sampaio, Maria Teresa Fedeli, Milton Braga, Rainer Hehl, Richard Burdett, Rosa Schiano-Phan, Sameh Wahba, Simon Smithson, Suzana Pasternak, Vagner de Alencar e Víctor Oddó, pelas contribuições com a pesquisa.

Aos funcionários da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Aos amigos e aos colegas da FAUUSP, Labaut e AA.

A minha família, meu especial agradecimento pelo que sou hoje.

**À comunidade de Paraisópolis.
A minha mãe, Maria de Lourdes, a meu pai, Miguel, e a
minha irmã, Patrícia.**

DE FORMAL,
E OS PRINCÍPIOS E
ADOS. NÃO EXISTE,
S E USOS - SEM UM ESPAÇO

INFORMAL

ENQUANTO NA FAVELA
NÃO É TÃO PENTE O SENTIDO
DO BARRIÃO COMPLETO. EU
POSSO PARTIR DE OUTRA COIS
AMANHÃ LAJE. POSSO VENDER
A OUTRA METADE.]
POSSO VENDER A LAJE SÓ COMO
LOTE E CONSTRUIR O QUE QUISER
UM PÚBLICO O TAMBÉM OU QUANTO
MAIS É DIFERENTE DO CASO

UMA A TERRA NÃO É DELA, É UMA
DE-SE PLANEJAM UMA
NEGOCIAÇÃO,
apoiada em cada ponto p/
PÚBLICO
NÃO RECONHECE
EXPERIMENTAR A APROPRIAÇÃO.

AS PESSOAS DA FAVELA NÃO CHAMAM OS BARRIÃO DE 4/PAU
COM 4 MONADONES DIFERENTES DE ~~PRÉDIO~~, SÃO CADA UM UMA
CASA, MESMO QUE SE ASSIMELHEM A APARTAMENTOS DE
PRÉDIO EM SEU LAYOUT E CONFIGURAÇÃO DE SOBRE POSIÇÃO

- A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL é pensada.
- INDIVIDUALIZADO
 - MASSA/INTERFACE
 - ACESSO PÚBLICO INDEPENDENTE
 - USO COMUM MORENADO
 - CLASSIFICADO
 - ISOLADO
 - COMEDOR INFERIOR DE PORTAS.
 - MUITAS FAMÍLIAS COMPARTILHANDO

[SOCIAL VALUE]

• O **POTENCIAL** é ter como um de formação
a (QUADRA) + LAJE não LOTE, MESMO QUE NA CIDADE
FORMAL POSSA PENSAR NO DESMEMBRAMENTO DA LAJE,
O RECONHECIMENTO É COMO EDIFÍCIO COMO UM TODO,
ISOLADO NO MEIO DE UM LOTE.

RESUMO DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO

E, de qualquer forma, como o proprietário na FAVELA
não se reconhece legitimado, o mais fácil intervir de dentro
fora, e agregar quintais, jardins.

ALÉM DISSO, A LAJE NÃO É UM APARTAMENTO,

LAJE = LOTE

PARTINDO DA PREMISSA

FORMAL + INFORMAL

FORMAL = INFORMAL

POR QUE NÃO PENSAR QUE A INTERVENÇÃO EM
UM ESPAÇO COM TANTAS POTENCIALIDADES (CIDADE
INFORMAL) POSSA SERVIR DE MODELO PARA A CIDADE
FORMAL?

DISCUTIR A CIDADE INFORMAL É TAMBÉM DISCUTIR A CIDADE FORMAL

INTERSTÍCIO + INTERFACE

PENSANDO A LONGO PRAZO, E
DE PARAISSÓPOLIS, POR QUE NÃO
ESTRUTURA POR ELIXOS EXCLUSIVOS E
TRANSPORTE PÚBLICO LEVE?
O TRAFEGO CALMAIS NÃO VAI
AO MANTER CAMINHO E AUMENTAR CA
UM CAMINHO TAMBÉM É COMPARICIONA
NÃO EXISTE UMA SOLUÇÃO

POSSIBILIDADES:

↑ PEDESTRE
↑ BOP. PÚBLICO
↑ RECONPACIÇÃO

↑ PEDESTRE
↑ ESP. PÚBLICO
SUA/CAR

MESMO NÍVEL + BARRA RESISTÍVEL DE 150 CM

ABERTO DIA
FECHEADO DIA
STANDARD
para pessoas novas para FELMAN
AUTOMATICA

RESUMO

As favelas constituem uma realidade consolidada na cidade de São Paulo. Apesar de carências infraestruturais, os interstícios urbanos de favela configuram potencialidades para promoção de vida urbana, coesão comunitária, mobilidade, lazer, geração de renda e conforto ambiental urbano e edílico. Isto posto, como fazer valer as oportunidades urbanas latentes dos interstícios e interfaces de favela? O objetivo é caracterizar e experimentar a requalificação ambiental, urbana e social do objeto de pesquisa, os interstícios e interfaces urbanos da Favela de Paraisópolis, a segunda maior de São Paulo. O Método é fundamentalmente empírico, com avaliação da situação existente, a partir de critérios pré-estabelecidos, seguida pela proposição de alternativas e estratégias para a apropriação dos interstícios e interfaces urbanos de favela, como efetivos espaços de convivência e vida urbanos. O desenho é ferramenta fundamental de investigação. A sobreposição de estratégias ambientais, urbanas e sociais, envolvendo diferentes escalas e agentes, com foco na reativação de espaços intersticiais e permeabilização do ambiente construído conduz à requalificação da favela, como organismo urbano a inspirar a reconstrução da própria cidade dita formal.

PALAVRAS-CHAVE: favelas, Favela de Paraisópolis, interstícios urbanos, espaço público, espaço urbano, conforto ambiental, processo participativo, urbanização, requalificação urbana.

Figura 12 - Prancha do processo de investigação.

Fonte: Elaborada pelo autor.

ABSTRACT

Urban interstices and interfaces as latent opportunities: the case of the Paraisópolis Favela, Sao Paulo

The favelas constitute a consolidated reality in the city of Sao Paulo. Despite the infrastructural lacks, the favela's urban interstices configure potentialities for promoting urban life, community cohesion, mobility, leisure, income generation, and environmental comfort, in urban and building scales. Thus, how to enforce the latent urban opportunities of the favelas' urban interstices and interfaces? The objective is characterizing and experiencing the environmental, urban and social requalification of the research object, the urban interstices and interfaces of the Paraisópolis Favela, the second biggest one in Sao Paulo. The Method is fundamentally empiric, starting with the existing situation evaluation, from pre-established criteria, followed by the proposal of alternatives and strategies for the appropriation of the favela's urban interstices and interfaces as effective living spaces for urban life. Drawing is a fundamental investigation tool. The overlap of environmental, urban and social strategies, involving different scales and stakeholders, focusing in the reactivation of interstitial spaces and the permeabilization of the built environment leads to the favela's enhancement, as an urban organism to inspire the reconstruction of the formal city.

KEYWORDS: favela, Paraisópolis Favela, urban interstices, public space, urban space, environmental comfort, participatory process, urbanization, urban requalification.

SUMÁRIO

- 1. ESTRUTURA.....31
 - 1.1 OBJETO.....32
 - 1.2 PROBLEMA + QUESTÃO.....34
 - 1.3 OBJETIVOS.....36
 - 1.4 MÉTODO.....38
- 2. CONCEITOS.....41
 - 2.1 INTERSTÍCIOS URBANOS.....42
 - 2.1.1 O QUE PENSAR DOS INTERSTÍCIOS URBANOS DE FAVELA?...47
 - 2.2 INTERFACES URBANAS.....52
 - 2.3 FAVELA.....54
 - 2.3.1 FAVELA EM UMA PALAVRA?.....54
 - 2.3.2 PARA O MORADOR, É CORRETO DIZER “FAVELA”?.....60
 - 2.3.3 DEMAIS DEFINIÇÕES.....62
 - 2.3.4 A FAVELA BRASILEIRA.....64
- 3. PRECEDENTES.....70
 - 3.1 DISSERTAÇÕES.....71
 - 3.2 TESE.....80
 - 3.3 LIVROS.....83
 - 3.4 PROJETOS DE INTERVENÇÃO.....88

- 4. RECORTE.....97
 - 4.1 CONTEXTO E JUSTIFICATIVA.....98
 - 4.2 APROXIMAÇÃO À REALIDADE.....104
 - 4.3 INSERÇÃO.....106
 - 4.3.1 LOCALIZAÇÃO.....106
 - 4.3.2 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO.....111
 - 4.3.3 CLIMA.....123
 - 4.4 POPULAÇÃO.....127
 - 4.4.1 RELATO DE UM MORADOR.....127
 - 4.4.2 POPULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA.....129
 - 4.4.3 O PAPEL DAS LIDERANÇAS.....138
 - 4.4.4 ESTUDOS DE CASO.....142
 - 4.5 MATRIZ URBANA.....149
 - 4.5.1 MASSA CONSTRUÍDA.....150
 - 4.5.2 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS.....159
 - 4.5.3 PARAISÓPOLIS EM OBRAS.....165
 - 4.5.4 MERCADO IMOBILIÁRIO.....177
- 5. LEITURA.....181
 - 5.1 ESCALA URBANA.....183
 - 5.1.1 A COMUNIDADE E O SEU MEIO URBANO.....193
 - 5.1.1.1 FORMAL + INFORMAL, HABITAÇÃO + CIDADE.....203
 - 5.1.1.2 PROCESSOS PARTICIPATIVOS.....209
 - 5.1.1.3 URBANISMO + CRIANÇAS.....212
 - 5.1.1.4 CONSIDERAÇÕES.....213
 - 5.1.2 INTERSTÍCIOS URBANOS DE PARAISÓPOLIS.....215
 - 5.1.3 TRABALHO DE CAMPO.....225
 - 5.1.4 TRABALHO ANALÍTICO.....243

5.2 ESCALA EDILÍCIA.....	247
5.2.1 TRABALHO DE CAMPO.....	247
5.2.2 TRABALHO ANALÍTICO.....	255
6. REFLEXÕES+EXPERIMENTAÇÕES+PROPOSIÇÕES..	267
6.1 “URBANIZAÇÃO” DE FAVELA?.....	268
6.2 REQUALIFICAÇÃO DE FAVELA.....	270
6.3 O QUE É ESSENCIAL PARA PROJETOS EM FAVELA?.....	271
6.4 INFRAESTRUTURA NA FAVELA.....	277
6.5 CONSTRUIR O VAZIO.....	283
6.6 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DE FAVELA.....	285
6.7 FAVELA COMO “SONHO DE CONSUMO”?.....	289
6.8 FORMAL COMO MODELO PARA INFORMAL?.....	292
6.9 O PROBLEMA DAS FAVELAS.....	295
6.10 FORMAL X INFORMAL: REFLEXÕES.....	296
6.11 FORMAL X INFORMAL: POTENCIALIDADES.....	302
6.12 ESTRATÉGIAS.....	307
7. CONCLUSÃO.....	357
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	365

1. ESTRUTURA

1.1 OBJETO

O objeto de estudo são os interstícios e interfaces urbanos da Favela de Paraisópolis (Figura 14).

Figura 14 - Interstícios urbanos da Favela de Paraisópolis (modelo digital).

Fonte: Elaborada pelo autor.

1.2 PROBLEMA + QUESTÃO

As favelas constituem, no cenário urbano paulistano, uma realidade consolidada que a Academia, a Sociedade, a Comunidade, o Poder Público e os Profissionais Urbanos devem, de forma conjunta, encarar, por meio de diálogo, pesquisa, experimentação, proposição e intervenção, tanto por seus conflitos e carências, quanto por suas potencialidades latentes.

Os interstícios urbanos de favela, assim como no restante da cidade, configuram uma série de oportunidades para a promoção de vida urbana, coesão comunitária, mobilidade, lazer, geração de renda e conforto ambiental urbano e edílico.

Isto posto, como fazer valer as oportunidades urbanas latentes dos interstícios e interfaces de favela? Como melhorar a qualidade de uso e apropriação destes espaços intersticiais, transformando-os em efetivas infraestruturas ambientais, urbanas e sociais?

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é investigar os interstícios urbanos de favela, em suas carências e potenciais, aproximando-se efetivamente desta realidade e contribuindo, portanto, mesmo que em pequena escala, com sua requalificação.

O objetivo específico é avaliar, sob a luz de critérios pré-estabelecidos, os interstícios e interfaces urbanos da Favela de Paraisópolis, em São Paulo, sejam eles espaços públicos ou privados, abertos ou fechados, ruas, vielas, becos, escadarias, quintais ou lajes, de modo a possibilitar sua experimentação e proposição, em busca de uma melhor qualidade ambiental, urbana e social. O objetivo final da pesquisa, portanto, é o exercício especulativo e propositivo, como forma de avaliação e reflexão da realidade da cidade dita informal.

1.4 MÉTODO

O Método de pesquisa é fundamentalmente empírico, com avaliação da situação existente, a partir de critérios pré-estabelecidos, seguida de etapas de experimentação e proposição de diretrizes e alternativas para a apropriação dos interstícios e interfaces urbanos de favela como efetivos espaços de convivência e vida urbanos.

A pesquisa constitui um caso de *Design Research*, estruturada, portanto, pelo desenho e pela proposição projetual em si como efetivas ferramentas de investigação, começando-se pela tipificação, caracterização e avaliação do objeto de pesquisa, em suas diferentes inserções e escalas, passando-se pela leitura de referências de projeto e, concomitantemente, à experimentação e proposição que constituem, por fim, as diretrizes, generalizações e conclusões da pesquisa.

O Método é estruturado por um tripé, ilustrado na Figura 15, composto pelas esferas Ambiental (ERELL; PEARLMUTTER; WILLIAMSON, 2011), Urbana e Social, todas elas voltadas diretamente à população e ao meio onde vive, a cidade.

Figura 15 - Tripé Metodológico.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Especificamente, a pesquisa é composta por etapas de Revisão Bibliográfica, Trabalho de Campo, Estudos Analíticos, Estudos Propositivos e, por fim, Conclusões.

A Revisão Bibliográfica permeia a temática da informalidade, além da caracterização do recorte da pesquisa, a Favela de Paraisópolis, em São Paulo, e de precedentes metodológicos, teóricos e práticos nacionais e internacionais. A dissertação busca também construir, empírica e despretensiosamente, novos panoramas acerca das compreensões da cidade informal, através de entrevistas, relatos e debates envolvendo diferentes agentes.

O Trabalho de Campo é composto por medições ambientais internas e externas, cortes e desenhos de observação e entrevistas, ao longo de percursos pré-determinados.

As medições de variáveis ambientais são realizadas com termo-higrômetro, termômetro de globo, câmera termovisora, câmera olho de peixe, anemômetro e decibelímetro, aferindo temperaturas, umidade, velocidade do vento e ruídos, com o objetivo de caracterizar o desempenho do ambiente urbano da favela.

O desenho, além de registro dimensional da situação existente, serve à compreensão das dinâmicas locais, sua vida cotidiana, suas práticas adaptativas, sua cor, seu cheiro, seu som. E, quando lidos em forma de visão seriada permitem a compreensão do sistema urbano como um todo (CULLEN, 1961; NEW YORK CITY DEPARTAMENTOS OF CITY PLANNING, 2013; PRINZ, 1980).

São feitas entrevistas, conversas informais e oficinas participativas com a população local, buscando entender suas necessidades e anseios (SANDERS; STAPPERS, 2013; HICKS; DURAN; WALLERSTEIN, 2012)

Os Estudos Analíticos de desempenho ambiental são executados com auxílio de ferramentas computacionais simples como Ecotect¹, Winair e Arquitrop², para verificação de sombreamento e acesso ao sol, ventilação urbana e simulação anual diária das temperaturas internas, respectivamente. Tais ferramentas podem ser facilmente operadas por moradores da favela, uma vez instruídos.

Os Estudos Propositivos têm como referência as investigações de modelos volumétricos e as respostas especulativas e projetuais dos programas de pós-graduação *Housing and Urbanism* e *Sustainable Environmental Design* da *Architectural Association Graduate School* (AA, Londres), nos quais foi desenvolvido estágio de pesquisa durante seis meses, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Com a aplicação de critérios ambientais, urbanos e sociais, as alternativas propostas são tipificadas e generalizadas, constituindo diretrizes de requalificação, resignificação e reativação de interstícios urbanos de favela que conduzem, por fim, às Conclusões da pesquisa.

Em suma, o Método construído resulta da sobreposição de diferentes esferas do conhecimento, diferentes perspectivas envolvidas, diferentes escalas e diferentes ferramentas, das mais simples, como softwares em sistema operacional MS-DOS, às mais complexas, como a impressão 3D, cada qual com suas especificidades, cada qual com suas contribuições.

¹ <http://usa.autodesk.com/ecotect-analysis/>

² Desenvolvido por Maurício Roriz, da Universidade Federal de São Carlos. LABORATÓRIO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFICAÇÕES. Arquitrop. Disponível em: <<http://www.labee.ufsc.br/antigo/software/arquitrop.html>>. Acesso em: jan. 2014.

2. CONCEITOS

Figura 16 - Interstícios? Foto de árvore no Hyde Park, Londres.

Fonte: Arquivo do autor, 2013.

Figura 17 - Interstício? Folha de árvore.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 18 - Interstícios da Favela de Paraisópolis (em planta).

Fonte: Elaborada pelo autor.

2.1 INTERSTÍCIOS URBANOS

Interstícios urbanos³ são definidos como o conjunto dos espaços abertos da cidade, isto é, todos os “vazios”⁴, delimitados e conformados por interfaces verticais e/ou horizontais, restando sempre, todavia, uma interface livre, de contato com o meio exterior. Podem ser públicos, semi-públicos ou privados. Tipificando e exemplificando, os interstícios são: os espaços convencionalmente classificados como livres (espaços públicos e semi-públicos como parques, praças, largos e terreos livres); os espaços que, apesar de livres em sua essência, não são vistos e apropriados como tal nas cidades brasileiras, por não caracterizarem espaços de convivência urbana (espaços públicos e semi-públicos como ruas, calçadas, galerias, miolos de quadra); e os espaços abertos que não são livres, mas sim privados (jardins de casas e condomínios, quintais, varandas, terraços, coberturas).

Os interstícios urbanos configuram, portanto, uma rede que permeia todo o ambiente construído (Figura 18) e nessa característica intrínseca, articuladora e interfacial, é que residem os potenciais de sua valorização e reativação infraestrutural (GUERREIRO, 2008; SILVA, 2013; PINTO, 2004).

³ O termo “interstícios urbanos” passou a ser utilizado na dissertação conforme orientação de Jorge Fiori, Coordenador do Programa *Housing and Urbanism* e da Pós-Graduação da *Architectural Association*.

⁴ Termo “vazio” em contraposição a “cheio”, “construído”, “edificado”, ocupado fisicamente por elementos que não sejam vegetação e equipamentos urbanos.

2.1.1 O QUE PENSAR DOS INTERSTÍCIOS URBANOS DE FAVELA?

Este item é desenvolvido a partir do entrelaçamento de opiniões e posicionamentos de diferentes agentes envolvidos com a problemática das favelas, transcritos de conversas realizadas para a dissertação, ao longo de 2013 e 2014, em São Paulo e Londres.

Elisabete França, Superintendente de Habitação Popular da Secretaria de Habitação da Cidade de São Paulo, de 2005 a 2012, considera os interstícios de favela como espaços públicos desejáveis, espaços que precisam ser, contudo, urbanizados, visto que algumas vielas, por exemplo, são impenetráveis, mas configuram um complexo urbano muito interessante.

França destaca a importância de interstícios acima da cota zero urbana: as lajes, embora, como aponta Pedro Sales, a legislação dificulte o uso das coberturas dos edifícios para fins coletivos.

“A cultura da laje é uma cultura de favela.”

“Assim como o arquiteto Marcos Boldarini fez no projeto de urbanização da Nova Jaguaré, deveríamos ter o uso coletivo das lajes nos predinhos de Paraisópolis também. Não temos porque não tínhamos avançado nas diretrizes de projeto. Além disso, quando entrei na Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (Sehab), em 2005, os projetos eram pensados de acordo com tipologias pré-determinadas. A partir de então, começou o processo em busca da urbanização, com contratação de arquitetos. Se fosse pensar hoje, deveríamos mudar o programa dos predinhos, pensar na laje com uso comunitário, em lavanderias coletivas e em espaços comuns de estudo, que chegamos a fazer no Corruínas (é impossível estudar em um apartamento de dois quartos, com televisão, pai e mãe discutindo, e coisas do gênero). Também há outras alternativas

Figura 19 - Interstícios urbanos. Perspectivas realizadas ao caminhar pela favela.

Fonte: Elaborada pelo autor, trabalho de campo.

para os espaços abertos, por exemplo, calçadas com guia e sarjeta são desnecessárias em uma viela estreita. Mas enfim, o processo foi iniciado [...] O triste é que agora ninguém mais gosta de urbanização [...]”

Para Maria Teresa Fedeli, da Sehab, os interstícios urbanos de favela são carentes em mobilidade, acesso a sol e ventilação, na escala intra-quadra. Como Poder Público, “nosso próximo passo é chamar as agentes de saúde e conduzir um levantamento da ocorrência física de doenças relacionadas às condições de ventilação, insolação e etc, porque no que diz respeito a saneamento, excetuando-se as áreas irregulares e de risco, todo o restante já foi atendido. A partir deste estudo, seriam determinadas áreas de remoção, criando clareiras para melhoria da insolação e ventilação urbanas. Acho interessante, também, a promoção de usos comerciais nas vielas.”

Maria Teresa ilustra a problemática da apropriação de espaços públicos em favela, de uma forma geral, pelo caso de uma escada metálica, descolada do solo, implementada durante o processo de urbanização do Grotinho, em Paraisópolis. Algum tempo depois, as partes inferior e laterais da escadaria foram ocupadas por barracos de madeira, configurando invasão de áreas de risco desocupadas e destinadas à cobertura vegetal e usos coletivos.

Fedeli questiona: “O que podemos fazer frente a essa realidade? Bem, precisamos de uma fiscalização mais efetiva. Tudo é resultado do projeto, da compreensão da capacidade criativa da comunidade, de Zeladoria, Fiscalização e Segurança Pública. Não tem como garantir algo para sempre. O melhor é aprender com os erros e tentar buscar o equilíbrio junto a ações de zeladoria e fiscalização.”

No que diz respeito ao impasse da apropriação e cercamento de áreas públicas e coletivas em territórios informais, Elisabete França defende que se trata de uma questão de cultura, cultura da violência brasileira. Segundo França, o arquiteto Hector Vigliecca não fecha os conjuntos habitacionais dele, mas na primeira reunião de condomínio é criado um fundo de caixa para grades. “O cara, quando muda para o apartamento, vira classe média alta, e então se fecha, porque começa a achar a favela violenta.”

França ainda aponta a reforma em um Conjunto Habitacional Cingapura, localizado na Marginal, projeto do escritório Andrade & Morettin. Após a retirada dos barracos que invadiram a área, a primeira solicitação dos moradores dos prédios foi uma grade, para controlar acesso de pessoas e proteger os carros. Em reunião para discutir o pedido, o arquiteto, contra a colocação de gradis, foi interpolado por uma moradora: “O senhor mora em prédio?” e ele: “Sim.” Ela: “Tem grade e portão eletrônico no seu prédio?” e ele: “Sim.” Por fim, ela: “E por que eu não posso ter?”

Ainda assim, Bete França destaca que, na realidade, mesmo com as grades, não existe uma grande separação entre o dentro e o fora, “qualquer um entra e sai.” Os cercamentos, portanto, não seriam, efetivamente, segregatórios.

Para o engenheiro alemão Klaus Bode, os interstícios urbanos são a consequência do que acontece em volta, são como um resíduo, “o que sobrou”. Apesar de considerar que esses são os espaços onde se desenvolvem as atividades sociais e o sentido de comunidade, especialmente no caso de comunidades pobres latino-americanas, esses espaços ainda são escassos. É preciso atentar às diferenças existentes entre cada um desses espaços não-ocupados, há espaços de passagem, a feira livre, o campo de futebol (...). Além disso, não existe apenas o que é aberto ou fechado, público ou privado, existe uma superposição de diferentes camadas. Todos os espaços, cada qual da sua forma, carregam consigo previamente um valor intrínseco e é desse valor que as proposições e intervenções devem surgir.

Dentre os interstícios urbanos, Vagner de Alencar, ex-morador de Paraisópolis, destaca a viela, comparada a uma artéria de um órgão chamado Favela. A viela encurta caminhos. Por exemplo, se a largura permitir, o motoqueiro vai atravessá-la ao invés de passar pela rua. As vielas também constituem parte da identidade das favelas.

“Pensar em qualificar esses espaços, para mim, é controlar o esgoto, colocar cimento, colocar luz. Mas não penso em coisas mirabolantes, para as quais você teria de demolir as casas.”

“As ruas são ainda mais complicadas, são um caos, tem os carros estacionados, o povo tem carro mas não tem lugar para guardar. Hoje, pelo menos, as ruas são asfaltadas, eu me lembro quando

tudo era de terra e com esgoto, terrível.

Qualquer pessoa de fora que venha pra cá, eu logo digo, não venha de carro! Porque quem anda ali é quem já conhece a dinâmica e a rotina, a pessoa que sabe onde vai ter que subir para deixar outro carro passar.”

A arquiteta e professora italiana Rosa Schiano-Phan não havia vislumbrado, até então, a existência desses espaços intersticiais. “Para mim, a favela é caracterizada pela alta densidade. Portanto, na verdade, estou surpresa ao saber que existem esses espaços não ocupados. Encaro isso como uma ótima notícia, com possibilidades positivas.”

Assim como Rosa Schiano-Phan, o Presidente da União de Moradores, Gilson Rodrigues, não enxerga a existência dos interstícios urbanos da favela. “Para mim, não existe espaço não ocupado na favela. O espaço que está sem ocupação, logo é ocupado.” Gilson destaca que muitas áreas são ocupadas na perspectiva de que se consiga unidades de habitação popular.

Segundo Gilson, hoje, dentro de Paraisópolis, os espaços não construídos são aqueles desocupados para as obras de urbanização. A área do Grotão, para a qual existe o projeto da Escola de Música, já foi desocupada e ocupada repetidas vezes. A reocupação é rápida e começa em 2 ou 3 dias após a remoção.

“Acredito que num espaço tão concentrado, como é o de Paraisópolis, e uma população tão grande, tudo acaba sendo ocupado de imediato. Eu falo que as pessoas podem vir a Paraisópolis a qualquer hora do dia, ou da noite, e as ruas vão estar lotadas e movimentadas. Tem muita vida aqui.”

Figura 20 - Interstícios urbanos como oportunidades latentes.

Fonte: Elaborada pelo autor.

2.2 INTERFACES URBANAS

Interfaces urbanas são as estruturas físicas, que delimitam e conformam os interstícios urbanos e, de forma complementar, também os espaços fechados. As interfaces definem o “dentro” e o “fora”, o “cheio” e o “vazio”, constituem a membrana de transição entre esses espaços e, por isso, sofrem e desempenham influências em cada um deles, inclusive permitindo ou impedindo, parcial ou totalmente, seu contato e trocas.

As interfaces podem ser naturais ou artificiais, ocasionais ou projetadas, temporárias ou permanentes, interativas ou opressivas, articuladoras ou segregatórias, transparentes, translúcidas, ou totalmente opacas, permeáveis ou estanques.

Desta forma, por ser responsável pela interação entre ambientes abertos e fechados, o projeto das interfaces é determinante na qualidade ambiental, urbana e social de ambos, isolada e/ou conjuntamente (Figura 21).

Figura 21 - Interfaces urbanas da Favela de Paraisópolis (modelo digital).

Fonte: Elaborada pelo autor.

2.3 FAVELA

O presente item objetiva a definição do termo favela através de revisão bibliográfica e, fundamentalmente, da construção do conceito a partir de impressões e posicionamentos de diferentes agentes urbanos.

2.3.1 FAVELA EM UMA PALAVRA?

As definições subsequentes são formuladas por diferentes atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, com a problemática das favelas, em conversas realizadas para a dissertação ao longo de 2013 e 2014, em São Paulo e Londres.

ASSENTAMENTO DE INVASÃO

(Suzana Pasternak, Titular FAUUSP, São Paulo)

“Para mim, definir de forma rápida e rasteira o termo favela seria dizer: assentamento de invasão. Isso é politicamente muito incorreto, os favelados não se denominam invasores, mas ocupantes. Mas, trata-se de terra ocupada ilegalmente, ou seja, invadida.

Muita gente coloca favela como igual a assentamento precário. Em geral, o é. Mas há muita precariedade fora da favela, e nem toda favela é precária, sobretudo após a urbanização. Em inglês é divertido: favela pode ser traduzida por *squatter settlement*, que é o assentamento de invasão, *slum*, como moradia precária, e *shanty town*, que é o termo utilizado na África do Sul. Em francês é *bidonville*, ou seja, cidade de lata. Como você vê, não é fácil colocar sinônimo em favela.”

ALTERNATIVA HABITACIONAL UTILIZADA POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

(Maria Ruth Amaral de Sampaio, socióloga, Titular FAUUSP, São Paulo)

FAVELA

(Milton Braga, FAUUSP, MMBB Arquitetura e Urbanismo, São Paulo)

“Única palavra capaz de denotar um dos temas mais complexos da vida brasileira. Aquilo que chamamos favela, resultado vergonhoso de evidentes deficiências históricas da sociedade brasileira, tem hoje muitas lições para dar, especialmente para a cultura urbana nacional.”

COMUNIDADE

(Gilson Rodrigues, União dos Moradores de Paraisópolis, São Paulo)

“Porque o termo comunidade abrange tudo. Trata de sua organização, de seu bem-estar, de seu viver, superando problemas. Hoje, temos orgulho em dizer que moramos em Paraisópolis, uma comunidade que logo será bairro!”

“É NÓIS”

(Haas e Hahn, *Painting Favelas Foundation* - Morro Santa Marta, Rio de Janeiro)

VIDA

(Elisabete França, Superintendente de Habitação Popular da Secretaria de Habitação da Cidade de São Paulo, de 2005 a 2012, São Paulo)

“Eu diria Vida, essa vida solidária, que me encanta. Esse domingo, o Kassab me chamou para tomar um café em Heliópolis, estava acontecendo uma reunião do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), na quadra do Ipiranga, e o líder de lá, o Maxuel, que é como se fosse meu filho, organizou o pessoal para que cantassem parabéns para mim, cerca de 1000 pessoas, eu fiquei muito emocionada. Isso não existe em outro lugar.

Além disso, todo mundo conhece todo mundo, isso é muito legal. Às vezes, isso parece demagogia, mas não é. É muito importante, inclusive, viver essa realidade para poder estudá-la e propô-la.”

PARAÍSO

(Vagner de Alencar, ex-morador de Paraisópolis, jornalista do Blog Mural da Folha de São Paulo, autor do livro Cidade do Paraíso, São Paulo)

QUENTE

(Maria Teresa Fedeli, Coordenadora do Programa de Urbanização de Paraisópolis da Sehab e Coordenadora de Pós-graduação da Escola da Cidade, São Paulo)

“Isso aqui ferve, além da temperatura real, tem um calor humano incrível! Por exemplo, caminhando pela Pasquale Gallupi, tem gente vendendo coisas, micro-ônibus passando, o trânsito dá uns nós, nas calçadas tem o churrasquinho, o milho cozido, mais à frente uma agência de viagens, muitos salões de cabeleireiro. Essa semana, estava acompanhando um jornalista holandês em visita a Paraisópolis e em meio a essa movimentação, ele perguntou: ‘o que faz as pessoas gostarem daqui?!’ e eu respondi que eram as redes sociais. Ainda quero vir aqui aos sábados, ver o samba com cerveja no campo do Palmeirinha.”

CONTINUIDADE

de construções, de relação, de interior-exterior, público-privado.

(Jorge Jauregui, arquiteto, Favela-Bairro, Rio de Janeiro)

“A favela não é um problema ‘a resolver’, mas, ao contrário, uma questão a entender, ‘a escutar’, a demandar outra relação e sensibilidade; uma aproximação específica. Há uma prática da favela (que a letra do samba do morro exprime) e também uma filosofia (muito dura) do viver; e, ao mesmo tempo, uma essencialidade, uma potência de vida, uma energia vital onde ‘a vida pulsa’. E é isso que nós, arquitetos-urbanistas, devemos interpretar, teórica e projetualmente. Na favela, existe uma criatividade exposta num emaranhado de astúcias sutis e eficazes, pelas quais, cada um inventa, para si mesmo, uma maneira própria de lidar com as situações na ‘floresta’ de construções existentes. A favela precisa não de caridade, mas de alianças e de investimentos públicos e privados consistentes; energias mobilizadoras através de projetos de escala urbana gerados desde o diálogo com os habitantes do lugar.”

COMPACIDADE

(Rosa Schiano-Phan, *Architectural Association, University of Westminster*, Londres)

“Vale lembrar que este conceito traz consigo aspectos positivos e negativos.”

SOBREVIVÊNCIA + CAOS ORDENADO

(Klaus Bode, *Architectural Association, BDSP+Chapman Partnership*, Londres)

“No que diz respeito à sobrevivência, em grande medida, a população da favela veio para as cidades maiores em busca de oportunidade. É preciso, portanto, entender o sistema da favela, para nele se inserir e nele sobreviver. Pensando nesse sistema intrínseco à favela, vem a minha outra definição para a favela, como caos ordenado. Apesar da aparência caótica e desordenada, a favela possui suas próprias regras de funcionamento. Isso acontece na América Latina e, principalmente, na África. Existe um código de conduta. Não há nada escrito, você apenas sabe. Não se trata de algo visível, é algo difícil de captar, na verdade. Mas, por exemplo, se você é de fora e entra na favela, tem que conversar com alguém, talvez pagar um dinheiro, para então ser permitido e aceito ali. A favela parece caos completo, mas não é.”

Responder com apenas uma palavra seria reduutivo e conduziria à perda de riqueza e complexidade da favela, vistas as dimensões institucional, regulatória, infraestrutural, social, econômica e ambiental. (Sameh Naguib Wahba, *The World Bank, Senior Urban Specialist at the Latin America and Caribbean Region’s Sustainable Development Department*)

AUTOCONSTRUÇÃO

(Víctor Oddó, Arquiteto-sócio do escritório Elemental, Santiago, Chile)

AUTO-ORGANIZAÇÃO

(Rainer Hehl, diretor do *Master of Advanced Studies in Urban Design* na *ETH, Zurich*; doutor pela *ETH* em estratégias de urbanização de assentamentos informais, com foco em estudos de caso cariocas; editor do livro *Building Brazil*)

“Resumir o termo favela em uma palavra é difícil, na medida em que esse ambiente urbano é mais complexo que a cidade que conhecemos.”

RESILIÊNCIA

(Richard Burdett, *London School of Economics*, Londres)

POTENCIAL

(Simon Smithson, *Rogers Stirk Harbour + Partners*, Londres)

PRÁTICAS CRIATIVAS INOVADORAS

(Carlos Leite, arquiteto, professor FAU-Mackenzie, Laboratório de Co-criação em Territórios Informais, autor do livro *Cidades sustentáveis, Cidades Inteligentes*)

“Os grandes territórios informais, a despeito das grandes carências infraestruturais históricas e ausência do Estado, são o lugar de emergência de práticas criativas inovadoras e urbanidade.”

2.3.2 PARA O MORADOR, É CORRETO DIZER “FAVELA”?

Assim como o item anterior, este traz as impressões de Gilson Rodrigues, Presidente da União de Moradores de Paraisópolis e Vagner de Alencar, jornalista e ex-morador de Paraisópolis, frente ao uso do termo “favela”, registradas em conversas realizadas para a dissertação em 2013 e 2014, em São Paulo.

De acordo com Vagner de Alencar, o termo “favela” tem dois lados. O lado pejorativo, da favela como um aglomerado de casas, ou casebres, sem recursos. E o lado positivo, sob uma visão mais antropológica e social, de favela como identidade.

“Se você perguntar para molecada, eles não vão falar que moram no Bairro Paraisópolis, mas que moram na Favela de Paraisópolis, porque essa é a identidade deles. ‘É nós, é favela’.”

Vagner critica a colocação do termo Comunidade como um nível acima de Favela, a partir do qual surge a dita “Nova Paraisópolis”.

Já para Gilson Rodrigues, o termo apropriado é “Comunidade”, ao invés de Favela: “Favela é aquilo que não é dotado de qualquer tipo de infraestrutura, serviços públicos e atendimento básico. Paraisópolis não é favela porque, apesar de ainda ser carente de algumas infraestruturas, possui algumas delas, além de certo grau de atenção do Poder Público. Por outro lado, Paraisópolis também não é Bairro. Portanto, podemos dizer que Paraisópolis está no meio, não é Favela, não é Bairro, é, sim, Comunidade.”

Gilson declara que os próprios moradores não vêem Paraisópolis como um Bairro, a despeito da tentativa da gestão municipal anterior em nomear Paraisópolis como tal. Para o Presidente da União dos Moradores, Paraisópolis só será bairro quando as obras de urbanização forem concluídas. Isso deve acontecer nos próximos anos, talvez 2016 ou 2017, dependendo da luta

comunitária e dos compromissos firmados com o Governo.

“Eu até digo que daqui a uns anos, as pessoas vão passar pela Giovanni Gronchi e vão ver a ‘Favela’ Paraisópolis, por mais que ela já seja, na verdade, um ‘Bairro’. A favela Paraisópolis não sairá da cabeça das pessoas.”

“Por enquanto, para nós, Paraisópolis é comunidade e, para o governo, é favela. Somos comunidade enquanto grupo de pessoas organizadas, nordestinos que somos. E queremos ser o Bairro Nova Paraisópolis.”

Figura 22 - População. Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2013.

2.3.3 DEMAIS DEFINIÇÕES

As definições do termo “favela”, apesar de possuírem focos sutilmente distintos, de acordo com a instituição que as determina, são muito semelhantes.

Para a Prefeitura do Município de São Paulo: “consideram-se favelas os núcleos habitacionais precários, formados a partir da ocupação irregular de terrenos públicos ou particulares, onde se apresentam associados o problema da posse da terra com elevado grau de carências: de infraestrutura urbana, serviços públicos e renda pessoal dos moradores.” (SÃO PAULO, 2010).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) emprega o conceito de aglomerado subnormal, que define como um conjunto de, no mínimo, 51 domicílios, que ocupa de forma densa e desordenada terreno de propriedade alheia, pública ou privada, sem acesso a serviços públicos básicos (IBGE, 2010).

Para a Organização das Nações Unidas (ONU) , favela é uma área com acesso inadequado a água potável, infraestrutura de saneamento básico, alta densidade construída, baixa qualidade das unidades habitacionais e problemas com sua propriedade (ONU, 2000).

Além das definições standardizadas, é interessante a construída pelo Observatório de Favelas no Seminário “O que é a Favela, afinal?”, em 2009, enfatizando as múltiplas facetas do termo:

“1. Considerando o perfil sociopolítico, a favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes, em termos da dotação de serviços de infraestrutura urbana (rede de água, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública e limpeza de ruas) e de equipamentos coletivos (educacionais, culturais, de saúde, de esporte e de lazer) em quantidade e qualidade para as famílias ali residentes, na promoção da moradia digna para seus habitantes, na regularização fundiária e urbanística adequada às formas de ocupação do solo, na criação de legalidades afeiçoadas às práticas sociais e, em especial, na garantia da segurança cidadã, devido ao seu baixo grau da soberania quando comparado ao conjunto da cidade. Portanto, as favelas são, de modo geral, territórios sem

garantias de efetivação de direitos sociais, fato que vem implicando a baixa expectativa desses mesmos direitos por parte de seus moradores.

2. Considerando o perfil socioeconômico, a favela é um território onde os investimentos do mercado formal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços. Predominam as relações informais de geração de trabalho e renda, com elevadas taxas de subemprego e desemprego, quando comparadas aos demais bairros da cidade. Os baixos indicadores econômicos das favelas são acompanhados pelos indicadores de educação, de saúde e de acesso às tecnologias quando comparados à média do conjunto da cidade. Há, portanto, distâncias socioeconômicas consideráveis quando se trata da qualificação do tempo/espço particular às favelas e das condições presentes na cidade como um todo.

3. Considerando o perfil sócio-urbanístico, a favela é um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado. A apropriação social do território é configurada especialmente para fins de moradia, destacando-se a alta densidade de habitações das suas áreas ocupadas e de sua localização em sítios urbanos marcados por alto grau de vulnerabilidade ambiental. A favela significa uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade.

4. Considerando o perfil sociocultural, a favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira, configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica. As diferentes manifestações culturais, artísticas e de lazer na favela possuem um forte caráter de convivência social, com acentuado uso de espaços comuns, definindo uma experiência de sociabilidade diversa do conjunto da cidade. Superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas.” (SILVA, 2009).

Figura 23 - Favela da Rocinha, Rio de Janeiro.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

2.3.4 A FAVELA BRASILEIRA

Figura 24 - Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

A favela brasileira é caracterizada em pesquisa do Instituto Data Favela em 63 comunidades de 10 regiões metropolitanas, publicada em 2014 por Meirelles e Athayde . Cabe à leitura, todavia, algumas ressalvas.

Em primeiro lugar, o objetivo de Meirelles é caracterizar a favela brasileira de forma geral, e não especificamente a paulistana ou carioca. Mesmo assim, a publicação é conduzida pelo foco das favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Além disso, recorrentemente, os dados das favelas são comparados a dados nacionais, com o objetivo de calibrar a compreensão do leitor, embora, talvez, estes sejam dados incomparáveis, uma vez que o território nacional abrange áreas que, apesar de não faveladas, podem possuir condições mais precárias ou menos desenvolvidas do que grandes favelas inseridas nas principais regiões metropolitanas do país. Desse modo, por exemplo, a porcentagem de moradias em favela dotadas de máquina de lavar seria melhor comparada à das dez regiões metropolitanas analisadas apenas, ao invés da porcentagem no país como um todo.

Por fim, o livro desenvolve abordagem fundamentalmente econômica, com menores preocupações urbanas, sociais e humanas.

No que diz respeito ao perfil humano, familiar e comunitário, Meirelles destaca que: “(...) 94% dos favelados se consideram felizes, índice muito semelhante ao da avaliação geral dos brasileiros, apenas um ponto percentual acima.” (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 29).

Além disso, 81% dos moradores de favela gostam, 62% tem orgulho e 66% não estão dispostos a sair da comunidade em que vivem. 51% consideram que a favela melhorou no último ano e 76% esperam novas melhorias para o próximo.

Em São Paulo, cerca da metade dos moradores (52%) não nasceram no estado. No Rio de Janeiro, 29%. E, de forma geral, 64% dos entrevistados têm parentes que moram no mesmo núcleo urbano.

A nova favela brasileira, radiografada pelos pesquisadores do Data Favela, é majoritariamente jovem e negra. Nela, as afro-brasileiras figuram muitas vezes como protagonistas e contribuem para definir padrões de conduta na família. Elas chefiam quase 40% dos lares. Em metade deles (20% do total), criam sozinhas um ou mais herdeiros.(MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 88).

De acordo com a pesquisa, 67% dos habitantes de favela são negros, 72% declaram-se negros, 32% dizem ter sofrido preconceito racial e 30%, constrangimento por residir em favela.

O perfil econômico traçado por Meirelles e Athayde mostra a mudança acelerada pela qual a população das favelas brasileiras vem passando. 53% dos entrevistados já passaram fome, e hoje “[...] a fatia dos habitantes de favelas na classe média era de 65%, contra 33% dez anos antes.” (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 60).

52% dos entrevistados desenvolvem ofícios na formalidade, dos quais 49% têm carteira assinada na iniciativa privada e 3% são funcionários públicos. “Ao mesmo tempo, 21% cerravam fileiras no mercado informal, 19% ganhavam a vida como autônomos, 4% contribuía para a economia como empregadores, 3% tinham empregos públicos e mais 3% desenvolviam outras ocupações.” (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 64).

“Se compusessem um estado, as favelas seriam o quinto mais populoso da federação, capaz de movimentar 63 bilhões de reais, a cada ano” (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 28), com 55% da massa de renda concentrada na região Sudeste.

A média salarial do favelado cresceu de 603 reais em 2003 para 1.068 em 2013, enquanto no Brasil, o crescimento foi de 1.172 para 1.616 reais. No total do país, 53% da população é “bancarizada”, nas favelas, a parcela é de 41%, cerca de 3,3 milhões de pessoas.

Tais características se refletem no poder de consumo da população moradora de favela. Segundo o Data Favela, 47% das famílias possuem pelo menos um televisor de plasma, LCD ou LED e 28% contam com TV por assinatura. 55% têm micro-ondas, 69% máquina de lavar (porcentagem maior

que a nacional de 49%), 13% têm motocicleta e 20%, automóvel.

“No fim de 2013, 50% dos domicílios de favelas contavam com conexão à internet. A maioria se ligava de casa à rede, e não mais das lan houses, que vão se extinguindo aos poucos. Na época, 85% carregavam no bolso ou na bolsa um aparelho de telefone celular. Desses, 22% eram smartphones.” (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 93).

“Mais da metade dos titulares de cartão de crédito, 55%, já o tinham emprestado, ou seja, realizado compras para parentes, amigos e conhecidos. O consumo, portanto, muitas vezes dependia do binômio crédito-solidariedade.”(MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 90).

Meirelles e Athayde mostram também iniciativas empreendidas nas favelas como forma de desenvolvimento econômico local ou de absorção do poder de consumo das comunidades, como é o caso do Hostel Favela Inn, na comunidade Chapéu Mangueira, do Carteiro Amigo, um serviço alternativo de entrega de correspondências que complementa o trabalho dos Correios, e do Vai Voando.

Fora das comunidades, a nova economia de viés popular também impacta a vida nas favelas. É o caso do Vai Voando, empresa que aproveita o processo de inclusão econômica para constituir nova clientela no setor de transporte aéreo. (...) Sua vantagem é possibilitar a compra pré-paga de passagens, sem os custos financeiros e as exigências burocráticas de uma transação convencional. Ali, o interessado não precisa comprovar renda, apresentar fiador ou exibir ficha limpa nos serviços de proteção ao crédito. (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 79).

Meirelles constrói, com preocupação, o panorama cultural das favelas brasileiras, no que toca ao seu acesso e/ou interesse: apenas 12% dos entrevistados havia assistido a algum filme no cinema, nos últimos trinta dias, 11% compareceram a shows musicais e 2%, a peças de teatro ou museus.

Em 38% dos domicílios das favelas não há sequer um livro. Em 35% deles, encontram-se de um a dez. Somente em 5% das moradias, disponibiliza-se uma biblioteca familiar, com mais de cinquenta volumes. Cabe uma comparação. Há mais de dez livros em 26% das habitações de favela; no Brasil urbano, em 35% das casas. (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 116).

No que diz respeito à infraestrutura e serviços públicos urbanos, os entrevistados atribuem notas de zero a dez: transporte público, 5,4; hospital público, 5,05; ruas e calçadas, 4,92; segurança pública, 4,28; escola pública, 6,17; coleta de lixo, 6,85.

Apesar das carências infraestruturais, em processo de supressão, Meirelles aponta os caracteres dinâmico, vivo e orgânico da favela, que “cresce, de cima pra baixo, de baixo pra cima, elástica, como serpente viva, social, ondulante. Se uma palavra a define é ‘movimento’.” (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 105).

[...] o que hoje talvez seja permanente e comum às ‘favelas’ são a impermanência e a diversidade, o dinamismo e os surpreendentes protagonismos, com suas diferentes linguagens, disseminando uma nuvem babélica, febril, excitante, às vezes inquietante e perturbadora, tornando o futuro incerto, imprevisível, na exata medida em que a liberdade introduziu-se no processo, por meio de sujeitos que assumiram seu inusitado senso de cidadania criativa. (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, pp. 12-13).

3. PRECEDENTES

O objetivo do item Precedentes é destacar, sinteticamente, experiências metodológicas, teóricas e práticas que contribuíram para o processo de desenvolvimento da pesquisa, abordando os casos mais recentes, inéditos ou pouco abordados até então. A pesquisa parte, portanto, do que já foi levantado por pesquisas anteriores e evita repetições exaustivas.

São tratados como precedentes duas dissertações de mestrado da *Architectural Association School of Architecture*, dos programas *Sustainable Environmental Design* e *Housing and Urbanism*; uma dissertação e uma tese de doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; dois livros, um deles da Prefeitura de São Paulo, e outro acerca de Urbanismo; e, por fim, projetos emblemáticos de intervenção em favelas brasileiras, implementados ou não.

3.1 DISSERTAÇÕES

A primeira dissertação lançada é a de Marina Breves Costa, publicada em Setembro de 2013, no *Sustainable Environmental Design* (SED) da *Architectural Association* (AA), intitulada *Design Guidelines for Informal Urban Communities in Rio de Janeiro*, sob orientação de Simos Yannas e co-orientação de Joana Carla Soares Gonçalves.

O desenvolvimento da pesquisa de Marina Costa foi acompanhada de perto por Eduardo Pizarro, em sua pesquisa junto à AA. Desta forma, ambas pesquisas possuem distinções e afinidades, resultado das orientações empreendidas pelos tutores do SED, além de discussões entre os mestrandos.

A pesquisa tem como público alvo os moradores da favela do Vidigal, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de investigar as questões de conforto ambiental vivenciadas dentro e fora de suas moradias e, a partir disso, lançar diretrizes propositivas que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental destes espaços, a serem mantidos em consonância com a identidade tão cara à favela.

Costa questiona: como é possível criar um ambiente melhor para os moradores da comunidade, sem alterar a identidade da favela e o estilo de vida de seus moradores? E quais materiais “sustentáveis” poderiam ser aplicados nas edificações, atendendo simultaneamente à identidade da favela e às necessidades de seus ocupantes?

A dissertação é iniciada com a leitura do clima da cidade do Rio de Janeiro, seguida de discussão acerca do termo “informal”, completando a contextualização da pesquisa. Através de medições de campo, as condições de conforto ambiental internas e externas da favela são avaliadas (Figuras 25, 26 e 27) e, a partir de um estudo de caso escolhido em campo, é formatado um caso base, que permite que a edificação seja avaliada, internamente e externamente, ao longo de todo o ano.

Uma vez avaliados, o estudo de caso e o caso base são comparados, conduzindo à investigação de materiais e desenhos alternativos para a cobertura das moradias de favela. Finalmente, são lançadas diretrizes de intervenção para que sejam alcançadas melhores condições de conforto interno e externo, sem alterar o caráter das favelas brasileiras.

As conclusões são: a instalação de cobertura no terraço é de extrema importância, uma vez que protege da ação direta do sol, reduzindo as temperaturas internas nos ambientes em pavimentos inferiores; a substituição por janelas com 100% do vão ventilável permite redução nas temperaturas internas; e, além disso, a substituição de paredes por cobogós permite ventilação e acesso à luz natural em fachadas antes obstruídas pelo entorno.

Além disso, muitas estratégias devem ser tomadas a partir da arquitetura vernacular, por exemplo, a adoção de cores claras nas edificações, com diminuição das temperaturas superficiais; com relação ao tecido urbano, as condições ambientais das vielas, principalmente as orientadas norte-sul, poderiam ter sua densidade reduzida, facilitando a penetração dos ventos; as ruas deveriam ser mais arborizadas, provendo sombra para os pedestres e para as próprias edificações; o sombreamento urbano também poderia ser proporcionado por coberturas flexíveis controladas por seus usuários.

Portanto, as condições de conforto ambiental da favela do Vidigal podem ser melhoradas. Intervenções com custos econômicos eficientes podem prover temperaturas internas mais amenas, além de melhorar a performance dos espaços semi-abertos, como é o caso das lajes e terraços. Com um espaço público mais confortável, a população pode se beneficiar de maiores relações sociais e atividades comunitárias, especialmente após a pacificação empreendida às favelas cariocas.

De acordo com Costa, as estratégias pensadas especificamente para o Vidigal podem ser extrapoladas para demais favelas cariocas, devido às suas similaridades tipológicas e topográficas. Além disso, este é o momento para que as favelas do Rio se tornem parte da cidade formal, com infraestrutura e equipamentos urbanos necessários, mantendo sua identidade.

Figura 25 - Síntese dos resultados do trabalho de campo (percurso).

Fonte: COSTA, 2013.

Fig.4.28- 4th of July, occupants interview.

Fig.4.9- Datalogger monitoring. Aluminium roof (second floor) dry bulb temperatures and humidity from 4th to 8th of July. Measurements taken every 60 min.

Fig.4.10- Location of datalogger 01

Fig.4.11- Datalogger monitoring. Roof terrace (second floor) dry bulb temperatures and humidity from 4th to 8th of July. Measurements taken every 60 min.

Fig.4.12- Location of datalogger 02

Fig.4.13- Overview **Fig.4.14-** Roof Terrace **Fig.4.15-** First floor **Fig.4.16-** Ground floor

Figura 26 - Medições ambientais internas: cobertura x terraço.

Fonte: COSTA, 2013.

Fig.4.17- Datalogger monitoring. Roof terrace (second floor) dry bulb temperatures and humidity from 8th to 12th of July. Measurements taken every 60 min.

Fig.4.18- Location of datalogger 01

Fig.4.19- Datalogger monitoring. Living room (first floor) dry bulb temperatures and humidity from 8th to 12th of July. Measurements taken every 60 min.

Fig.4.20- Location of datalogger 02

Fig.4.21- Overview **Fig.4.22-** Roof Terrace **Fig.4.23-** First floor **Fig.4.24-** Ground floor

Figura 27 - Medições ambientais internas: terraço x sala de estar.

Fonte: COSTA, 2013.

A segunda dissertação destacada é a de Juliana Ribeiro Muniz, desenvolvida no programa *Housing and Urbanism* da *Architectural Association School of Architecture*, intitulada *Informality as a Method: designing in rapid growing economies, Dharavi, Mumbai*, publicada em Fevereiro de 2013.

Muniz descreve a informalidade como um conceito que se aplica a áreas onde o setor informal tem uma base, os serviços são precários ou inexistentes, os moradores são invisíveis para os quadros legais e a perseguição pelas autoridades é comum.

De acordo com a autora, encontramos-nos em um momento no qual a informalidade está mudando de exceção para regra, em um contexto indiano, no qual mais de 60% da população de Mumbai habita assentamentos urbanos informais. Portanto, antes de intervir nesse espaço, é preciso que as disciplinas de estudos urbanos aprofundem suas pesquisas.

A dissertação está focada em Dharavi, o maior assentamento informal de Mumbai, com o objetivo de melhorar a qualidade dos seus espaços públicos, em ações a serem empreendidas pelo governo, na vida real.

Depois da contextualização e explicitação do estudo de caso, a autora passa à discussão de práticas anteriores de intervenção em favelas e da contraposição entre estratégias *bottom-up* e *top-down*, chegando-se às diretrizes propositivas de desdensificação, relocação, requalificação, novas conexões e novos usos. E, para isso, Muniz aponta os espaços de engajamento como catalisador de transformações, fortalecendo o sentido de comunidade, o controle dos fluxos entre espaços internos e externos, agindo como filtros em áreas urbanisticamente densas, com a possibilidade de diferentes famílias dividirem espaços e serviços urbanos, além de instalação de equipamentos públicos e de um eixo catalisador central.

Para a autora, a mudança de foco a ser dada do tecido urbano construído em direção ao não construído tem o potencial de proporcionar respostas mais eficientes para as intervenções em assentamentos informais. O uso dos espaços de engajamento pode fazer a diferença como uma estratégia de redesenvolvimento para Dharavi, criando e suportando uma rede em diferentes escalas e possibilitando novas sinergias a serem desenvolvidas em vias de aumentar sua

produtividade. Agindo como infraestrutura multi-performática, as múltiplas intervenções nos espaços de engajamento são eficientes na articulação de diferentes escalas e territórios.

O mais interessante da pesquisa é o seu método e ferramentas de expressão. Imagens tiradas em visitas de campo, desenhos e modelos físicos (Figura 28) são amplamente empregados para mostrar o local, seus condicionantes e conflitos, além dos conceitos que são desenvolvidos e propostos a partir do processo de investigação.

Figura 28 - Ferramentas de investigação. Foto do caderno da dissertação.

Fonte: Arquivo do autor, 2013.

A dissertação sintetizada, a seguir, é a de Marcia Grosbaum, desenvolvida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, na Área de Concentração Habitat, sob orientação da Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio, e publicada em 2012 com o título “O espaço público no processo de urbanização de favelas.”

Em contraposição ao contexto das crescentes intervenções nas favelas, as ditas urbanizações, pautadas fundamentalmente pelas necessidades emergenciais de infraestrutura básica e situações de risco, a autora investiga uma estratégia de intervenção que dê prioridade ao planejamento urbano, com ênfase no espaço público e com foco, portanto, na instância coletiva.

São escolhidos dois estudos de caso no município de São Paulo, o Jardim Iporanga/Esmeralda (avaliação do projeto já implantado) e a Favela do Sapé (avaliação do processo de projeto), que são avaliados de forma pragmática a partir de uma matriz, cujos indicadores são organizados em seis eixos, inserção social, inserção ambiental, inserção urbana, inserção da moradia, áreas de encontro e lazer, e dinâmica de uso do espaço público.

Grosbaum tece uma rica revisão bibliográfica acerca do termo público e espaço público, desde uma perspectiva marxista, a pontos de vista sociológico e urbanístico.

Na pesquisa, é considerado espaço público:

[...] todas as áreas do assentamento com livre acesso, sejam áreas livres de uso coletivo equipadas ou não, áreas verdes e de circulação, de veículos ou pedestres. Desta forma, são consideradas todas as áreas não ocupadas pelas moradias, por seus ‘puxadinhos’ ou quintais demarcados, ou ainda por outros usos de domínio privado, como comércio e serviços. (GROSBAUM, 2012, p. 79).

A seguir, são sumarizados os indicadores em seus respectivos eixos.

Indicadores de inserção social: “(...) acesso a serviços, comércio e trabalho; segurança; acesso à informação, organização e participação, dinâmica social e economia familiar; e vínculo com a terra.” (GROSBAUM, 2012, p. 81).

Indicadores de inserção ambiental: “(...) adequação ao sítio e suas dinâmicas naturais; projetos de infraestrutura; áreas verdes e áreas frágeis (encostas, áreas de risco geotécnico e áreas legalmente protegidas).” (GROSBAUM, 2012, p. 83).

Indicadores de inserção urbana: “(...) acessibilidade; mobilidade; e estrutura urbana.” (GROSBAUM, 2012, p. 85).

Indicadores de inserção da moradia: dinâmica demográfica e unidade no conjunto.

Indicadores de áreas de encontro e lazer: funcionalidade (centralidade, convergência de fluxos, visibilidade e acessibilidade, disposição das áreas e qualidade dos equipamentos e mobiliário) e valorização formal (qualidade estética, proporção, cor, textura, volume, singularidade, alcance visual e referência urbana).

Indicadores de dinâmica do uso do espaço público: “(...) presença; alterações no uso e ocupação; relação privado x público; e identidade.” (GROSBAUM, 2012, p. 90).

O método de avaliação proposto, a ser realizado em três momentos distintos (antes, durante e depois), ao mesclar indicadores quantitativos e qualitativos, extrapola as simples avaliações pós-ocupação e se mostra como forma mais eficiente de se pensar na intervenção em favelas, pautada em primeiro lugar pela esfera coletiva de uso e apropriação da cidade.

3.2 TESE

A tese de Patricia Rodrigues Samora foi apresentada junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Área de Concentração Habitat, sob orientação do Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira, em 2009, com o título “Projeto de Habitação em Favelas: Especificidades e parâmetros de qualidade”.

O objetivo da tese é propor um método de projeto para as unidades habitacionais desenvolvidas pelos programas de urbanização de favelas, buscando a qualificação desse ambiente construído. Para Samora, qualidade significa um atendimento adequado às necessidades dos ocupantes quanto ao uso e a sua inserção urbana. Em se tratando da habitação autoconstruída, a pesquisa lança indicadores mínimos de habitabilidade. Já no caso da habitação construída nos programas de urbanização de favelas, é proposto um conjunto de requisitos de desempenho em diferentes categorias, Habitabilidade, Dimensionais, e Identidade e Flexibilidade, em quatro diferentes escalas, Ambientes ou Compartimentos, Unidade Habitacional, Edifício e Unidade de Vizinhança.

O método é aplicado na fase de projeto de tipologias habitacionais de dois programas de urbanização, das favelas Vila Nova Jaguaré e Jardim Olinda.

A conclusão da autora é de que:

[...] é possível a proposição de diretrizes baseadas em parâmetros de qualidade e requisitos de desempenho que garantam a elaboração de projetos habitacionais e urbanísticos adequados às especificidades das favelas e às características socio-econômicas e culturais de seus moradores, ainda que as edificações projetadas se situem em áreas com alta taxa de ocupação, situação das favelas paulistanas estudadas. (SAMORA, 2009, p.11).

Em sua tese, Samora mostra os resultados de um trabalho em parceria com Andrea Vosgueritchian.

O trabalho apresenta como estudo o conjunto de algumas quadras da Gleba A da Favela Heliópolis, em São Paulo, mapeando as edificações com condições insuficientes de insolação no período de Inverno.

O objetivo do trabalho é o de avaliar a importância de dados de acesso ao sol por domicílio de favela, para o planejamento das ações de urbanização que busquem a qualificação das unidades habitacionais em si, além do assentamento informal de forma geral.

O trabalho faz frente à prática recorrente de urbanização que, buscando minimizar as remoções para a instalação de infraestrutura, pautada por mínimos parâmetros, não oferece qualidade ambiental satisfatória a todas as moradias. O objetivo final do trabalho é, portanto, o de refletir sobre os níveis de adensamento das favelas brasileiras e sua relação com a qualidade do ambiente urbano e domiciliar.

As edificações das quadras selecionadas para estudo foram avaliadas quanto ao acesso ao sol, estabelecendo-se o mínimo necessário de uma hora de incidência solar por dia, no inverno, em pelo menos uma fachada com janela. Os resultados mostram que, em média, 35% das moradias, variando entre 25% e 47%, não atendem ao requisito estabelecido. Tais moradias concentram-se no miolo das quadras e apresentam outros problemas urbanísticos, como redes clandestinas de esgoto e água potável e falta de acesso à rede de drenagem (Figura 29).

De acordo com as autoras, o número de edificações inadequadas é considerável, mas nem sempre é necessário removê-las totalmente, uma vez que a reestruturação da quadra a partir da remoção de algumas delas, somada ao aumento da largura de algumas vias, já contribui para a qualificação de ambientes internos e externos.

Pode-se dizer que o presente estudo de caso representa, tipologicamente, a favela paulistana, de modo que suas conclusões possam ser generalizadas. Desta forma, justifica-se a intervenção em favelas pautada pela criação de clareiras em meio à massa construída intraquadra, contribuindo para acesso a sol, ventilação urbana, além da possibilidade do desenvolvimento de usos urbanos em espaços públicos.

3.3 LIVROS

O primeiro livro traz o Plano Municipal de Habitação, plano construído pela Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) junto à Aliança de Cidades e ao Banco Mundial, contemplando as propostas do Poder Público para a Política Habitacional de Interesse Social para o período de 2009-2024, o que corresponde a quatro mandatos municipais.

É de especial interesse, para a presente pesquisa, o volume 2, intitulado “ Do plano ao projeto: novos bairros e habitação social em São Paulo”, estruturado nos capítulos “Rua”, “Bairro”, “Espaço Verde e Aberto”, “Cidade”, que operam como sínteses do legado da equipe de planos urbanísticos da Sehab. As sínteses buscam, ao invés de prescrever diretrizes, requisitos e obrigatoriedades, levantar e organizar possibilidades, sugestões, que sirvam ao trabalho e projetos de diferentes agentes. E, para tanto, são usados como estudos de caso as áreas urbanas da Serra da Cantareira, Cabuçu de Cima, São Francisco, Heliópolis, Paraisópolis (Figura 30) e Pirajussara.

A rua é o espaço público mais importante da cidade. Poderíamos até passar sem parques, se tivéssemos boas ruas. Em vez de pensar sobre a rua como um espaço bidimensional e plano, deve-se considerá-la como “ambiente da rua” um espaço tridimensional com as paredes (as fachadas) e o céu. (FRANÇA; COSTA, 2012, p. 23).

Para tanto, são apontadas como estratégias para as ruas: “fachadas ativas”; continuidade dos espaços públicos; desestímulo a muros e cercas; árvores e vegetação em canteiros e jardins de chuva; redução de obstáculos, como redes elétricas, passeios e equipamentos urbanos mal dimensionados; pedestre como prioridade, no que diz respeito aos materiais do pavimento, abrigo de sol e calor durante o dia e iluminação pública durante a noite; infraestrutura para bicicletas, preferencialmente criada a partir do espaço hoje ocupado pelo carro; coexistência de veículos

Figura 29 - Condições de insolação nas quadras estudadas.

Fonte: SAMORA, VOSGUERITCHIAN, 2013.

ENTERRAR REDES DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EVITAR CABOS DESORDENADOS E OBSTÁCULOS NA CALÇADA

Figura 30 - Estratégias para intervenção em calçadas, Favela de Paraisópolis.

Fonte: FRANÇA; COSTA, 2012.

particulares, transporte público, ciclistas e pedestres; desenho urbano flexível.

As pessoas não vivem em casas, mas em bairros. Os bairros nunca devem ser monofuncionais, e até mesmo em bairros basicamente residenciais, uma série de centralidades menores, lojas de esquina, jardins de infâncias e escolas primárias são fundamentais para o bom funcionamento dos bairros. (FRANÇA; COSTA, 2012, p. 59).

No que toca aos Bairros, recomenda-se, fundamentalmente: a diversidade de tipologias habitacionais e de públicos com necessidades específicas; espaço público organizado em rede, com clara delimitação de áreas públicas e privadas; diversificar usos diurno e noturno, buscando evitar áreas de uso exclusivo; mobilidade e transporte público de qualidade, com hierarquização de ruas e integração de linhas de ônibus no bairro, com possibilidade de ônibus comunitário gratuito, além de meios de transporte alternativos como teleférico, funiculares e escadas rolantes, quando a topografia exigir; garagens públicas, deixando as ruas estreitas livres de veículos estacionados; plano urbanístico junto a intervenções pontuais.

“Quanto mais densa a cidade, mais importante se torna o espaço verde e aberto.” (FRANÇA; COSTA, 2012, p. 113).

Para os Espaços Verdes e Abertos, são importantes: a continuidade e conexão, criando, por exemplo, pátios internos e praças de vizinhança em meio à favela e ativando espaços de passagem; clara distinção entre público e privado; flexibilidade do projeto paisagístico, oferecendo diferentes paisagens e atividades urbanas em diferentes períodos do ano; segurança pública.

“Pode-se dizer, como Jane Jacobs, que a cidade é um bairro grande onde ocorrem diferentes atividades (Jane Jacobs, Morte e Vida das Grandes Cidades, 1961).” (FRANÇA; COSTA, 2012, p. 131).

O planejamento urbano deve considerar, além da adoção de bairros de uso misto, diversidade tipológica, transporte público, mobilidade e política habitacional inteligente, deve promover atividades econômicas e culturais, enfatizando cultura e identidade locais, desenho urbano e infraestrutura acessíveis a todos.

Além disso, no Plano ainda são descritas a Legislação e Normas Técnicas, Escopo de Projetos, Diretrizes de Projeto de Urbanização, Diretrizes de Projeto de Edificação e, por fim, Instrumentos de Avaliação de Projetos.

Em suma, o Plano Municipal de Habitação, mais do que simplesmente mostrar os projetos implementados na cidade de São Paulo ao longo dos anos, constitui um manual de projeto, intervenção e avaliação que agrupa iniciativas e ideias, reunidas de experiências nacionais e internacionais, que podem contribuir para a melhoria da realidade urbana de São Paulo.

O segundo livro destacado pela pesquisa foi organizado por Marcos L. Rosa e intitulado “Microplanejamento: Práticas Urbanas Criativas”, publicado em 2011.

Com o objetivo de abordar uma outra forma de pensar cidade, em uma escala local, isto é, com táticas urbanas em microescala, Rosa organiza os diferentes projetos implementados na cidade de São Paulo, invisíveis até então, categorizados e dissecados por meio de um método específico de análise, com desenhos em camadas (Figura 31).

O livro é composto basicamente pela documentação dessas micropráticas, além de ensaios formulados por autores convidados, como Richard Burdett, Fernando de Mello Franco, Rainer Hehl, Paola Berenstein Jacques e Saskia Sassen. Paraisópolis é, inclusive, um dos casos abordados.

Em suma, o chamado Microplanejamento pode ser encarado como uma alternativa às práticas de intervenção nos territórios informais e nos demais espaços urbanos das grandes cidades. De acordo com Rosa, a cidade deve ser encarada como laboratório, onde a experimentação permite uma abordagem da complexidade crescente das cidades, em busca de alternativas ao planejamento e construção (ROSA, 2011).

Figura 31 - Leitura de micropráticas. Foto do livro Microplanejamento.

Fonte: Arquivo do autor, 2013.

3.4 PROJETOS DE INTERVENÇÃO

Visto o método da pesquisa, pautado pelo desenho e proposição como efetivas ferramentas de investigação, cabe a leitura do que vem sendo proposto e implementado em relação a favelas, no Brasil, não com o objetivo de avaliar tais iniciativas, mas de tecer um panorama de alternativas, de proveniência nacional ou internacional, em diferentes escalas de abrangência, com diferentes impactos e estratégias, sendo algumas delas já implantadas, ou em processo de implantação, ou ainda, outras que permanecerão apenas como proposta.

São destacados como projetos não implantados ou em vias de implantação os de Hector Vigliecca, Alejandro Aravena, MMBB, *Urban Think Tank* (U-TT) e Christian Kerez, todos para a Favela de Paraisópolis, além de propostas do Concurso Renova SP. Como projetos concretizados, são avultados os de Demetre Anastassakis no Rio de Janeiro, o da gleba K01 de Heliópolis por Ruy Ohtake, o do Cantinho do Céu pelo arquiteto Marcos Boldarini, e, por fim, a intervenção no Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro.

A proposta de Hector Vigliecca foi desenvolvida entre os anos de 2004 e 2005, em escala urbana para a comunidade de Paraisópolis como um todo, buscando a definição física dos fundos de vale, a redefinição da malha viária, remoções nas áreas de risco na ordem de 15%, permeabilização da área central, além de novas edificações para habitação.

O principal objetivo é o de respeitar as dinâmicas e construções existentes, reorganizando-as, buscando uma melhor articulação do miolo de quadra com o restante da malha urbana da comunidade, por exemplo (Figura 32).

Figura 32 - Proposta de Vigliecca para a Favela de Paraisópolis.

Fonte: VICLIECCA & Associados.

A proposta de Alejandro Aravena para Paraisópolis ainda não se concretizou, na medida em que o terreno disponibilizado será utilizado para a passagem da linha de Metrô na Comunidade. Mesmo que não venha a ser implementado, o projeto é interessante pois, apesar de propor um gabarito não convencional para Paraisópolis, reflete as dinâmicas comerciais do térreo e as diversidades tipológica e adaptativa habitacional (Figura 33).

Figura 33 - Proposta de Aravena para a Favela de Paraisópolis.

Fonte: Sehab, 2011.

O escritório MMBB propõe a reestruturação da área junto ao Córrego do Antonico, em Paraisópolis, com remoção das construções das áreas de risco (os barracos são construídos sobre o córrego), criação de um grande espaço de uso público articulado ao uso da água e de equipamentos urbanos, envolvido por uma nova fachada ativa (Figura 34).

A *Music Factory*, ou *Grotão Community Center*, é uma proposta do escritório U-TT e, apesar de expectativas, não será implantado em Paraisópolis até 2014. Além do equipamento em si, que articula atividades musicais, educacionais, comunitárias e de transporte, o objetivo do projeto é o de interferir no sítio, requalificando-o, dotando-o de uso (Figura 35).

Christian Kerez propõe a requalificação do Jardim Colombo que, junto às comunidades Porto Seguro e Paraisópolis compõe o Complexo da Favela de Paraisópolis, como definido pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Kerez estuda a importância dos espaços públicos, em diferentes formas e usos, e isso se reflete na proposição de verticalização, seguindo a dinâmica física e urbana existente (Figura 36).

Figura 34 - Proposta do MMBB para Córrego do Antonico, Paraisópolis.

Fonte: MMBB.

Figura 35 - Proposta do U-TT para o Grotão, Favela de Paraisópolis.

Fonte: U-TT.

Figura 36 - Proposta de Kerez para o Jardim Colombo.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

Figura 37 - Proposta para Cabuçu de Baixo, Renova SP, Rainer Hehl.

Fonte: Renova SP.

Figura 38 - Projeto de Ruy Ohtake para a Favela de Heliópolis, "redondinhos".

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Do Concurso Renova SP, desenvolvido pela Superintendência de Habitação Popular da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, em 2011, para conjuntos de favelas e loteamentos irregulares em diferentes pontos da cidade, destaca-se a proposta do *MAS Urban Design ETH Zurich* e *MAS + OMA Architecture*, liderado por Rainer Hehl, escolhida como a primeira classificada para a área do Cabuçu de Baixo. A proposta articula diferentes tipos de tijolos, de modo a proporcionar individualidade e identidade a partes distintas das edificações (Figura 37).

A proposta e intervenção de Demetre Anastassakis, no Rio de Janeiro, reflete, em muitos aspectos, a lógica da favela, na medida em que permite o crescimento vertical das unidades, controlado pelos telhados inclinados, que servem de limitadores do gabarito, além de autoconstrução com tijolos estruturais e da própria articulação dos módulos habitacionais que cria terraços, vielas e pequenos pátios na cota zero. A estética "desordenada" resultante é, contudo, resultado da composição de módulos racionais.

Apriori, a proposta de Ruy Ohtake para Heliópolis não reflete o modo de viver e a própria morfologia e identidades inerentes à favela. Pelo contrário, a proposta impõe àquela população características básicas da habitação de classe média, ou seja, condomínios cercados, com equipamentos de lazer no térreo e compostos por edifícios iguais, com até cinco pavimentos e sem elevador .

Além disso, a volumetria edilícia transforma esse conjunto em um elemento novo na paisagem, se comparado tanto à cidade formal quanto à cidade dita informal (Figura 38). A planta dos edifícios também tornava questionável o uso e ocupação do espaço interno à unidade por famílias numerosas, com mobiliário padrão de baixo custo.

Contudo, não se pode dizer que o projeto não é efetivo, uma vez que, após visita a um dos conjuntos e a uma unidade habitacional, percebeu-se que o pavimento térreo, com seus equipamentos esportivos e de lazer é usado e apropriado, sim, por seus moradores, e as curvaturas do edifício não representam severa dificuldade de ocupação do espaço interno de cada uma das unidades. Sem buscar discutir as razões, fica como resposta que as pessoas adoram morar nos "redondinhos".

Como parte do processo de urbanização do Cantinho do Céu, pelo escritório Boldarini, foi implementado um parque nas margens da Represa Billings, integrando o local à população, oferecendo usos urbanos e desestimulando, portanto, a reocupação da área de forma irregular (Figura 39). A proposta ressalta a importância do uso para manutenção e apropriação de um espaço público.

Caso emblemático é o da intervenção na Praça do Cantão, incluindo mais de 7 mil metros quadrados, 34 casas e uma escola de samba, no Morro Santa Marta, Botafogo, Rio de Janeiro (Figuras 40 e 41). O projeto intitulado “Tudo de cor para Santa Marta” faz parte da *Favela Painting*, iniciativa fundada, em 2005, pelos artistas holandeses Haas e Hahn, quando vieram ao Brasil gravar um documentário sobre Hip Hop nas favelas cariocas.

Figura 39 - Urbanização do Cantinho do Céu, Boldarini Urbanismo.

Fonte: Arcoweb.

Figura 40 - Praça do Cantão, Morro Santa Marta, “antes”.

Fonte: Favela Painting. Disponível em: <http://www.favelapainting.com>

Figura 41 - Praça do Cantão, Morro Santa Marta, “depois”.

Fonte: Favela Painting. Disponível em: <http://www.favelapainting.com>

Para eles:

É um sonho poder pintar uma favela inteira e criar uma obra de arte com uma mensagem positiva, uma coisa sem precedentes no mundo. O projeto gerará orgulho e otimismo, além do trabalho, chamará a atenção sobre a vida na favela e os moradores dela. As pessoas que moram lá e que participam do projeto serão formadas e contratadas para poder completar a obra por eles mesmos. (FAVELA PAINTING, 2012).

A dupla está levantando fundos para o projeto *Back to Brazil*. Apesar de uma intervenção superficial, talvez uma simples maquiagem, qual é o impacto criado junto aos seus moradores? Qual o sentido de identidade e de pertencimento proporcionados por essa prática?

Ao observar as propostas e intervenções em favelas, percebe-se que cada qual apresenta seus potenciais favoráveis e alguns pontos questionáveis. Cada caso é um caso e talvez seja melhor errar pela tentativa de uma nova estratégia do que pela replicação de velhos modelos de comprovada ineficiência. Apesar de já consolidados e fazerem parte do presente e do futuro das grandes cidades, pouco se sabe acerca de como lidar com os assentamentos informais. Talvez a solução esteja na articulação entre diferentes estratégias. Resta-nos, portanto, aproximarmo-nos ao máximo de sua realidade, experimentar, propor e intervir.

4. RECORTE

Objetiva-se a caracterização do recorte espacial determinado para a pesquisa, isto é, a Favela de Paraisópolis, no que diz respeito a seu contexto e inserção, histórico de ocupação, população, organização comunitária, além de aspectos físicos e estruturais.

4.1 CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Mundialmente, dos 7 bilhões de habitantes (ONU, 2011), cerca da metade (ONU, 2000) reside em meio urbano. Desta população urbana, a parcela de 29%, isto é, cerca de 1 bilhão de habitantes (DAVIS, 2007), concentra-se em assentamentos irregulares e desprovidos de condições mínimas de salubridade, saneamento, serviços e equipamentos, as denominadas Favelas, *Villas miséria*, *Invasiones*, *Barriadas*, *Tugurios* e *Shanty Towns*.⁵

O Brasil, com mais de 190 milhões de habitantes⁶, dos quais 84,4% habitam áreas urbanas, possui 11.425.644 habitantes em aglomerados subnormais, montante equivalente a 6% da população nacional e à população total absoluta do Município de São Paulo, 11.253.503, sétima cidade mais populosa do Mundo e a mais populosa das Américas (IBGE, 2010).

Dos 11 milhões de paulistanos, 3,3 milhões habitam assentamentos precários (30% da população), dos quais 1,6 milhões em favelas (HABISP, Sehab, 2011), em quase 400 mil habitações (SEHAB, 2010), com condições precárias de insolação, ventilação e carência de serviços públicos. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, a população absoluta de favelados no Município de São Paulo é de 1.280.400, em 355.756 domicílios, dos quais 232.255 possuem dois pavimentos e 299.744 não possuem mínimo espaçamento entre si (IBGE, 2010).

⁵ A ONU contabiliza, em 2012, 828 milhões de habitantes em favelas, e até 2020 cerca de 1,03 bilhão. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/cidades.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

⁶ 190.732.694 habitantes, de acordo com o Censo 2010 do IBGE. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br> Acessado em 02 de agosto de 2011. De acordo com projeções e estimativas, também do IBGE, a população brasileira, em 14 de Agosto de 2014, é de 202.986.767 habitantes. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

Figura 42 - Favelas como realidade consolidada.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

As favelas constituem, irrefutavelmente, uma realidade consolidada no meio urbano paulistano. Neste contexto, destaca-se a Favela de Paraisópolis, com uma área de aproximadamente 80 ha e uma população estimada entre 43 (IBGE, 2010), 55 (SEHAB, 2011) e 100 mil habitantes⁷, o que a torna a segunda maior favela do município, depois de Heliópolis, e a oitava maior do país.

A Favela de Paraisópolis é eleita como recorte espacial por congregar uma série de fatores e características que contribuem com a discussão e o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, que visa entender, experimentar e propor seus interstícios urbanos, buscando contribuir para sua qualidade ambiental, urbana e social.

Em primeiro lugar, Paraisópolis é, definitivamente, um assentamento informal consolidado. Consolidado no que diz respeito aos materiais e técnicas construtivas empregados, na diversidade de atividades desenvolvidas, no caráter de permanência da população em uma mesma moradia ou na mesma área, na oferta de serviços e infraestrutura urbanos, na sua existência como um organismo urbano simbiótico, embora também, em certa medida, autônomo.

As favelas, de uma forma geral, atingiram, nas duas últimas décadas, uma tal dimensão, em números e escala, que tornou-se impossível escondê-las, desconsiderá-las⁸ ou simplesmente removê-las, como se fazia anteriormente.

Nas décadas de 1960 e 1970, as favelas eram, predominantemente, construídas em madeira, com materiais precários e provisórios. Entretanto, principalmente a partir da década de 1980, com a instalação de serviços como energia elétrica, água e esgoto, o poder público parece, em certa medida, legitimar este tipo de ocupação urbana dita informal, reduzindo o sentimento de insegurança, o tal medo da remoção, intrínseco a esta população. A partir daí, a população favelada estabelece, junto ao seu meio, uma nova relação, de maior identidade, pertencimento, permanência e, desta forma, consolidação.

⁷ De acordo com a União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis.

⁸ As favelas, ao longo da história brasileira, não eram levadas em conta censitariamente e/ou geograficamente, como aponta, a seguir, no caso do Rio de Janeiro: “No ano seguinte, decreto proibia que as favelas constassem dos mapas da cidade.” (Decreto 6000 de 1937 apud MAGALHÃES, 2010, p.03).

Os barracos que antes eram de madeira são, gradativamente, reconstruídos em alvenaria, muitas vezes revestidos com argamassa e pintura nas paredes, cerâmica no chão, além de concentrarem bens de consumo iguais, semelhantes ou melhores dos comumente acumulados pela classe média brasileira⁹.

Apesar de seu dinamismo físico e urbano, a favela abriga, em um mesmo barraco em processo de expansão, uma mesma família ao longo de gerações. A favela não é, portanto, um local provisório de passagem, é um bairro permanente e consolidado.

Em segundo lugar, Paraisópolis é interessante no que toca a suas dimensões populacionais e territoriais. A população estimada em 100 mil habitantes é superior ou equivalente à maior parte dos municípios do Estado de São Paulo¹⁰. Por outro lado, a área ocupada por Paraisópolis é menor e, por conseguinte, a densidade é maior, 490 hab/ha¹¹. Desta forma, estudar Paraisópolis, muito mais do que estudar um bairro ou um fragmento urbano, é estudar uma cidade, com potencialidades, problemáticas e conflitos compatíveis com essa categoria.

As dimensões de Paraisópolis contribuem, conseqüentemente, para a diversidade de situações e de interstícios urbanos, que são, fundamentalmente, o objeto de estudo da pesquisa. Se fosse estabelecido como estudo de caso outra favela qualquer, como a Favela da Linha, o material de estudo seria muito restrito. Contudo, Paraisópolis, em sua escala de cidade, possui uma verdadeira rede de interstícios urbanos diversificados, potencializando, portanto, seu estudo, experimentação e proposição.

⁹ Constatado em visitas a favelas paulistanas, como as Favelas da Linha e do Nove, na região do Ceagesp, às Favelas Morro da USP e Heliópolis, no Sacomã, e à Favela de Paraisópolis, no Morumbi.

¹⁰ Dos 645 municípios do Estado de São Paulo, apenas 71 possuem mais de 100 mil habitantes, de acordo com dados da Fundação Seade, 2008. Disponível em: <www.cidadespaulistas.com.br>. Acesso em: 12 nov. 2012.

¹¹ Apresentação da Sehab, 2011, se considerados o Jardim Colombo e Porto Seguro.

Em terceiro lugar, grande é o volume de dados levantados e pesquisas acerca de Paraisópolis. O acesso à informação, dessa forma, constitui outro critério norteador da escolha por essa favela.

Em quarto lugar, Paraisópolis vem sendo alvo de intervenções urbanas desde 2008, por parte da Prefeitura do Município de São Paulo, principalmente. Este é, portanto, o momento de se discutir esta realidade, possibilitando uma melhor tomada de decisões.

Por último, e não menos importante, Paraisópolis ocupa uma posição emblemática no ideário brasileiro e internacional. Acerca de Paraisópolis foi construída e reiteradamente reforçada a imagem de pobreza e, principalmente, de desigualdade econômica e social. Ao pesquisar no Google Imagens os termos “favelas em São Paulo” ou “desigualdade”, qual é uma das primeiras imagens encontradas? A famigerada imagem do fotógrafo Tuca Viera, contrapondo Paraisópolis a edifícios de luxo no Morumbi.

Desta forma, estudar Paraisópolis e propor Paraisópolis são formas de, talvez, atenuar preconceitos e equívocos construídos ao longo do tempo e mostrar que é possível, sim, algum dia, mostrar a mesma foto de Paraisópolis junto ao Morumbi, embora não com o sentido de exclusão, repulsa, mas com o sentido de sobreposição, coexistência, diálogo e interação (Figura 43).

Estudar e/ou intervir em favela configura um grande desafio, tendo em vista sua complexidade social e física. Esta pesquisa não objetiva, pretensiosamente, solucionar o “problema”, mas sim, lançar uma abordagem holística e infraestrutural para as favelas paulistanas, com foco nos interstícios urbanos e suas múltiplas relações com as unidades residenciais.

Figura 43 - Favela como realidade consolidada: Paraisópolis + Morumbi.

Fonte: Arquivo do autor, 2013.

4.2 APROXIMAÇÃO À REALIDADE

A seguir, é tecido um relato em primeira-pessoa, a partir do qual o autor da pesquisa apresenta, processo de aproximação à realidade do objeto de pesquisa:

O meu projeto de pesquisa especifica desde o princípio, a necessidade de aproximação da realidade estudada, de modo a contribuir com a sua requalificação. Esse era, para mim, o maior desafio e, ao mesmo tempo, a maior oportunidade da pesquisa.

No início, parecia tarefa impossível, por onde começar? A primeira tentativa foi a de frequentar eventos da Sehab e começar a conhecer pessoas. Um dia, vi o Gilson, Presidente da União de Moradores de Paraisópolis, tomei coragem e fui lá me apresentar. Peguei seu telefone, email e marcamos uma conversa na União para a semana seguinte.

Chegando lá, apesar da simpatia costumeira do Gilson, fui questionado severamente acerca das minhas intenções e, para falar a verdade, naquele momento eu não sabia bem como a minha pesquisa se desenrolaria na prática e quais contribuições poderia oferecer em resposta. Enquanto eu hesitava, desconcertado, Gilson disse:

- Olha, logo mais eu vou mandar colocar ali fora, na entrada da associação, uma placa dizendo: “É proibida a entrada de pesquisadores”. Muitos vêm aqui, tiram fotos, fazem perguntas, mas depois viram as costas, vão embora para nunca mais voltar.

As palavras do Gilson me deixaram estarecido, não por discordar delas, mas por me dar conta de que, realmente, estava lidando com pessoas e com suas vidas. A pesquisa não se presta meramente à produção de um caderno de capa dura a ficar guardado na biblioteca, mas à construção de

conhecimento a partir da realidade e para a realidade. Foi então que eu disse:

- Gilson, eu posso ainda não saber como, mas quero estar aqui, junto de vocês, e poder contribuir de alguma forma.

Deixei a União com pensamentos e ideias fervilhando na cabeça. Poucos dias depois, tive a notícia do aceite de minha bolsa de pesquisa em Londres, por um período de seis meses. Agora eu me distanciaria de vez da comunidade, pensei, mas não poderia perder essa oportunidade. E lá fui eu para a AA!

Seis meses depois, longe da realidade das favelas e da realidade brasileira em si, voltei a São Paulo. Logo fiquei sabendo que, no sábado da mesma semana, aconteceria a Mostra Cultural de Paraisópolis.

No sábado, lá estava eu, no Centro Educacional Unificado (CEU). De longe vi o Gilson e pensei, vou lá falar com ele, reapresentar-me, ele nem deve mais se lembrar de mim. Pelo contrário. Gilson não perdeu a oportunidade de, mesmo sabendo o motivo da viagem, cobrar, meio que brincando, a minha ausência na comunidade por tanto tempo.

Foi então que o Gilson me chamou e me deu um presente. Algo muito simples, mas que (desculpem-me os familiares e amigos) me deixou muito mais feliz do que qualquer outro presente de aniversário ou natal de muitos anos. Era uma camiseta, camiseta da 5a semana de Paraisópolis, que começaria logo mais.

Para mim, muito além de uma peça de roupa, aquilo significava: Ok, Eduardo, seja bem vindo! Vamos pensar algo novo para Paraisópolis, todos juntos!

Desde então, participamos de editais da Funarte e do Ministério da Cultura e fizemos outros projetos que, por enquanto, não vingaram. Passei a conhecer a comunidade, seus personagens, seus caminhos, suas belezas, seus problemas. Sou chamado até para os churrascos do pessoal.

Enfim, o mais importante é que tive a chance de investigar e, ao mesmo tempo, participar do objeto de estudo, da forma mais próxima e sincera possível.

4.3 INSERÇÃO

4.3.1 LOCALIZAÇÃO

A Favela de Paraisópolis, segunda maior do Município de São Paulo,¹² está situada na Zona Sul da cidade, na Subprefeitura do Campo Limpo, Distrito Vila Andrade, distrito esse com população de 73.649 habitantes (IBGE, 2010). Popularmente, contudo, Paraisópolis está inserida no Morumbi, em meio a condomínios e prédios de classe alta (Figura 44).

Paraisópolis, ao longo de décadas, conviveu com carências e precariedades, já que podia se escorar em seu entorno, que oferece equipamentos urbanos, transporte, emprego e lazer. Paraisópolis surgiu e se manteve, portanto, pelas oportunidades urbanas da área circundante (Figura 46). Essa é uma característica comum às favelas, ou seja, a ocupação em si pode ser carente em infraestrutura e serviços, mas sua localização permite acesso a essas facilidades, fator esse que justifica a insatisfação das populações faveladas frente a remoções para áreas da periferia da cidade.

“Barueri ficava muito longe, mas Paraisópolis não.” (Vagner de Alencar, ex-morador de Paraisópolis, explica a razão que o fez ficar longe do restante da família, já que trabalhava na Feira da Madrugada do Brás e iria fazer faculdade no Centro da Cidade).

Contudo, nos últimos anos, ações governamentais têm se concentrado a sul de Paraisópolis, dotando-a de equipamentos e serviços públicos urbanos, como a Escola Técnica Estadual de São Paulo (ETEC), o CEU, a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) e postos de saúde. E, para os próximos anos, são previstos outros projetos culturais, de saúde e mobilidade, parte do processo de urbanização da comunidade, a ser transformada em “Bairro”.

¹² Paraisópolis ocupa cerca de 80ha de área particular, com uma população de aproximadamente 60 mil a 100 mil habitantes. A maior favela de São Paulo é a de Heliópolis, no Distrito Sacomã.

Figura 44 - Inserção urbana da Favela de Paraisópolis.

Fonte: Elaborada pelo autor.

É lançada a hipótese de que, na medida em que Paraisópolis vai se consolidando e recebendo investimentos públicos e privados, o status de dependência em relação ao seu entorno e suas potencialidades se modifica. De acordo com a União de Moradores, 21% dos trabalhadores da comunidade trabalham na própria favela e 30% dos moradores têm lazer, estudam e trabalham exclusivamente em Paraisópolis.

O livro “Um País chamado Favela”, de Renato Meirelles e Celso Athayde, destaca, em diferentes pontos do texto, a preferência dos moradores de favela em desenvolver atividades dentro da própria comunidade. 90% dos entrevistados haviam feito compras em mercados e mercearias de dentro da favela, nos últimos 30 dias. 63% havia participado de festas dentro da comunidade, no último mês, 21% em um bairro próximo e 16% em um bairro distante. No que toca à compra de roupas, 25% prefere comprar na favela, 40% em um bairro próximo e 34% em bairro distante. Com relação ao churrasco, 89% havia comido, no último mês, dentro da comunidade, 6% em algum bairro próximo e apenas 5% em um bairro distante.

Pode-se dizer que, cada vez mais, Paraisópolis funciona como um microcosmos dentro de outro, sem possibilidade, contudo, de efetiva articulação, seja articulação física, visual, cultural, social ou humana. Paraisópolis ocupa, predominantemente, uma área de vales, entre a Avenida Giovanni Gronchi, com condomínios murados e lojas de automóveis, e o Cemitério e a Fazenda do Morumbi, com seu traçado viário orgânico de reduzida permeabilidade urbana. Portanto, Paraisópolis está escondida e cercada por grandes glebas particulares, de propriedade e uso particulares, articuladas por sistema viário expresso (Figura 45 e 47).

Não é legítimo e verdadeiro dizer que seria possível a articulação entre Paraisópolis e seu entorno imediato. É possível articulá-la a um grande cemitério particular? Ou a um condomínio murado de edifícios altos? Ou a uma avenida de comércio especializado? Não. É reforçada a hipótese de que o entorno imediato de Paraisópolis configura um obstáculo, um cordão de isolamento entre o “dentro” e o “fora”, entre a “favela” e a “cidade”.

Em suma, Paraisópolis surgiu e por muito tempo se apoiou e consolidou com base em sua localização. Contudo, apesar de ainda depender de seu entorno e se relacionar mutuamente com ele, torna-se cada vez mais autônoma, configurando uma realidade independente dentro de outra.

Figura 45 - Corte Leste-Oeste da Favela de Paraisópolis.

Fonte: Elaborada pelo autor.

4.3.2 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação do Município de São Paulo (Sehab), em 1921 iniciou-se, na área hoje ocupada por Paraisópolis, a implantação de um loteamento, pela União Mútua Companhia Construtora e Crédito Popular S.A., em parte da antiga Fazenda do Morumbi. Apesar da topografia acidentada, o loteamento foi implantado de acordo com arruamento reticulado ortogonal, com ruas de 10m de largura e quadras de 100 x 200m, em um total de 2.200 lotes.

Contudo, o loteamento “não vingou”. A infraestrutura do loteamento não foi completamente instalada e muitos dos compradores dos lotes não tomaram posse efetiva ou pagaram os tributos necessários.

A inconclusão e o abandono da área abriram precedentes, portanto, para a ocupação irregular (Figura 48).

Nos anos 1950, foi iniciada a ocupação informal das terras particulares sem uso, principalmente por famílias de posseiros japoneses, atuando como grileiros e dando uso agropecuário aos lotes.

Na década de 1960, o boom imobiliário que levou à implantação, nos arredores, de bairros de alto padrão, como o Morumbi, além dos cemitérios Gethsemani e Morumbi e abertura de vias de acesso, como a Avenida Giovanni Gronchi, intensificaram os interesses pela região e sua ocupação irregular. Neste mesmo período, as ruas do loteamento foram oficializadas, pela Lei No 7.810 (ARR 2514). Ainda na década de 60, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado de Santo Amaro, propondo a declaração da área como de interesse público, viabilizando sua urbanização. Isso nunca ocorreu, entretanto.

De acordo com moradores da comunidade, em conversas informais, a ocupação de Paraisópolis teria sido iniciada em meados da década de 60, na quadra delimitada pelas ruas Melchior Giola,

Pasquale Gallupi, das Jangadas e Itajubaquara, pelo Seu Caboclo, que veio a São Paulo para a construção do Estádio do Morumbi, e ocupou essa área onde construiu quartos de madeira, locados a demais trabalhadores da região e, a partir daí, começou o processo de ocupação e consolidação da favela. Nesta fase, o acesso a serviços urbanos era precário e, por exemplo, o preço do aluguel para quartos com luz elétrica era o dobro.

Na década de 70, eram visíveis os barracos de madeira que se espalhavam pela área. O processo de ocupação tornou-se ainda mais intenso de 1974 a 1980, com grande fluxo migratório a partir da década de 80, fundamentalmente devido à oferta de emprego no setor de construção civil.

Na década de 1990, o fluxo migratório em direção à área se fez a partir da remoção, pela ação municipal, de favelas próximas. Esta população concentra-se hoje, em grande parte, nas regiões do Grotão e do Grotinho, áreas de topografia acidentada.

Hoje, de acordo com a Sehab, a população de Paraisópolis, em cerca de 80 ha de área, é de aproximadamente 60 mil habitantes, precisamente 55.590 pessoas, em 20.832 imóveis (PMSP, 2010), resultando na densidade populacional de 590 hab/ha. Já a União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis contesta esse dado, alegando uma população entre 80 e 100 mil habitantes, em 21 mil barracos.

Atualmente, a Prefeitura está em um processo de regularização fundiária, através de demarcação de área de interesse público e posterior desapropriação ou aplicação do direito de preempção, além de doação com perdão da dívida (Lei No 14.062/05 e Decreto 47.144/06) e doação com recebimento de potencial construtivo (Decreto 42.272/06). Também estão sendo distribuídos, em algumas áreas da favela, o título de posse, aos moradores atuais.

A seguir, é interessante, a partir de imagens aéreas catalogadas pela Sehab, acompanhar o processo de ocupação de 1940 a 2014, em ordem inversa (Figuras 49 a 57).

Figura 48 - Sobreposição do loteamento à área ocupada pela Favela de Paraisópolis.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

2014

Figura 49 - Vista aérea da Favela de Paraisópolis, em 2014.

Fonte: Google Earth.

2008

Figura 50 - Vista aérea da Favela de Paraisópolis, em 2008.

Fonte: Google Earth.

2004

Figura 51 - Vista aérea da Favela de Paraisópolis, em 2004.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

1994

Figura 52 - Vista aérea da Favela de Paraisópolis, em 1994.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

1987

Figura 53 - Vista aérea da Favela de Paraisópolis, em 1987.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

1977

Figura 54 - Vista aérea da Favela de Paraisópolis, em 1977.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

1968

Figura 55 - Vista aérea da Favela de Paraisópolis, em 1968.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

1954

Figura 56 - Vista aérea da Favela de Paraisópolis, em 1954.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

1940

Figura 57 - Vista aérea da Favela de Paraisópolis, em 1940.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011

4.3.3 CLIMA

Latitude 23°32'51"S, Longitude 46°38'10"W e Altitude de 760m, acima do nível do mar, são as coordenadas da cidade de São Paulo, Brasil, caracterizada por um clima tropical, com conforto térmico em cerca de 70% do ano (ASHRAE, 2009).

A temperatura média do ar no Verão é de 23°C a 25°C, com umidade relativa igual ou superior a 80%. Os invernos são amenos, com temperatura média do ar entre 16°C e 18°C, embora, mesmo nesses períodos, a umidade permaneça alta (Gráficos 5 e 6).

A temperatura e umidade relativa variam ao longo do dia, por todo o ano, com temperaturas amenas nas primeiras horas do dia e podendo alcançar mais de 30°C durante a tarde. Por essa razão, quatro dias distintos foram selecionados para ilustrar as condições climáticas típicas de São Paulo: dia chuvoso de Verão; dia típico de Verão; dia ensolarado de Inverno; e dia típico de Inverno (Gráficos 1 a 4).

O clima oferece dias ensolarados de inverno, momento no qual a incidência de radiação solar direta é fundamental para o conforto térmico, especialmente em ambientes externos, e dias parcialmente nublados no verão, quando a principal estratégia para conforto é a combinação de proteção solar e ventilação natural (SZOKOLAY, 2004). O clima estabelece, portanto, a necessidade de flexibilidade como requisito de projeto, para ambientes externos e internos.

O clima da cidade de São Paulo é favorável ao desenvolvimento do ambiente natural, de condições ao ar livre e potenciais de energia, mas a massa construída, em sua forma, densidade, gabarito, materiais e atividades humanas pode, potencialmente, agravar as condições microclimáticas e tornar necessária a adoção de medidas específicas para o restabelecimento de conforto. Tais condições podem ser ainda mais agravadas nos ambientes internos, onde altas densidades de

ocupação e baixas taxas de renovação do ar comprometem as condições ambientais nos períodos quentes do ano.

Levando-se em conta a importância da radiação solar para o clima de São Paulo, de 3200 W/m² no Inverno a 4400 W/m² no Verão (FROTA, 2007) e a influência da massa construída nos microclimas, na Primavera, a temperatura aparente da superfície é maior que 32°C em áreas de elevada densidade construída, enquanto áreas verdes apresentam, em média, 28°C, e trechos urbanos com densidades menores, 27°C. Apesar de a alta densidade poder acarretar o sombreamento excessivo (TARIFA, 2001) e a altura irregular dos edifícios agir a favor de elevado fluxo de vento, o efeito de ilha de calor urbana é evidente em assentamentos informais consolidados, como é o caso de Paraisópolis.

Neste ponto, torna-se fundamental o artigo de Edelci Nunes Silva, cujo objetivo é, exatamente, o de estudar a relação entre a ocupação do solo e o microclima urbano da favela.

Os estudos ambientais foram desenvolvidos na Favela de Paraisópolis, em 2003, entre 19 de Fevereiro e 31 de Julho. Foram medidas as temperaturas horárias em quatro pontos de um setor densamente ocupado da favela e, como controle, outro ponto em área arborizada próxima.

As temperaturas horárias médias foram: no Verão, entre 18,5°C e 29,5°C, com atenuação de 2 a 3 graus fora da favela; no Outono, entre 15,5°C e 25,5°C; no Inverno, entre 13,5°C e 25,5°C (SILVA; RIBEIRO, 2006).

As temperaturas medidas encontravam-se dentro da Zona de Conforto em cerca de 50% das horas, sendo as temperaturas abaixo do limite mínimo (18°C) mais frequentes do que acima do máximo (24°C).

Na favela, as temperaturas durante o dia foram até 3°C mais altas e cerca de 1°C, em média, mais baixas à noite. Eldeci Nunes da Silva concluiu que a ocupação do solo é, portanto, fator diferenciador das temperaturas e o ambiente da favela acentuou os extremos de temperatura, com amplitudes térmicas diárias maiores.

Fonte: MORIKAWA, 2012

Fonte: MORIKAWA, 2012

Fonte: MORIKAWA, 2012

Fonte: MORIKAWA, 2012

Fonte: MORIKAWA, 2012

Figura 59 - Carta solar da latitude 23°S.

Fonte: FROTA, 2007 apud MORIKAWA, 2012.

4.4 POPULAÇÃO

4.4.1 RELATO DE UM MORADOR

Com o objetivo de ilustrar o morador da Favela de Paraisópolis, é destacado um relato comentado do ex-morador da favela, Vagner de Alencar, em entrevista para a dissertação, em 2014.

Entre os 5 e 7 anos de idade, portanto entre 1992 e 1994, Vagner saiu do povoado de Barra do Choça, na Bahia, e veio em direção a São Paulo com pai, mãe, irmãos e outros familiares. No início, eles moravam em outra favela, no Brooklin, a Favela Jardim Edite. Um tempo depois, essa área foi desapropriada e então parte da família voltou para a Bahia e o restante foi para Paraisópolis. Na realidade, a vida de Vagner foi marcada por recorrentes mudanças:

“Eu costumo falar das minhas idas e vindas a São Paulo de acordo com as minhas séries escolares. Fiz o Pré-Primário em São Paulo, alfabetização, primeira e segunda séries na Bahia, terceira, quarta e metade da quinta série aqui, a outra metade da quinta e a sexta lá, a sétima aqui, metade da oitava aqui, metade da oitava lá, e o ensino médio inteiro lá.”

O motivo do último regresso da família à Bahia, excetuando-se o pai, que permaneceu em Paraisópolis, foi a mãe, que estava com câncer. A mãe faleceu em 2006.

Com a morte da mãe, Vagner, que é o mais velho de cinco irmãos, permaneceu ainda um ano com os irmãos na Bahia. Um tempo depois, todos decidiram que os irmãos viriam para São Paulo e ele, “como mãe e pai deles”, viria junto, apesar de afirmar que, sinceramente, não gostava muito de São Paulo.

De volta a São Paulo em 2007, os irmãos de Vagner foram morar com o pai e sua namorada, em Barueri e Vagner, que começou a trabalhar na Feira da Madrugada, no Brás, foi para Paraisópolis.

“Eu passei por umas três ou quatro casas em Paraisópolis, eu era um nômade [...] A última delas era, na verdade, uma garagem, onde morava com um tio e um primo. Essa casa era de dois tios, mas um deles comprou a parte do outro e despejou a gente, porque ele queria reformar, queria fazer outra coisa ali. E pensei, vou para onde? Estava estudando no Mackenzie, estagiando aqui perto, então vim para o Campo Limpo, em 2011.”

Vagner confessa ter começado a conhecer mais Paraisópolis depois que saiu de lá. “Comecei a escrever para a Folha, no Blog Mural, e esse trabalho me fez olhar a favela de outra forma. Comecei a olhar Paraisópolis não como morador, mas como jornalista, como uma pessoa que não é dali. Minha relação com Paraisópolis tem 18 anos e cada vez que eu volto tem alguma coisa nova.”

Questionado sobre a diferença entre morar na favela e fora dela, Vagner afirma: “Olha, aqui, o Campo Limpo, é um dormitório, na verdade, eu não tenho relação nenhuma com o bairro, eu não conheço nada, não conheço vizinho nenhum. O que eu perdi e me faz falta é essa relação social. Em Paraisópolis isso é muito natural. Geralmente os familiares moram em locais próximos e isso gera uma dinâmica diferente de vizinhança.”

No que toca aos aspectos positivos e negativos de Paraisópolis, Vagner destaca que, de fato, esta é uma região privilegiada, diferente de áreas periféricas como Cidade Tiradentes, Capão, M’Boi Mirim.

Apesar disso: “O que me incomodava em Paraisópolis era essa visão pejorativa que se tem dela, além das condições ainda precárias, principalmente para quem mora em uma viela, perto de esgoto. Eu sempre morei em viela, e próximo a córrego, perto do Antonico. A casa era um sobrado, então nunca encheu, mas o córrego enche com as chuvas e mistura com o esgoto. A falta de saneamento básico me incomodava.

Também é ruim a questão do barulho. Todo mundo quer abrir um negócio e abrir um negócio significa montar um bar e tocar o forró na última altura. Paraisópolis, durante a semana, é som de construção e, no final de semana, é o som do funk e do forró, mais forró, na verdade, porque o pessoal do nordeste gosta.”

4.4.2 POPULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Cabe destacar que os dados referentes à Favela de Paraisópolis são provenientes de duas fontes principais, a Secretaria de Habitação da Cidade de São Paulo e a União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis, cujos dados divulgados, em alguns dos casos, são discrepantes. Recorrentemente, inclusive, a mesma fonte oferece dados distintos. A posição adotada na presente dissertação é a de reunir o máximo de dados disponíveis e oportunos em cada fonte, isentando-se da necessidade de compará-las ou classificá-las. São compilados os dados mais recentes encontrados ou registrados, mesmo sabendo-se que a favela, da forma como é aqui relatada, em seu dinamismo intrínseco, já não é mais a mesma que está lá fora neste momento.

Esses condicionantes não prejudicam o desenvolvimento da pesquisa uma vez que o objetivo fundamental é uma compreensão global e abrangente da problemática estudada, em sua escala e dimensões gerais, em detrimento de números e dados absolutos.

Para a Secretaria Municipal de Habitação do Município de São Paulo (Sehab), Paraisópolis denomina um complexo de favelas, integrado pela Favela de Paraisópolis (recorte espacial da dissertação), a Favela Porto Seguro e a Favela Jardim Colombo. Já a União de Moradores não considera as comunidades vizinhas em suas iniciativas.

De acordo com a Sehab, a Favela de Paraisópolis ocupa uma área de 82 ha, subdividida em 9.236 lotes, 17.141 propriedades, das quais 14.538 são de uso residencial. O total populacional é de 45.694, enquanto uma população de 55.590 diz respeito a todo o complexo de Paraisópolis. Todavia, segundo a União de Moradores de Paraisópolis, a população, apenas da Favela de Paraisópolis, está entre os 80 e 100 mil habitantes em 21 mil moradias. De qualquer forma, a população de Paraisópolis é significativa e equiparável à de grande parte das demais cidades

Figura 60 - População da Favela de Paraisópolis, diferentes idades e funções.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 61 - Composição familiar e ocupação de mesma construção por diferentes gerações.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

paulistanas.

Desta população, 58% é masculina e 42% feminina.

Observando, o levantamento e mapeamento realizado pelo Habisp (PMSP, 2012), a distribuição de chefes de acordo com sexo parece mais equitativa (Figura 62).

No que toca à distribuição etária da população, Paraisópolis é predominantemente jovem, com concentração populacional entre os 15 e 39 anos de idade, de acordo com a publicação A Cidade Informal do Século 21 (SÃO PAULO, 2010)

De acordo com a União de Moradores, 60% da população da comunidade ocupa a faixa etária de 11 a 35 anos.

Quanto à composição familiar, a maior parte tem de dois a quatro integrantes, compatível à média da família brasileira¹³ e poucas são as famílias formadas por um só indivíduo. Tais dados contribuem para a desmistificação do caráter transitório das favelas (Figura 61).

No que diz respeito ao nível de escolaridade da população, Paraisópolis chama atenção para a elevada porcentagem de pessoas sem informação. Além disso, não foram entrevistadas, ou não alcançaram porcentagem significativa, pessoas com nível superior. De acordo com a União de Moradores, a favela possui 12.000 analfabetos em idade adulta, hoje atendidos pela Escola do Povo, embora seja, ao mesmo tempo, significativa perante a quantidade de pessoas com curso superior concluído.

O nível de escolaridade, indubitavelmente se reflete na renda mensal familiar e per capita. 70% das famílias ocupam a faixa de até 3 salários mínimos, faixa esta que vem se tentando atingir, em vão, ao longo de décadas de política habitacional brasileira e paulistana.

Esta predominância não impede, todavia, a existência, assim como na “sociedade formal”, de uma pequena porcentagem, 4%, que ocupe o topo da pirâmide na “sociedade informal”. A estratificação social é, portanto, característica compartilhada entre formalidade e informalidade.

¹³ 3,3 pessoas por família é a média brasileira (IBGE, 2002).

A Figura 63, do mapa interativo do Habisp, mostra a distribuição de renda por domicílio. Este levantamento possui significativa correspondência com os gráficos anteriores, com grande concentração de famílias com até 3 salários mínimos. Neste mapa, são também destacados casos de renda acima de 10 salários mínimos, o “ topo da pirâmide.”

A Figura 64 mostra quantidade substancial de chefes de família desempregados. A Figura 65 mostra a significativa quantidade de domicílios com um ou mais residentes com necessidades especiais. Como imaginar a relação dessa parcela da população tendo de lidar com calçadas estreitas, íngremes, com degraus, mal feitas e mal mantidas? Qual o grau de independência que essas pessoas desempenham? Pensar numa Paraisópolis universal e acessível é, definitivamente, um grande desafio, não só um desafio, uma necessidade.

A Favela de Paraisópolis tem como principal força comunitária a União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis, fundada em 16 de setembro de 1983, possuindo um ano a mais de idade que seu atual Presidente, Gilson Rodrigues¹⁴, em seu terceiro mandato, com vice-Presidente Joildo Santos, ambos moradores de Paraisópolis.

A União de Moradores centraliza uma série de iniciativas, associações e ONGs, através do Fórum Multientidades Paraisópolis, criado em 1994, além de buscar representar a comunidade frente ao Poder Público e à Sociedade, firmando parcerias e lutando por mudanças.

Há ONGs humanitárias na comunidade, como o Instituto EntreAto de Promoção Humana, a Associação Mãos Fraternas, o Posto de Orientação Familiar, a Associação Amigos Casa da Amizade, a ONG Florescer e o Centro de Trabalho Comunitário de Paraisópolis do Mosteiro São Geraldo. Outras ONGs estão relacionadas ao esporte, como é o caso da Bandeirantes do Rugby, da ONG ¹⁴ Gilson Rodrigues é candidato a deputado estadual de São Paulo, nas eleições de 2014, pelo PPL, Partido Pátria Livre, apoiando o candidato à presidência do PSB, Partido Socialista Brasileiro.

Skate Solidário, do Espaço Esportivo Cultural Bovespa e do Espaço Nossa Casa; à cultura, por meio do Movimento Cultural Cruk, da Companhia Teatral Paraisópolis, do Coletivo Foz de Arte, da Companhia de Dança Contemporânea MOVI, do Ballet Paraisópolis (Figura 66), da Associação Meninos do Morumbi, do Barracão dos Sonhos e da Filarmônica de Paraisópolis; ao meio ambiente, através da Associação de Catadores Reciclando Esperança, com coleta seletiva, reciclagem e oficinas de reciclagem; e à saúde, com o Programa Einstein na Comunidade, composto por Ambulatório Médico e Centro de Promoção e Atenção à Saúde.

Junto à União também está a Rádio Nova Paraisópolis 87,5 FM, fundada em 2010. Além da Rádio, a comunidade se mantém informada pelo Jornal Espaço do Povo, pelo site da União (paraisopolis.org.br), pelo Facebook, por um quadro de avisos na entrada da associação e através de carros de som que percorrem toda a favela.

Figura 67 - Projetos sociais e culturais durante a VIII Mostra Cultural de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2013.

4.4.3 O PAPEL DAS LIDERANÇAS

A eleição para a presidência da União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis acontece a cada três anos, e não existem restrições para reeleição. O Presidente anterior ao Gilson Rodrigues, José Rolim, ocupou o cargo por longo período, cerca de dez mandatos, de acordo com moradores da comunidade. Gilson Rodrigues foi presidente, pela primeira vez, quando José Rolim abdicou da função para ser vereador de São Paulo. Depois disso, Gilson venceu mais duas eleições.

Gilson Rodrigues, além de representar o bairro, dentro de suas demandas e carências, dialoga com o governo e sociedade em geral, em busca de soluções para que Paraisópolis se torne um Bairro. Outra parte do seu papel é o de estimular a participação dos moradores. Segundo Gilson, Paraisópolis é, hoje, referência no trabalho social das organizações de iniciativa privada, por meio de incentivos fiscais, fundações e recursos de governo.

“Costumo dizer que nós chamamos o ‘melhor-melhor-do-mundo’ para participar de ações na comunidade, pagando salários muito altos, enquanto o morador trabalha como faxineiro, ou outra função que ninguém queira assumir, com salário mínimo. Antes isso acontecia porque as pessoas falavam que o morador não tinha qualificação para assumir determinadas funções, o que hoje já não é mais verdade. Hoje nós temos pessoas qualificadas na comunidade, temos médicos, administradores, pedagogos, essa juventude que já estava inserida no processo de desenvolvimento de Paraisópolis, que cresceu, fez faculdade e agora quer assumir seu espaço na comunidade.

Aqui na União, todos os cargos de direção, na verdade todos os cargos, são ocupados por moradores. Não só da faxina, mas de direção também, todos moradores.

Quando eu não tenho uma pessoa com determinada função na comunidade, eu convido alguém de fora para formar pessoas daqui. Por exemplo, montamos a Orquestra Filarmônica de Paraisópolis,

mas eu não tenho maestro em Paraisópolis. Por isso, convidamos o Paulo para ser o maestro, mas queremos que ele forme um maestro aqui.

Não tínhamos também uma bailarina profissional aqui em Paraisópolis. Nós chamamos a Mônica, ela vai formar uma bailarina que se tornará a diretora do Ballet Paraisópolis.

Não adianta eu trazer para a comunidade o ‘melhor-melhor-do-mundo’ e o cara da comunidade não poder participar.

Meu papel é estimular o protagonismo do morador, o morador ser agente da sua própria transformação, para que, no futuro, ele possa assumir esses projetos. E, na verdade, esses projetos e ações na comunidade não são pensados para serem eternos. A União tem uma missão, a de transformar a favela num bairro. Depois que Paraisópolis for um bairro, qual será a missão da União? Temos que repensar, reformular. Depois que tivermos um hospital aqui, o que o Einstein vai fazer? Temos que trabalhar para não haver mais a necessidade de projetos sociais, para que o governo assuma o seu papel, efetivo papel de governo.” (Gilson Rodrigues em conversa para a dissertação, 2013).

Por outro lado, Maria Teresa Fedeli, pela vasta experiência em urbanização de favelas, destaca que nem sempre a liderança conhecida representa, efetivamente, a comunidade. Para Patricia Samora, inclusive, “Paraisópolis é uma das favelas menos participativas que eu conheço. Paraisópolis, ao contrário de Heliópolis, sempre todo mundo chegou lá para oferecer coisas, e isso desmobiliza a participação.”¹⁵

¹⁵ As declarações de Maria Teresa Fedeli e Patricia Samora foram registradas durante discussão da exposição “Cidade Viva | Cidade Sonhada, promovida por Eduardo Pimentel Pizarro e a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, na Tenda Cultural Ortega y Gasset.

Figura 68 - População em suas atividades cotidianas.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Figura 69 - Moradores da favela ao longo de gerações.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

4.4.4 ESTUDOS DE CASO

Ao longo da dissertação, a favela de Paraisópolis será caracterizada através de trabalhos analíticos e de campo, nas escalas urbana e edilícia. No que toca à escala das edificações, são selecionadas, como estudo de caso para avaliações de desempenho térmico, duas residências típicas de Paraisópolis, uma delas situada junto à rua e, a outra, em uma viela. Antes de avaliar o desempenho ambiental dos estudos de caso, contudo, vale descrever, sinteticamente, as histórias das famílias que têm essas residências como lar.

O objetivo do presente item, portanto, é mostrar o entrelaçamento entre os aspectos sócio-humanos e urbano-edilícios da favela, em sua construção, crescimento, uso e apropriação.

A casa da rua é habitada pela família da Mara e, a casa da viela, pela família da Ju.

A Mara é filha de um mineiro e uma alagoana, que se conheceram em São Miguel Paulista, para onde vieram em busca de trabalho, em uma metalúrgica. Assim como a Mara, a segunda filha mais velha também nasceu em São Miguel. Os próximos dois filhos do casal nasceram em Santo André e Paraisópolis, respectivamente. São quatro filhos, nascidos em 1976, 1978, 1980 e 1987.

“Em Santo André, meu pai fez um amigo, que foi padrinho do meu irmão, e foi esse rapaz que trouxe ele aqui pro Paraisópolis. Paraisópolis ainda estava começando, era tudo de terra, não tinha tanta casa, comércio, eu tinha uns quatro anos de idade, então nos anos 80.”

Mara relata que a família começou a vida em Paraisópolis pagando aluguel e sequer tinham luz na casa, na verdade um barraco de madeira, no meio de um terreno cercado. O pai da Mara trabalhava de guarda noturno e a mãe de empregada, no Portal do Morumbi.

Aos poucos, o pai e dois tios começaram a construir, à noite, depois do trabalho, um “barracão” coletivo. Morando no barracão, a família já dispunha de energia elétrica, água, mas ainda usava fossas. Um tempo depois, os tios se mudaram para outras casas dentro da favela.

“Quando minha mãe trabalhava e a gente era muito pequena, uma família cuidava de nós três, a gente ia pra escola, o Homero, aqui dentro de Paraisópolis, e depois ficava em casa. Essas moças que cuidavam da gente não tinham televisão, e elas iam todo dia assistir novela lá em casa, o que era muito legal. E toda vez que a novela acabava, todo mundo batia palma.”

Depois do “barracão”, a família da Mara se mudou para uma casa perto do bar do pai e do Campo do Palmeirinha. Ainda depois, a família se mudou para o Jardim São Luiz, onde recebeu um apartamento da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), através de um vereador com quem a mãe da Mara trabalhava. A família mudou de casa, mas o bar foi mantido.

“Nós ficamos lá, no conjunto da CDHU, por 12 anos, só que com comércio aqui em Paraisópolis. Em um só apartamento de dois dormitórios estávamos vivendo em 6 pessoas, mais um sobrinho meu. Meus irmãos dormiam na sala e eu e minha irmã dormíamos no quarto. A gente só dormia lá. No começo, a gente ia de perua até o São Luiz, dava uns 40 minutos, acho, e depois um ônibus, todo dia. Eu gostava mais de morar no apartamento do que em Paraisópolis, porque tudo era mais organizado, acho.”

O bar do pai da Mara foi, aos poucos, perdendo espaço para seu próprio negócio, uma videolocadora que, com o lançamento dos DVDs, entrou em processo de decadência até seu fechamento e substituição por uma padaria onde Mara e o pai trabalhavam. Por fim, hoje, o espaço do antigo bar é alugado para uma lanchonete, por três mil reais mensais.

“O problema é que enquanto a gente tava trabalhando em Paraisópolis, a minha mãe ficava sozinha lá no São Luiz. Então meu pai vendeu o apartamento no São Luiz e construiu uma casa em cima da locadora, pra eles morarem.”

Mara se casou e foi morar no Embu. Depois de dois anos, separou-se do pai de sua primeira filha, Sol, e voltou para Paraisópolis. Como não havia espaço na casa da família, Mara foi morar em um quarto alugado nas proximidades, até seu pai construir, em cima da locadora e da casa da família, outros dois cômodos e um banheiro para ela, na área hoje ocupada pela cozinha e pelo quarto da filha.

Nessa época, Mara conheceu seu atual marido, baiano, que trabalhava como porteiro no Morumbi, mas depois começou a se envolver em negócios ilícitos e acabou ficando preso por quatro anos.

“A gente se casou por procuração, ele ainda estava preso, a gente não teve festa de casamento.”

Quando o marido saiu da cadeia e eles tiveram seu segundo filho, Enzo, a casa foi ampliada para a configuração de hoje. “Nós construímos os outros cômodos, mas não tínhamos dinheiro para a laje. Então ficou um tempo só as paredes ali, sem a gente usar o espaço. Depois minha mãe pegou um dinheiro na Caixa e a gente pôde fazer a laje. Ficou na laje aparente por muito tempo, agora que a gente pôs gesso. Não tinha piso também. E ainda nem tem vidro nas janelas.”

Hoje em dia, o pai da Mara mora com os dois filhos mais jovens em um sítio em Bragança Paulista e a mãe, a irmã e a sobrinha moram em Paraisópolis, em cima do comércio do térreo e abaixo da casa da Mara, isto é, a casa original da família, hoje subdividida, com aluguel de uma parte (Figura 70).

“Meu pai, às vezes, quer voltar pra cá, às vezes não quer. Ele pensa inclusive em construir aqui em cima pra minha mãe, ela iria morar em cima de mim e a gente alugaria onde ela mora hoje, embaixo de mim. Minha mãe está aqui ainda porque ela trabalha e ajuda a minha irmã, mas ela vai pra chácara nos finais de semana. Eu também gostaria de morar em Bragança, mas, por enquanto, eu não posso, eu tenho de aproveitar que minha filha tem bolsa lá no Colégio Porto Seguro. Eu gosto de morar aqui, eu só não gosto da criminalidade. Aqui tem tudo o que eu preciso. Por exemplo, uma amiga minha que mora no Cambuci tem que andar meia hora pra conseguir carregar um bilhete único. Mas de sexta-feira a domingo, a gente não dorme aqui em Paraisópolis, devido ao funk. A Sol não gosta de morar aqui, porque ela não pode sair de casa, os pais ficam com medo.”

Figura 70 - Perspectiva da casa da rua, a casa da família da Mara.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 71 - Diagrama da casa da viela, a casa da família da Ju.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A casa da viela é da família da Ju.

A mãe da Ju veio da Bahia para São Paulo, sozinha, por volta de 1966, quando tinha 10 anos de idade.

“Um dia, uma tia da minha mãe foi visitar a família na Bahia e meu avô disse para ela: ‘Quando você for embora, você leva ela junto com você?’ Essa tia não devia levar meu avô a sério, mas foi o que aconteceu. No dia do retorno, meu avô comprou a passagem e minha mãe veio pra São Paulo, morar junto com a tia dela, em Paraisópolis.”

O pai da Ju é pernambucano e veio para São Paulo já adulto.

Os pais se conheceram em Paraisópolis, quando foram se alfabetizar, no antigo Mobral, que acontecia no Colégio Pio XII. Do casamento tiveram três filhos. A Ju é a filha do meio.

“Como minha mãe sempre disse, e eu acredito, o filho do meio é sempre o mais independente, porque tem que se virar primeiro. O meu irmão foi trabalhar com 21 anos no Morumbi, eu comecei com 14 anos e a minha irmã Fabiana começou com uns 22 anos. Eu tenho 28 anos e estou aqui na Associação desde os 14. Passei metade da minha vida aqui!”

“Minha mãe trabalhava em duas escolas, na Nossa Senhora do Morumbi, como inspetora de alunos, e na Escola Graduada, como ajudante de sala. E o meu pai é jardineiro. Minha mãe já faleceu faz oito anos.”

“Meu pai sempre morou no mesmo lugar, aqui no Centro da comunidade, na Melchior Giola. A minha mãe morava em frente à casa do tio dela, perto de onde hoje é a ONG Florescer. Porque na verdade, quando o tio da minha mãe veio pra cá, não era Paraisópolis, ele comprou um lote no Morumbi, e quando começou a virar uma favela aos redores, ele foi embora. A casa ainda está lá, do mesmo jeito, mas devem ter uns 25 anos que ele mudou daqui. E quando minha mãe casou com meu pai, meu pai invadiu um terreno e construiu a casa, que é onde minha mãe morou até o dia de morrer e meu pai continua lá. E o meu irmão fez uma casa ao lado da casa do meu pai, na verdade no quintal do meu pai, e a minha irmã fez a casa dela lá também, só eu que não.”

Ju começou a namorar com 14 anos, casou-se com 18, teve seu primeiro filho com 22 anos, e agora, com 28 anos, seu segundo filho, a Mariana. “A gente morava de aluguel e quando eu saí do Telecentro, que era aqui na Associação mesmo, eu recebi 10 mil reais, e um senhor estava vendendo aquela casa que eu moro hoje por 14 mil reais. Aí o Naldo pegou mais 4 mil no serviço, a gente comprou lá e agora estamos indo, arrumando aos poucos. A parte nova já está toda rebocada, mas ainda falta assentar o piso. A gente vai alugar o térreo, que é onde a gente mora hoje, daí em cima disso tem um andar com sala, um banheiro e três quartos e ainda em cima, uma cozinha, um banheiro e área coberta com telha.” (Figura 71).

Figura 72 - Gerações que nasceram na favela.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Figura 73 - Vista de Paraisópolis a partir de lote desocupado junto a Avenida Giovanni Gronchi.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

4.5 MATRIZ URBANA

4.5.1 MASSA CONSTRUÍDA

Paraisópolis pode ser observada, em sua totalidade, a partir dos prédios vizinhos e de frestas na Avenida Giovanni Gronchi, topograficamente mais elevada. A partir desses pontos de vista, Paraisópolis mostra seguir a configuração física de outras favelas brasileiras, isto é, um “amontoado denso e desordenado” de bloquinhos de tijolos cerâmicos aparentes ou vibrantemente coloridos, com lajes expostas ou telhas de fibrocimento, caixas d’água de plástico azuis, antenas, fios e poucas manchas verdes.

Ao caminhar por dentro de Paraisópolis, percebem-se duas situações físico-contrutivas e urbanas distintas. Caminhando pelas ruas da malha reticulada (Figura 74), originária do loteamento de 1921, na região central da favela, a sensação é de estar em qualquer bairro periférico da cidade de São Paulo, tal é o grau de consolidação do assentamento: construções de dois e três pavimentos, excepcionalmente um ou quatro pavimentos, alinhadas lado-a-lado, majoritariamente sem recuos, com fachadas coloridas, bem mantidas, usos comerciais no térreo, e elevado fluxo de pessoas e veículos.

A sensação de estar, efetivamente, em uma favela, levando-se em conta a imagem estigmatizada que se espera encontrar, é despertada quando penetram-se os becos e vielas (Figuras 75 e 76), usados preferencialmente por pedestres, mas também por motocicletas e até carros, caminhos tortuosos, imprevisíveis, estreitos ou largos, bifurcados, cobertos ou descobertos, claros ou escuros, úmidos e/ou mal-cheirosos, que conduzem até o miolo da quadra ortogonal, ou a atravessam por completo, em direção à outra rua. As construções de miolo de quadra apresentam menor índice de consolidação, podendo ainda ser de madeira, e os térreos comerciais não são a regra.

Pequenos labirintos formam o cenário corriqueiro de quem mora na periferia. Eles têm formatos variados. São íngremes e planos. Alguns são largos e curtos. Outros são sujos e escuros, limpos ou iluminados. Para alguns moradores, esses labirintos se resumem a apenas um caminho de atalho, quando não uma passagem obrigatória. Em Paraisópolis, na Zona Sul de São Paulo, eles são os becos e as vielas, responsáveis por interligar ruas umas nas outras, conectar histórias, unir toda a comunidade. (ALENCAR; BELAZI, 2013, p. 30).

Edificações em menor estado de consolidação concentram-se nas bordas da favela (Figura 77), em áreas de ocupação recente, como o Grotão (Figura 78) e Grotinho, ambos a sul de Paraisópolis. Barracos de madeira podem, em semanas, reocupar áreas desocupadas pela prefeitura para a realização de obras.

Outras características físicas essenciais de favela são observadas em Paraisópolis. Por exemplo, as lajes expostas ou coberturas leves e provisórias indicam o processo de expansão vertical das edificações, fundamental ao caráter de permanência familiar no local e sinal de valorização dos imóveis (Figura 81). Os montes de tijolos, areia e pedra sobre as calçadas e ruas também dão sinais do constante processo de construção e reconstrução (Figuras 79 e 80). A busca pela identidade própria fica patente pelo uso de cores e materiais específicos ou unidades habitacionais autônomas (Figura 82), com acesso por escadas independentes (Figura 76).

Atualmente, a maioria das casas é levantada por tijolos, ainda visível e tradicionalmente sem reboco do lado de fora. (ALENCAR; BELAZI, 2013, p. 30).

Com suas próprias mãos, os pedreiros-construtores erguem seus lares e os de tantos outros moradores em Paraisópolis. Materiais de construção são despejados por toda parte. Mais uma casa está sendo construída. Mais uma laje será batida logo, logo. Marmanjos serão convidados a ajudar na empreitada. Claro que não vai faltar o churrasco e a cerveja: a forma de pagamento pela mão-de-obra dos amigos. (ALENCAR; BELAZI, 2013, p. 94).

Figura 74 - Visão geral das ruas de comércio consolidado na Favela de Paraisópolis (R. Melchior Giola).

Fonte: Arquivo do autor, 2013.

Figura 75 - Visão geral de viela na Favela de Paraisópolis (próxima ao Grotão).

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 76 - Viela com múltiplas escadas de acesso às casas em pavimentos superiores.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 77 - Construções com menor índice de consolidação (garagens), nas bordas da Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Figura 78 - Desocupações e reocupações do Grotão, na Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Também importante é buscar compreender o processo de construção da favela, em sua escala urbana e edilícia. Quais seus módulos componentes e qual a sua lógica estruturadora e funcional?

Wendell Fernandes de Lima, de 25 anos, comprou uma laje especialmente para construir, com suas próprias mãos, a casa onde vive atualmente com a namorada Elisabeth Cristina, de 24 anos.

A aquisição, porém, foi feita em parceria com o vizinho e amigo Fábio da Silva, de 27 anos - com quem morava até pouco tempo atrás com a esposa Sabrina, de 20 anos, e a filha Vitória, de um ano.

Mais precisamente há 36 meses, os rapazes resolveram fugir do aluguel. A única saída foi a compra do espaço, no alto da casa de Marisa - a Maria da Guia, moradora da Viela do Campo - pelo valor de 10 mil reais, à época.

O negócio foi combinado a partir de uma escritura informal. Na verdade, uma folha de ofício digitalizada com alguns dizeres como 'Eu, fulano, declaro que comprei a laje de beltrano pelo valor de 10 mil reais'. Para garantia da veracidade da compra, o documento improvisado foi registrado em cartório. (ALENCAR; BELAZI, 2013, p. 99).

A favela empilha o tempo, como se pode ver, por exemplo, em Paraisópolis, na capital paulista. O térreo é atrasado, coisa dos anos 1980, obra do casal. Há um segundo andar, mais bem-acabado, cujas paredes exibem outro tipo de tijolo e juntas medidas com esmero. É a dimensão dos filhos. No entanto, virado o século, os netos também exigiram algum retiro e privacidade. Na casa que, como árvore ergueu-se para o céu, agora existe um terceiro andar. Este tem reboco nas paredes, é um carinho, um respeito com os petizes. (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 156).

As figuras 83 e 84 mostram o esforço de compreensão da lógica de construção da favela, no que diz respeito aos seus "tipos" e como eles se relacionam.

MÓDULOS - VOCABULÁRIO

NÍVEL DA RUA:

DEMAIS NÍVEIS:

COBERTURA (OPCIONAL):

Figura 83 - Módulos-tipo componentes da favela, no térreo, cobertura e demais pavimentos.
Fonte: Colagem elaborada pelo autor.

Figura 84 - Processo de verticalização das construções em favela. **PROCESSO EVOLUTIVO**
Fonte: Colagem elaborada pelo autor.

4.5.2 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, em 2005, antes de começar o processo de urbanização, 51% da Favela de Paraisópolis possuía conexão de água (Figura 87), apenas 17% conexões de esgoto, 19% conexões formais de eletricidade (Figuras 86 e 90) e 40% coleta de lixo (Figura 92)¹⁶. Já que dados oficiais ignoram as conexões ilegais, os “gatos” (Figura 85), o acesso efetivo a essas infraestruturas, mesmo que em condições precárias, deveria ser maior.

De acordo com Anderson Pereira¹⁷, em Setembro de 2014, os índices de acesso a infraestrutura, em Paraisópolis, são de 100% para água, com 75% do sistema regularizado, e 60% de esgoto.

Paraisópolis não possui, propriamente, uma infraestrutura de espaços livres públicos. Existe, sim, uma rede de espaços abertos, espaços não ocupados, com grande potencial de se tornarem uma infraestrutura de mobilidade e lazer. Paraisópolis foi sendo construída a partir da lógica de ocupar o máximo possível, aumentando o número e a área dos barracos. Desta forma, o que existe de espaço aberto, em grande medida, não é resultado de um planejamento, é o que “sobrou” ou não poderia ser ocupado, simplesmente. Talvez o único espaço livre que desempenhe essa função, estritamente, seja o campo de futebol.

As ruas, essencialmente um espaço livre, não desempenham, em grande parte do tempo, tal papel. As ruas são tomadas pelo trânsito confuso de automóveis particulares, motocicletas, veículos coletivos, bicicletas e pessoas (Figura 94). Para agravar este quadro, pode-se dizer a quase totalidade das calçadas da favela são inadequadas, estreitas, com desníveis e mal mantidas, quando não são inexistentes. As calçadas, na verdade, são encaradas e apropriadas como um “terreno reserva”, sobre o qual o morador pode vender seus produtos ou, até mesmo, expandir seu barraco, em direção à rua (Figuras 93 a 97)

¹⁶ Dados da Sehab, 2005, em apresentação do Programa de Urbanização de Paraisópolis.

¹⁷ Engenheiro da Unidade de Gerenciamento Regional Butantã, Sabesp.

Figura 85 - Os “gatos” na rede de energia elétrica. Vista da Rua Melchior Giola, Favela de Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 93 - Ocupação de calçadas para usos comerciais, e pedestres nas ruas. Rua Pasquale Gallupi, Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 94 - Carros sobre calçadas e ruas congestionadas.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Figura 95 - Expansão sobre calçadas. Rua Ernst Renan.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Figura 96 - Calçadas: degraus e usos comerciais.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Figura 97 - Calçadas 100% ocupadas.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

4.5.3 PARAISÓPOLIS EM OBRAS

O Programa de Urbanização de Favelas do Município de São Paulo como um todo, de 2005 a 2012, levando-se em conta contratos concluídos e em andamento, demanda 3,8 bilhões de reais, dos quais 71% têm procedência municipal, 10% estadual e 19% federal¹⁸.

O programa prevê melhoria em 174 mil habitações, construção de 21.300 novas habitações e 12.000 famílias recebendo aluguel social.

As diretrizes gerais do Programa de Urbanização são o mínimo reassentamento de famílias; prioridade em eliminar áreas de risco; construção de novas unidades de habitação social; construção de novas redes de água e esgoto; melhoria em acessos precários; melhoria da qualidade e quantidade de instalações de lazer; parcerias com outras secretarias municipais, estado e união.

Os critérios de priorização são infraestrutura, saúde, áreas de risco e vulnerabilidade.

Dentro deste contexto, a Favela de Paraisópolis tem previstas três fases de urbanização, a primeira delas com custo de 34 milhões, a segunda de 311 milhões e a terceira de 183 milhões de reais, em um total de 529 milhões de reais, voltados para projetos habitacionais (3.168 novas unidades habitacionais), de equipamentos educacionais, de saúde e cultura, projetos de áreas livres e parques, além de obras de infraestrutura viária e saneamento¹⁹.

Assim como afirma o Presidente da União de Moradores de Paraisópolis, Gilson Rodrigues, em entrevista para a dissertação: “Quando começou a urbanização de Paraisópolis, eram treze frentes de obra. Hoje, é a maior obra de urbanização do Mundo.”

Parcela significativa dos projetos já foi implantada e está em uso. Entretanto, outras intervenções ainda estão por vir, como mostra o mapa das intervenções em Paraisópolis (Figura 98).

¹⁸ De acordo com a Sehab, em apresentação de 2008.

¹⁹ Sehab, em apresentação, fevereiro de 2011

As intervenções são planejadas para diferentes pontos da favela, em diferentes escalas. Todas as ruas e vielas, por exemplo, já passaram ou passarão por processo de requalificação, com implantação ou melhoria de instalações de água, esgoto e pavimentação.

Maria Teresa Fedeli, atual Coordenadora de Urbanização de Paraisópolis, em entrevista para a dissertação afirma que “Hoje, em Paraisópolis, eu quero trabalhar o miolo de quadra (Figura 101). A gente cuidou, primeiro, do que era emergencial. As pessoas, às vezes, até criticam: ‘por que vocês têm duas mil famílias em aluguel social se vocês não conseguem construir todas essas unidades?’ Oras, porque pegou fogo, porque solapou com as chuvas de verão, isso é emergencial e precisa ser atendido primeiro.”

Atualmente, estão em obras o Pavilhão Social (Figura 106), a Central de Triagem/Ecoponto (Figura 105) e o Parque Sanfona (Figuras 103 e 104). Devem ainda ser iniciadas intervenções em maior escala, em áreas de risco e precariedade, como o Grotão, a sul, e o córrego do Antonico, a noroeste, já com projetos previstos.

A principal intervenção prevista para o Grotão é a Escola de Música, projeto do escritório internacional de arquitetura e urbanismo *Urban - Think Tank* (Figura 100). Para a área do Córrego do Antonico, está prevista intervenção do escritório paulistano MMBB (Figura 102).

Grande parte das intervenções de maior dimensão está localizada na borda sul de Paraisópolis, uma vez que são priorizados grandes terrenos vazios para a instalação de equipamentos públicos e conjuntos habitacionais.

A sul de Paraisópolis, já foram concluídos o CEU (Figuras 110 e 111), a ETEC (Figura 111), a intervenção no Grotinho (Figura 107), além dos Condomínios habitacionais A, B, C, D, E, G e H (Figuras 112 a 116), junto à nova Avenida Perimetral Hebe Camargo (Figura 116) e ao Córrego do Brejo (Figura 109).

Figura 109 - Requalificação do Córrego do Brejo.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

Figura 110 - CEU-Paraisópolis.

Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Figura 111 - CEU-Paraisópolis, à esquerda e ETEC à direita.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

Figura 112 - Edifícios habitacionais. Condomínios A (azul), B (verde), C (vermelho), D (laranja).

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

Figura 113 - Fachada de edifício do Condomínio A.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 114 - Perspectiva do Condomínio D.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2011.

Figura 115 - Condomínios G e H.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 116 - Visão aérea dos condomínios habitacionais implantados a sul da Favela de Paraísoópolis.

Fonte: Apresentação da Sehab, 2013.

A intervenção em favelas, em média ou grande escala, é uma ação problemática, que deve ser planejada com base em critérios ambientais, urbanos e sociais precisos, de modo a articular, harmoniosamente, e com o menor impacto possível, os diversos conflitos e potencialidades envolvidos.

O principal condicionante de projeto e intervenção é: a favela não é um território vazio, desocupado, pelo contrário. Este é, inclusive, um dos principais fatores que inviabilizou, ao longo de décadas, as tentativas de remoção completa da comunidade. A alternativa adotada, portanto, pela Prefeitura de São Paulo, é a urbanização em etapas, por prioridades.

Ao mesmo tempo em que provê a comunidade, como um todo, de infraestruturas e serviços urbanos de macroescala, a estratégia utiliza glebas vazias, a sul de Paraisópolis, para a instalação de equipamentos públicos, que servem de transição entre as cidades formal e informal, além de conjuntos habitacionais que absorvem os contingentes populacionais removidos da favela, por estarem em área de risco ou por ocuparem áreas alvo de projeto.

Assim, gradativamente, as obras são realizadas “dentro” e “fora” da favela. Parcela da população removida tem a garantia de uma unidade habitacional nos novos condomínios e outra permanece temporariamente com bolsa aluguel²⁰.

Portanto, planejar e projetar intervenção em favela é saber lidar com pessoas e com prazos.

Neste contexto, algumas questões emergem: De que maneira os novos equipamentos públicos e conjuntos habitacionais dialogam com o entorno imediato? Qual é a leitura feita das pré-existências? Quais as estratégias de sobreposição e entrelaçamento entre o “existente” e o “novo”? As intervenções refletem as dinâmicas intrínsecas da favela, ou os verdadeiros anseios de sua população? Até que ponto estão sendo reproduzidos, na favela, os mesmos equívocos praticados, há décadas, na cidade formal, como a proliferação de condomínios segregados e grandes avenidas?

A resposta para as questões é oferecida, de forma geral, por Elisabete França, ex-Superintendente de Habitação Popular da cidade de São Paulo, em conversa para a dissertação, em 2014: “Na

verdade, tudo foi um processo de aprendizado.” A única alternativa é, portanto, assim como fez a Sehab, e como pretende a presente dissertação, encarar a favela como um laboratório urbano, em busca de alternativas que contribuam para a melhoria da vida de sua população, fundamentalmente.

²⁰ “O programa Bolsa Aluguel Municipal destina-se a viabilizar o acesso a unidades habitacionais para pessoas e famílias de baixa renda que habitam locais que estão sendo objeto de intervenção pela Prefeitura, através da concessão de benefícios, por período determinado.” Instrução Normativa Sehab-G no 1, 2004. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 02 set. 2013.

4.5.4 MERCADO IMOBILIÁRIO

Assim como no restante da cidade, nas favelas brasileiras e em Paraisópolis é constituído um verdadeiro mercado imobiliário, com venda e aluguel de imóveis residenciais e comerciais, mesmo que os contratos sejam “de gaveta”, uma vez que o processo de regularização fundiária pela Prefeitura é recente.

No caso de Paraisópolis, este comércio é regulado principalmente pela corretora Helena dos Santos. De acordo com Helena, a valorização imobiliária que se vê na cidade de São Paulo como um todo também se faz sentir na favela. Por exemplo, uma casa de dois cômodos que em 2005 poderia ser comprada por R\$ 80.000,00, em 2011, não seria vendida por menos de R\$ 200.000,00.²¹

“Na parede do lado de fora do Empório das Delícias Pães e Doces, uma padaria que fica na rua Iratinga, o anúncio entrega a negociação: ‘Troco uma casa de cinco cômodos a área por casa na rua.’ ” (ALENCAR; BELAZI, 2013, p. 94).

“Tem imóvel de 75 metros quadrados orçado em 130 mil reais. Uma casa de 20 m² na rua da feira, está à venda por 120 mil reais, ou seja, 6 mil o metro quadrado.” (ALENCAR; BELAZI, 2013, p. 95).

[...] a opção então é trocar o aluguel de um salão convencional por uma laje. (...) o custo do aluguel de uma laje oscila entre 300 e 500 reais, para o período de um dia inteiro. (...) Em Paraisópolis, não apenas de arrendamento vivem as lajes. Por lá, essas superfícies nas alturas são, inclusive, vendidas. (ALENCAR; BELAZI, 2013, p. 98).

Dia desses, vendi uma casa por 42 mil reais. Só que tá no documento 45 mil reais. O cara me pediu, por misericórdia, para eu ajudar, pois envolvia o patrão. O patrão ajudou com 5 mil reais. A casa fica na Melchior Giola, perto da padaria Sorocaba, localizada na esquina da viela de mesmo nome. É de frente. É toda independente. É considerada casa de 70 mil reais. Tem quatro cômodos muito bons; banheiro em cima, desocupado.’ (ALENCAR; BELAZI, 2013, p. 154).

²¹ Veja São Paulo. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br>>. Acesso em: 13 mai. 2011.

Figuras 117 a 125 - Placas de “Vende-se” em diferentes pontos da Favela de Paraisópolis. Fonte: Arquivos do autor, 2012 a 2014.

Figuras 126 a 134 - Placas de "Vende-se". Casa de 35 a 80 mil reais, padaria por 400 mil.
Fonte: Arquivos do autor, 2012 a 2014.

Figura 135 - Mercado imobiliário aquecido na Favela de Paraisópolis.
Fonte: Arquivo do autor, 2012.

5. LEITURA

O objeto de estudo e proposição da dissertação, interstícios e interfaces urbanos da Favela de Paraisópolis, são avaliados simultaneamente em diferentes escalas, sob foco ambiental, urbano e social, por ferramentas das mais simples às mais complexas, buscando mostrar que tal compreensão da realidade informal urbana pode, e deve, ser construída a partir da participação de diferentes agentes, cada qual com suas limitações, potenciais e habilidades.

Todavia, o processo de avaliação é apresentado separadamente, em primeiro lugar, na escala urbana e, posteriormente, edilícia.

Figura 136 - Perspectiva explodida da Favela de Paraisópolis, em suas principais camadas.

Fonte: Elaborada pelo autor.

5.1 ESCALA URBANA

A caracterização da Favela de Paraisópolis, no que toca ao seu funcionamento e dinâmicas físicas, ambientais, urbanas e sociais, é sintetizada pela dissecação de suas principais camadas constituintes: topografia, hidrografia, sistema viário, áreas verdes, massa construída, equipamentos e serviços urbanos, fluxo de pessoas e inserção climática (Figuras 137 a 145).

A leitura de Paraisópolis, a partir de suas camadas, mostra, fundamentalmente, o modo pelo qual a cidade de São Paulo, de forma generalizada, é construída pela aplicação isolada de diretrizes públicas urbanas por empreendedores privados, desconsiderando quase que totalmente as pré-existências, sejam condicionantes de insolação e ventilação urbana, sejam de relevo, vegetação e/ou redes hídricas. A cidade proposta e construída nega e desconsidera tais fatores que deveriam constituir, essencialmente, diretrizes de projeto.

Por conseguinte, a população que ocupa essa cidade, descompassada com seu meio, tem de buscar estratégias de adaptação. E é essa busca que torna a cidade informal, principalmente, campo vasto para o desenvolvimento de criatividade, adaptabilidade e resiliência urbanas. Por exemplo, se o traçado ortogonal de 100 por 200 metros em relevo acidentado é inapropriado, surgem becos e vielas, alternativas que encurtam e facilitam caminhos, além de possibilitar a ocupação do miolo da quadra.

As estratégias adaptativas são mais ricas na cidade informal devido à falta de outras possibilidades e da presença reguladora e planejadora do Poder Público, ao longo de décadas. Por outro lado, a ausência governamental conduz à carência de serviços e equipamentos urbanos, que não são sanados pela “criatividade” populacional. Desta forma, o papel do setor público seria o de oferecer as infraestruturas básicas necessárias, ao mesmo tempo em que respeita as dinâmicas adaptativas que foram essenciais para a conformação da comunidade.

Figura 137 - Barreiras e frestas urbanas entre a Favela de Paraisópolis e seu entorno imediato.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 138 - Equipamentos urbanos, culturais, educacionais e de saúde.
Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 139 - Ventos predominantes e trajetória solar.
Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 140 - População e seus principais fluxos, a pé, dentro da comunidade.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 141 - Massa construída. Entorno (branco), Favela de Paraisópolis (rosa).

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 142 - Áreas verdes e com vegetação de médio e grande porte.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 143 - Sistema viário.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 144 - Hidrografia. Córregos do Antonico e do Brejo.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 145 - Topografia. Cumeadas a 827 e 806m e vales a 769m.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 146 - Marcas das mãos de todos envolvidos nas oficinas participativas.

Fonte: Arquivo do autor, 2014.

5.1.1 A COMUNIDADE E O SEU MEIO URBANO

Com o objetivo de caracterizar e discutir a relação do morador de favela com seu meio urbano, além de suas expectativas e anseios, possibilitando, portanto, a condução de propostas e intervenções mais responsáveis e sinceras ao contexto da cidade informal, são realizadas oficinas com moradores da Favela de Paraisópolis, contrapondo a cidade em que vivem e a cidade com que sonham.

O público-alvo das atividades é uma amostra de 28 crianças, com idades entre 8 e 11 anos, estudantes do 4º Ano B do CEU-Paraisópolis.

A oficina é estruturada por três etapas: exibição multimídia de panorama diversificado de situações urbanas, junto a conversas informais com as crianças; expressão, através do desenho, das impressões e desejos acerca das cidades vivida e sonhada (Figura 147); e, por fim, exposição dos desenhos ao público em geral e discussões transdisciplinares.

A segunda etapa é desenvolvida, inicialmente, de forma individual, com lápis de cor, em folhas de papel sulfite A4 e, posteriormente, em duplas, com desenhos a guache sobre folhas de papel craft tamanho A0. As folhas de papel são sempre utilizadas na orientação paisagem e divididas ao meio por uma linha vertical, à esquerda da qual é desenhada a cidade vivida e, à direita, a cidade sonhada (Figura 149).

Da atividade, resultaram 28 desenhos A4 e 16 desenhos A0, constituindo, portanto, um acervo significativo, que registra o modo pelo qual a criança moradora de favela se relaciona e compreende o meio em que vive e em que medida ela busca mudanças.

Na terceira etapa, todos os desenhos são curados para a exposição intitulada “Cidade Viva | Cidade Sonhada”, promovida de 17 de Maio a 07 de Junho de 2014, na Tenda Cultural Ortega y Gasset da USP, iniciativa da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP²². A exposição foi reexibida no CEU-Paraisópolis, em 13 de Setembro de 2014, fazendo parte da IX Mostra Cultural de Paraisópolis.

Os desenhos das crianças moradoras de Paraisópolis, contrapondo a cidade viva à cidade sonhada, suscitam uma série de discussões, diretas e/ou indiretas, acerca da cidade informal e de sua relação e reflexos na cidade dita formal, além de ponderações acerca do papel de cada setor da sociedade nessa problemática. Para a construção de uma discussão multifacetada a partir dos desenhos das crianças, foi fundamental a composição de debates em paralelo à exposição (Figura 148), para as quais foram convidados atores sociais da Academia, da Comunidade, do Poder Público e profissionais atuantes²³.

Os debates são sumarizados a partir de três eixos de discussão principais, a seguir.

²² Participaram da abertura da exposição a Primeira Dama da Cidade de São Paulo, Ana Estela Haddad, a Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária da USP, Maria Arinda Arruda, a Coordenadora Pedagógica do CEU EMEF Paraisópolis, Ana Cristina Rosa de Almeida, o Professor do 4o ano B, Leandro Targino dos Santos, e grande parte das crianças.

²³ Convidados da Academia: Profa. Dra. Joana Gonçalves (Labaut-FAUUSP, Architectural Association de 2009 a 2013 e Harvard em 2011); Profa. Dra. Roberta Kronka (Labaut-FAUUSP e Assessora Técnica da Superintendência de Gestão Ambiental da USP); Profa. Dra. Catharina Pinheiro (FAUUSP, Projeto e Paisagem); Prof. Dr. Antônio Cláudio M. L. Moreira (Livre Docente FAUUSP, PMSP de 1990 a 1992, EMPLASA de 1985 a 1986 e EMURB em 1973); Marcos Rosa (Coordenador do Deutsche Bank Urban Age Award RIO, pesquisador na TU Munich, autor dos livros “Microplanning” e “Handmade Urbanism”); Patrícia Samora (arquiteta e pesquisadora doutora do LabHab-FAUUSP).

Convidados da Comunidade: Gilson Rodrigues (Presidente da União dos Moradores e Comércio de Paraisópolis) e Vagner de Alencar (ex-morador de Paraisópolis, jornalista do Blog Mural da Folha e autor do livro “Cidade do Paraíso”).

Convidados do Poder Público: Maria Teresa Fedeli (Coordenadora de Projetos em Paraisópolis - Sehab, e Coordenadora de Pós-Graduação da Escola da Cidade) e Maria Teresa Diniz (ex-Coordenadora do Projeto de Urbanização de Paraisópolis - Sehab, de 2005 a 2013, atual Coordenadora do USP Cidades).

Convidados profissionais atuantes: Milton Braga (MMBB Arquitetos e FAUUSP, responsável pela proposta de requalificação do Córrego do Antonico, em Paraisópolis, e pelo projeto do Jardim Edite, em São Paulo) e Marcos Boldarini (Boldarini Arquitetura e Urbanismo, responsável pela urbanização do Cantinho do Céu e da Favela Nova Jaguaré-Setor 3).

Figura 150 - Cidade Viva | Cidade Sonhada: casas e escadas x edifícios de muitas janelas.

Fonte: Desenho de Gabriel Marques de Jesus e Renan Lira Leite.

Figura 151 - Cidade Viva | Cidade Sonhada: prédio e avenida movimentada x casas.

Fonte: Desenho de Vitória de Jesus Santos e Brenda Santos.

Figura 152 - Cidade Viva | Cidade Sonhada: casas sobrepostas x edifícios e carros.

Fonte: Desenho de Guilherme de Jesus dos Santos e Isac Almeida de Jesus.

5.1.1.1 FORMAL + INFORMAL, HABITAÇÃO + CIDADE

O arquiteto Milton Braga considera ter encontrado nos desenhos o que esperava ver, isto é, “a representação de uma cidade sonhada muito parecida com a cidade de todos (a tal cidade formal). Se ela é boa ou ruim, acho que não é tão importante, o mais importante é que quem mora precariamente, mais do que desejar uma piscina, gostaria de estar na cidade onde todos vivem.”, assim como anseia Gilson Rodrigues, morador e Presidente da União de Moradores de Paraisópolis, “para mim, a cidade sonhada é aquela em que a gente pode ser cada vez mais integrado, em que sejamos mais ‘nós’ do que ‘eles’.”

Prof. Antônio Cláudio Moreira destaca a predominância de prédios na cidade sonhada das crianças e isso é justificável na medida em que “a vizinhança de Paraisópolis é de prédios, então se as crianças forem se basear no universo conhecido, certamente será o universo que as cerca, o dos prédios do Morumbi.” (Figuras 153 e 154).

Sob esse ponto de vista, portanto, a contraposição entre as cidades vivida e sonhada pode ser interpretada, em muitos desenhos, como a contraposição entre as cidades informal e formal.

Contudo, um dos pontos fundamentais discutidos é o de que as ditas cidade formal e informal são, na verdade, muito parecidas. Para o arquiteto e pesquisador Marcos Rosa, com referência a Ipanema, no Rio de Janeiro, “não há diferença nenhuma no modo pelo qual é feita a favela e o restante da cidade, por exemplo, em suas formas de improvisação”. Sob uma ótica concreta, o ex-morador de Paraisópolis e jornalista Vagner de Alencar destaca que “os caras que constróem Paraisópolis são os que constróem o restante da cidade.” Para o arquiteto Marcos Boldarini, é preciso avançar sob o ponto de vista do que é formal e informal, na medida em que essa separação entre dois universos muito parecidos “se reflete de forma negativa no projeto e na construção da cidade como um todo”.

E isso conduz à constatação da Profa. Joana Gonçalves, de que “o que separa a cidade sonhada

Figura 153 - Casas com múltiplos acessos x grandes edifícios.

Fonte: Desenho de Alanda Santos de Jesus.

Figura 154 - Destaque para as casas sobrepostas na cidade vivida.

Fonte: Desenho de Kaique Barbosa da Silva.

da cidade vivida é, na verdade, muito pouco”. “Se olharmos os desenhos com atenção, o sonho de um está na vida do outro.” (Figuras 150 e 151). Partindo desse pressuposto, é fundamental discutir o que significa intervir na favela, urbanizar em que medida, de que forma, baseado em quais requisitos, com que cuidados?

De acordo com a ex-Coordenadora de Urbanização de Paraisópolis, Maria Teresa Diniz, no que toca à urbanização de favelas, o primeiro passo diz respeito à compreensão técnica do que é urbanizável e do que não o é. Pode-se ter uma favela inteira que não pode ser urbanizada, e precisa, portanto, ser removida, mas pode-se ter também apenas alguns trechos que, por estarem em áreas de risco (junto ou sobre corpos d’água e em encostas íngremes), precisem ser removidos dali. “Essa decisão é do arquiteto, que não deve se deixar levar por pressões políticas.”

De uma forma geral, é consenso a mínima intervenção urbana em favelas, assim como aponta o ex-morador Vagner de Alencar: “Então as pessoas me perguntam: como potencializar o uso das vielas da favela? O que vejo é a melhoria de infraestrutura, pavimentar e tal, mas não tentar mudar, fazer um megaprojeto arquitetônico e urbanístico.”

Assim como aponta Profa. Joana Gonçalves, “penso que uma vez garantido o acesso a infraestrutura básica e habitação, o que a gente tem de fazer é pouco, é sensível, é cirúrgico, para qualificar esses espaços livres públicos”. Joana enfatiza as qualidades dos espaços públicos de favela através de lembranças da sua infância: “a gente falou da cadeira na calçada, eu fiz isso durante a minha infância inteira, tira a cadeira da cozinha, coloca na calçada, porque lá está mais fresco do que dentro de casa, devido a construção, a cobertura e a ventilação, e a televisão virava para a janela e a gente continuava ali, a vizinhança toda vendo televisão da calçada. Quer dizer, isso é uma adaptação fantástica, que gera uma atividade coletiva, inclusive.” e de visitas a familiares que moram no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro: “O que mais me fascinava é a riqueza, a diversidade, principalmente o uso muito livre do espaço público, com uma espontaneidade desses espaços que foram surgindo um pouco sem planejamento, sem organização, sem um pensamento formal, mas que surgem entre as unidades habitacionais, entre os espaços de morar, e são geradas tantas possibilidades, oportunidades para o espontâneo, para o social, para a manifestação cultural,

que a cidade formal não tem, onde tudo é muito enrijecido.” Joana ainda antevê que se o projeto e a intervenção em favelas respeitarem e estimularem a urbanidade pré-existente da comunidade, esse espaço vai se tornar a cidade sonhada de todos e “então a gente vai querer ir para lá, porque não teremos isso na cidade formal.”

Assim como a Profa. Joana Gonçalves, o arquiteto Milton Braga, considera um dos grandes desafios da intervenção em favelas a escolha de uma estratégia que diminua suas carências, mantenha sua urbanidade e não venha a constituir guetos apartados do restante da cidade, algo que ninguém quer, nem os que estão dentro, nem os que estão fora. “É comum, na nossa prática, fazermos habitação social supostamente para melhorar as condições de vida daquelas pessoas e, ao final, na substituição de casas autoconstruídas a partir de uma cultura popular por edifícios mal projetados em série, perde-se o que havia de bom na área, temos uma situação ainda pior do que a realidade anterior. O grande desafio brasileiro é conseguir fazer habitação social sem que ela vire só habitação social, que pouco a pouco ela se transforme em cidade, e não o contrário.”

Maria Teresa Fedeli, Coordenadora da Urbanização de Paraisópolis, reforça o posicionamento dizendo que “Não podemos pensar habitação apenas como habitação. Habitação é o local onde a pessoa mora, mas ela também estuda, trabalha, brinca.”

A Profa. Catharina Pinheiro relata uma experiência de mobilização popular por algo além da habitação, simplesmente: “Semana passada fui a Brasilândia dar apoio a uma população que estava batalhando por um parque, porque entendeu que morar não é “da porta pra dentro”, eles querem direito à cidade, garantido pelo Estatuto da Cidade. Os próprios habitantes do lugar estão negociando o uso da gleba para que ela não seja ocupada por novas casas e reste, portanto, um espaço para respirar, brincar e se encontrar.”

Milton Braga destaca a urbanidade de Paraisópolis, e busca entender o que é, efetivamente, a dita urbanidade, lançando mão de um exemplo no Arpoador, Rio de Janeiro: “o cara vai tomar uma caipirinha no Arpoador e fica olhando o mar mas, na verdade, não está olhando o mar, está olhando as pessoas, que vão para lá e para cá. No fundo, a verdadeira praia somos nós, as pessoas.

Figura 155 - Questões ambientais: "Ai que calor" x na sombra "Melhorou".

Fonte: Desenho de Laura Nascimento Olivi.

Figura 156 - Casas justapostas x casa isolada em lote com jardim, piscina e grades.

Fonte: Desenho de Joice Ferreira da Silva Soares.

Portanto, se a gente consegue fazer da nossa cidade uma cidade na qual a gente aproveita os outros, essa cidade deve ser, efetivamente, urbana."

E como é possível tornar esses conceitos e discussões algo concreto, um projeto que saia do papel e contribua com a construção da cidade sonhada, uma cidade mais igualitária e integrada? De acordo com Maria Teresa Diniz, representando o Poder Público, um bom projeto de arquitetura e urbanismo a ser concretizado na cidade depende de três pontos básicos: 1-Os arquitetos mostrarem que boa arquitetura não custa mais caro; 2-Vontade política; 3-Tecnicamente virar realidade e isso só é possível através do Termo de Referência, que deve exigir qualidades mínimas de projeto. "Se a licitação deixar a empreiteira decidir o projeto, ela vai fazer o mais rápido e barato, que é o projeto padrão sem qualidade." O Prof. Antônio Cláudio Moreira destaca outro ponto básico, o de que a habitação de interesse social é, hoje, um mercado de trabalho muito significativo, na verdade desde a época da Erundina.

Existem grandes pressões políticas e de movimentos populares frente ao déficit habitacional da cidade de São Paulo. Tal pressão é expressa por Gilson Rodrigues: "Eu brinco que cinco anos atrás, quando eu já estava na Associação, mas não era ainda presidente, as pessoas iam pedir condução, botijão de gás, emprego, e, hoje, as pessoas vão lá pedir apartamento, casa própria." Mas tal pressão não pode sobrepujar a busca por políticas habitacionais e urbanas integradas, pautadas por requisitos ambientais, urbanos e sociais.

5.1.1.2 PROCESSOS PARTICIPATIVOS

Os desenhos das crianças moradoras de Paraisópolis suscitam uma reflexão acerca do papel do arquiteto na construção e reconstrução da cidade, seja ela formal ou informal. Os principais problemas da prática profissional são a adoção de instrumentos tradicionais e já um pouco envelhecidos, talvez pouco capazes de lidar com os desafios que a cidade coloca atualmente, como aborda Marcos Rosa, aos quais são somados os problemas de comunicação entre o arquiteto e a comunidade.

Segundo Maria Teresa Diniz, em primeiro lugar, os arquitetos têm de encarar a comunidade como seu cliente, todavia um dos principais problemas é que os arquitetos não são formados pelas universidades para lidarem com isso. “É muito diferente trabalhar com urbanização de favela, em que você não tem apenas um cliente, uma família, mas sim 60, 80 mil pessoas!” A postura certa é a de trazer informações à comunidade e aconselhá-la tecnicamente, ajudando-a a decidir o que seus moradores realmente querem, e não simplesmente impor o que é considerado certo ou errado. Um exemplo notório é a discussão dos gradis em projetos de urbanização de favela, já que o projetista não prevê a instalação de tais anteparos na proposta mas, ele próprio, mora em prédios murados e cercados.

O arquiteto Marcos Boldarini sintetiza os pontos fundamentais dos processos participativos: “primeiro, é preciso se aproximar para entender a realidade da comunidade e acho que a gente sempre estará com uma ‘visão de turista’ por mais que a gente esteja próximo, pois não há o que supere o cotidiano, a prática, a vivência; segundo, a questão da informação, isto é, informar aquilo que está ocorrendo na comunidade e ter o processo de participação como, no mínimo, um elemento de diálogo e de informação. Também é premente que a gente se aproxime das comunidades com tempo, e vale lembrar que o tempo da técnica não é o tempo da política. É muito complexo esse universo de favelas, é muito complexo fazer com que a obra ande. O sujeito fala: ‘não vou sair’, então o projeto tem de se readaptar. Em um dos projetos, a gente teve 300

horas de revisão de projeto.”

De acordo com Prof. Antônio Cláudio Moreira, “é preciso reformular totalmente o relacionamento do arquiteto com sua clientela, reformular a linguagem, a postura, entender o seu papel, de forma totalmente diferente do que nós fazemos, aprendemos e ensinamos na universidade.”

Sobre o conceito de projetos participativos, vale a ressalva da Profa. Catharina Pinheiro e da arquiteta e pesquisadora Patricia Samora de que o processo participativo pressupõe de um lado a participação dos profissionais e, de outro, da comunidade, mas nem sempre ambas as partes estão dispostas a participar. O envolvimento e o comprometimento da população com o projeto são bem diferentes quando ela lutou por aquilo ou não. “Na verdade era muito triste de ver que nessas discussões com a comunidade, na verdade, muitas pessoas iam apenas para saber se elas iriam ou não ser removidas. Uma vez sabendo que elas não seriam removidas, elas iam embora e pronto, não ficavam para a discussão.”

Figura 157 - Crianças durante abertura da exposição.

Fonte: Joca Duarte, Tenda, 2014.

Figura 158 - Artistas e suas obras na Tenda Cultural da USP.

Fonte: Joca Duarte, Tenda, 2014.

Figura 159 - Ruído urbano x Coexistência de prédios e casas.

Fonte: Desenho de Estefani Silva de Oliveira.

5.1.1.3 URBANISMO + CRIANÇAS

“Quando vi a exposição, comecei a imaginar o que seria esse mesmo exercício com outras crianças, o que será que a gente veria?”, observa a Profa. Roberta Kronka.

Segundo a pesquisadora e arquiteta Patricia Samora, hoje, discute-se que “o bom projeto urbano é o projeto que é adequado para as crianças e idosos, não é o urbanismo adequado para homens, brancos, que não são mulheres, que não são de outras raças, que é o homem do automóvel, dos negócios, e é essa cidade que a gente construiu.” E essa é, muitas vezes, a cidade do sonho de uma criança moradora de Paraisópolis, que não percebe o lado negativo dessa outra cidade.

Samora destaca que é preciso, então, olhar uma cidade no modo pelo qual ela é apropriada pelas crianças, é a chave da construção de cidades mais seguras, porque se uma criança consegue atravessar uma rua em segurança, todo mundo vai conseguir também. Se uma criança consegue ir sozinha à escola, a pé ou de bicicleta, a cidade inteira vai conseguir, e o coletivo inteiro ganha com isso.

“Estamos discutindo o Plano Diretor, alguém está olhando como as crianças vão chegar nas escolas? Que diferença para a cidade faz quando a mãe leva a criança de carro até a porta da escola (e eu brinco que, na escola da minha filha, se os pais pudessem entrar com o carro dentro da sala de aula eles entrariam, tamanho o interesse de proteger a criança do mundo)?”

“Eu não tenho a menor dúvida que a experiência urbana de uma criança que vive em uma comunidade, como o Vagner de Alencar, é muito mais rica do que a experiência urbana de uma criança hoje de Classe Média, apesar de ser também uma infância muito exposta, muito desprotegida.”

“Aposto que o Vagner ia sozinho até a casa da avó, encontrar o primo, ia até a escola chutando pedrinha, e o ideal da cidade que a gente está construindo para essa criança que sonha com o prédio não tem nada disso...” É preciso, portanto, ouvir mais as crianças.

Figura 160 - Consumo de drogas x EMEF-CEU-Paraisópolis. O desenho está invertido.

Fonte: Desenho de Camile Vitória Felix Cerejo.

5.1.1.4 CONSIDERAÇÕES

“O sonho é meu e eu sonho que
deve ter alamedas verdes
a cidade dos meus amores
e, quem dera, os moradores,
o prefeito e os varredores
fossem somente crianças.”

“A Cidade Ideal”, de Chico Buarque de Holanda²⁴

Pode-se concluir que a cidade sonhada reside na integração e sobreposição de diferentes instâncias, diminuindo, dessa forma, o efeito de fatores negativos e aumentando o de positivos.

Em busca de uma cidade com infraestrutura e serviços públicos acessíveis a todos os habitantes urbanos, mas também dotada de espaços fomentadores de vida urbana, a solução é dada pela sobreposição entre as ditas cidade formal e informal.

De modo a garantir tal vivacidade urbana na construção da cidade, é fundamental que os projetos sejam sempre articulados em escala habitacional e urbana, jamais excludentes.

E, por fim, é preciso reconhecer o ser humano urbano como um ser plural, homem ou mulher, rico ou pobre, criança ou idoso, com mobilidade reduzida ou não, todos eles com o mesmo direito à cidade.

É preciso, portanto, que todos os seres urbanos construam de forma conjunta, participativa e

horizontal uma cidade sonhada para todos, uma cidade em que habitação e cidade sejam a mesma coisa e que a cidade seja uma só, uma cidade eficiente, produtiva, justa, acessível, responsável, resiliente, adaptativa, articulada, ativa e viva.

²⁴ Disponível em: < http://www.chicobuarque.com.br/letras/acidade_77.htm>. Acesso em: 10 mai. 2014.

5.1.2 INTERSTÍCIOS URBANOS DE PARAISÓPOLIS

Os interstícios urbanos constituem uma rede invisível, muitas vezes confusa e incompreensível, que permeia toda a cidade, assentamentos formais e informais. Pode-se dizer, contudo, que esta rede desempenha maior papel infraestrutural, servindo a atividades coletivas, contínuas e integradoras, na dita cidade informal, nas favelas.

Tal característica é decorrência do processo de ocupação do território. Na cidade formal, o crescimento urbano e a ocupação do solo são pautados pela abertura de vias de acesso para veículos, às quais são simplesmente justapostos passeios, conduzindo a lotes delimitados e que podem ser ocupados de acordo com parâmetros estabelecidos pela esfera pública. As calçadas e ruas, em grande medida, não são apropriadas para usos urbanos, deixando de constituir, na escala do pedestre, interstícios articuladores de demais espaços livres públicos, como praças e parques, ou ainda espaços privados, como jardins e quintais.

Na favela, apesar de não serem planejados por ninguém, mas resultarem da ocupação física progressiva e ininterrupta, sobrepondo múltiplos interesses e constituindo, praticamente, o espaço que “sobrou”, os becos, vielas, ruas e lajes são espaços fundamentais de vida urbana. Isso acontece na medida em que: configuram espaços de transição para as residências sem jardins ou quintais; refletem as necessidades de quem o construiu e oferecem a possibilidade de adaptabilidade para seu próprio desfrute; são construídos e apropriados na escala do pedestre, com raras exceções.

A pesquisa concentrou esforços em tornar visível o invisível, cheio o vazio, de modo a entender a estrutura e forma adquirida pelos interstícios urbanos da Favela de Paraisópolis. Para tanto, foram realizadas plantas (Figura 161, 163), cortes (Figuras 164, 165), modelos digitais (Figuras 14 e 21), modelos físicos (Figuras 162, 166).

Figura 161 - Interstícios urbanos da Favela de Paraisópolis, em planta. Dimensão real do desenho: 1.700 x 1.200 mm.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 162 - Interstícios urbanos de quadra da Favela de Paraísoópolis, modelo físico. Dimensões reais do modelo: 500 x 900 mm.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 163 - Interfaces urbanas da Favela de Paraisópolis, colagem sobre papel. Dimensões reais da colagem: 850 x 1.200 mm.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 164 - Cortes-tipo que destacam o formato e proporções de diferentes interstícios da Favela de Paraisópolis: vielas, ruas e campo de futebol.

Fonte: Elaborada pelo autor.

FORMAL STREET IN THE CENTER

RUA FORMAL - CENTRO
0 1 3 7 (m)

FORMAL STREET SECTION IN THE BOUNDARIES
RUA FORMAL - BORDAS

WIDE ALLEY SECTION

ALARGAMENTO VIELA
(3m)

ALLEY SECTION

VIELA PADRÃO
(1,6 m)

ALLEY SECTION

VIELA ESTREITA
(70-80 cm)

Figura 165 - Cortes-tipo de diferentes situações urbanas da favela.

Fonte: Elaborada pelo autor.

CAMPO FUTEBOL
0 1 3 7 (m)

Figura 166 - Interstícios urbanos

da viela Francisco Clemente. Modelo resultante de impressão 3D.

Fonte: Elaborada pelo autor.

5.1.3 TRABALHO DE CAMPO

Visto o caráter empírico da pesquisa, o trabalho de campo é etapa e instrumento fundamental, não sendo resumido a uma única visita, mas a visitas semanais, intensificadas entre setembro de 2013 e Março de 2014, envolvendo as esferas ambiental, urbana e social, simultaneamente ou não, mas sempre sobrepostas, nunca excludentes.

Depois de realizadas as visitas de campo que objetivavam caracterizar e compreender Paraisópolis como um todo e buscando sistematizar a caracterização dos interstícios e interfaces urbanos da favela, foi estabelecido um percurso sobre o qual é desenvolvido o trabalho de campo (Figura 167).

O percurso foi determinado a partir de requisitos: comparar a situação externa e interna da favela; atravessar interstícios urbanos típicos do assentamento; seguir o caminho corriqueiramente percorrido por um morador ordinário da comunidade. O percurso é, portanto, tipologicamente representativo da favela como um todo.

No que diz respeito à esfera ambiental, é mensurada uma série de variáveis ambientais. Ao longo de todo o percurso, um dos integrantes da equipe carrega sobre o capacete um datalogger²⁵, protegido da ação direta do sol, medindo temperatura do ar e umidade relativa. Além disso, são realizadas medições pontuais em situações urbanas selecionadas, momento oportuno também para a estabilização do datalogger. Pontualmente, são medidos ou registrados: foto panorâmica do entorno; foto de visão de céu, com câmera olho de peixe²⁶; foto termográfica e temperaturas superficiais, com câmera termovisora²⁷; temperatura do ar e umidade relativa, com termohigrômetro²⁸; velocidade do ar, com anemômetro²⁹; nível sonoro, com decibelímetro³⁰.

²⁵ Datalogger Hobo, U12-012.

²⁶ Câmera Nikon, Coolpix 4500, digital. Lente Nikon, FC-E8, olho de peixe.

²⁷ Câmera Flir, i40, -15°C a +55°C, resolução de 14.400 pixels.

²⁸ Termohigrômetro Homis, 229, digital.

²⁹ Anemômetro Testo, 425, digital.

³⁰ Decibelímetro Homis, SL-401, digital.

Figura 167 - Demarcação do percurso do trabalho de campo, em planta e corte. Fonte: Elaborada pelo autor.

O percurso é experimentado e registrado através de fotografias e desenhos, croquis e cortes. Fundamental é o método de visão seriada (CULLEN, 1961), a partir do qual a paisagem e o espaço urbano são dissecados, discutidos e compreendidos a partir da visão do seu usuário, na cota zero urbana, ao longo de seu percurso rotineiro.

Em paralelo às medições ambientais e desenhos, buscou-se conversar informalmente com a população e observar seus hábitos e estratégias adaptativas, como o uso de sombrinhas no período quente do ano. Optou-se por conversas informais como alternativa às entrevistas e questionários padronizados que, muitas vezes redundantes e exaustivos, acabam não traduzindo a realidade avaliada e revelam-se demasiadamente impessoais.

Os resultados obtidos em cada ponto são sintetizados a seguir, das Figuras 169 a 181.

Figura 168 - Equipe, durante o trabalho de campo, com o Presidente da União dos Moradores.

Fonte: União dos Moradores de Paraisópolis.

Figura 169 - Resultados do Ponto 01, no sol. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 172 - Resultados do Ponto 03, no sol. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 173 - Resultados do Ponto 04, no sol. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 178 - Croqui da viala Francisco Clemente.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 179 - Resultados do

Ponto 07, no sol. Fonte: Elaborada pelo autor.

Gráfico 07 - Síntese dos resultados do tranbalho de campo

Dos resultados obtidos ao longo do percurso e sintetizados na Figura 182 e Gráfico 07, vale comparar os valores de temperatura e umidade relativa do ar nos dois principais interstícios urbanos típicos de favela, a rua formal e a viela. Enquanto na rua a temperatura do ar registrada é de 36,7°C e a umidade relativa é de 27,4%, na viela os valores são de 33,4°C e 30,6%, chegando a 37,2% na medição do datalogger. As temperaturas superficiais variam de 40°C a 26°C nas ruas e vielas, respectivamente.

Um dos precedentes da pesquisa já comprovou que a temperatura do ar dentro da favela é maior do que fora dela, durante o dia. O trabalho de campo mostra que, na favela, a temperatura do ar é mais alta e a umidade relativa do ar é mais baixa nas ruas e espaços expostos diretamente ao sol, se comparadas à temperatura e umidade das vielas, no interior das quadras. Isso devido ao significativo impacto do sombreamento e da massa sombreada na redução de temperaturas superficiais e, consequentemente, de temperaturas do ar em dias quentes. Além disso, a velocidade do vento diminui em direção ao centro da favela e o ruído sonoro urbano apenas atenua-se nos miolos das quadras.

O trabalho de campo, sintetizado a partir de levantamentos ao longo do percurso selecionado, mostra que a favela, mais do que a cidade dita formal, é constituída pelo encadeamento de diferentes experiências ambientais, urbanas e sociais e é isso que torna a favela um espaço rico, com interstícios urbanos carentes, embora repletos de potenciais.

Figura 182 - Síntese das medições ambientais ao longo do percurso. Fonte: Elaborada pelo autor.

5.1.4 TRABALHO ANALÍTICO

Para a etapa analítica, foram empregados dois softwares simples de avaliação de desempenho ambiental, o Ecotect, a partir do qual é possível determinar a incidência solar e as sombras em um modelo digital, e o Winair que, junto ao Ecotect, simula a ventilação natural. O modelo digital consiste na reprodução de quadras-típicas de Paraisópolis, em três situações distintas: quadra ocupada densamente por barracos; quadra com inserção de equipamentos públicos; quadra com campo de futebol. De modo a simplificar o modelo e focar a avaliação no impacto da massa construída da favela, no desempenho ambiental dos espaços abertos, a topografia foi desconsiderada. O modelo volumétrico foi gerado a partir de levantamento em planta disponibilizado pela Sehab, com gabaritos determinados a partir de visitas de campo.

É interessante observar o mascaramento a que a abóbada celeste é submetida em diferentes situações urbanas da favela, desde o campo de futebol, onde a obstrução do entorno é mínima, passando pelas ruas formais que, por serem largas, estão expostas ao sol durante grande parte do dia, dependendo de sua orientação, até a viela, onde existe insolação direta apenas entre 11 e 13h, de forma geral.

O diagrama do Ecotect permite ainda a simulação do sombreamento dos interstícios urbanos ao longo de todo o dia. A Figura 183 mostra, além dos mascaramentos pontuais típicos, o sombreamento urbano do dia 22 de Dezembro, das 7 às 12h, a cada uma hora.

A massa construída da favela, em qualquer uma das predominâncias, oferece resistência à ventilação urbana, principalmente através das quadras densamente ocupadas por barracos, onde os espaços abertos são restritos, salvo áreas de equipamentos públicos e grandes clareiras, como a do campo

Figura 183 - Síntese do estudo analítico de insolação. Sombreamento de trecho urbano no dia 22 de Dezembro, das 7 às 12h, a cada uma hora. Mascaramento da abóbada celeste em diferentes situações urbanas. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Ecotect.

de futebol. A Figura 184 mostra simulações de ventilação urbana realizadas em diferentes alturas de avaliação, para três situações urbanas distintas: o Caso base, referente à situação existente; o Cenário 01, resultante de intervenção urbana convencional; e, por fim, o Cenário 02, uma alternativa de intervenção que propõe a permeabilização de toda a massa construída da quadra, ao invés da criação de pequenas clareiras, com remoção de barracos inteiros.

Avaliando-se a insolação, sombreamento e ventilação dos espaços abertos da Favela de Paraisópolis, conclui-se que, por um lado, os interstícios urbanos mais abertos, como as ruas ortogonais e o campo de futebol, ao mesmo tempo em que contribuem com a ventilação natural da favela em macroescala, carecem de alternativas de sombreamento que proporcionem conforto térmico e luminoso ao usuário, principalmente no meio do dia, quando a exposição à radiação solar direta e o fluxo de pessoas nesses espaços são intensificados. Por outro lado, os interstícios urbanos mais estreitos, como os becos e vielas, são pouco ventilados e demasiadamente sombreados, o que pode caracterizar condições de conforto ambiental para o seu usuário durante os períodos quentes do ano, embora acarrete significativo impacto negativo no conforto ambiental interno das casas dos miolos de quadra, nos períodos frios do ano. Além disso, o excessivo auto-sombreamento dos barracos nos miolos das quadras somado a níveis de ventilação abaixo do recomendado conduzem a problemas de salubridade e saúde física de seus moradores.

Isto posto, é lançada a hipótese de que as ruas devem continuar largas para facilitar a ventilação urbana, ao mesmo tempo em que, de acordo com sua orientação, proporcione opções de espaços e caminhos protegidos da radiação solar direta, parcial ou totalmente, temporária ou permanentemente, para o pedestre. Já as vielas, deveriam ser alargadas, na medida do possível, para contribuir com a ventilação urbana dentro das quadras e garantir um mínimo período de insolação para os ambientes internos das casas, sem deixar de oferecer espaços protegidos e confortáveis aos transeuntes (LAMBERTS, 2011).

Figura 184 - Síntese do estudo analítico de ventilação. Simulações em diferentes alturas e predominâncias, para a situação existente da favela (Caso base), para o resultado da urbanização convencional de favelas (Cenário 01) e de nova proposta de requalificação urbana (Cenário 02). Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Winair.

5.2 ESCALA EDILÍCIA

A princípio, o objeto da dissertação eram apenas os interstícios urbanos da Favela de Paraisópolis, isto é, os espaços abertos. Ao longo da pesquisa, principalmente das atividades de campo, percebeu-se que, fundamentalmente nas favelas, espaços externos e internos são indissociáveis. Não seria possível, portanto, caracterizar, avaliar e propor os espaços externos, sem estender a pesquisa aos espaços internos e à transição entre ambos, as interfaces urbanas.

Desse modo, assim como na escala urbana dos interstícios e espaços abertos, a dissertação desenvolve atividades de campo e analíticas nos espaços internos das casas e barracos de Paraisópolis, com ênfase nas suas interfaces com o ambiente externo.

5.2.1 TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo na escala edilícia objetiva a caracterização ambiental, física e social de espaços internos residenciais da Favela de Paraisópolis. São selecionadas, como estudos de caso, duas residências típicas, representativas da favela: uma delas ocupa o pavimento superior de uma edificação de esquina, com acesso direto à rua (Figura 185); a outra ocupa o pavimento inferior de uma edificação construída no quintal de outra, localizadas no miolo de quadra, com acesso à rua por viela (Figura 186)³¹.

A avaliação ambiental das residências é realizada em dois de seus ambientes, sala/cozinha (Gráficos 9 e 11) e dormitório de casal (Gráficos 10 e 12), ao longo de uma semana quente do ano, por meio da instalação de dataloggers, mensurando temperatura e umidade relativa do ar. Na residência

³¹ As histórias das famílias residentes nos estudos de caso foram previamente descritas no Item 4.4.4 Estudos de Caso, no que diz respeito aos reflexos de dinâmicas sociais e humanas nos aspectos físicos urbanos e edifícios da favela.

voltada para a rua, foi instalado um datalogger protegido extra na varanda aberta, de modo a medir, aproximadamente, os valores de temperatura e umidade relativa do ar externo (Gráfico 08).

A temperatura máxima do ar externo medida é de 35°C, com umidade relativa mínima de 27%. Enquanto a temperatura máxima na sala/cozinha da casa da rua é de 41°C (6°C acima da temperatura externa), na casa da viela o pico máximo é de 38°C, mas a média máxima é de 36°C, praticamente igual à externa. A diferença, portanto, entre as temperaturas máximas das sala/cozinhas da rua e da viela é de 3 a 5°C.

Nos dormitórios, 38°C e 31°C são as máximas temperaturas do ar registradas nas casas da rua e da viela, respectivamente. As umidades relativas mínimas vão de 26% no dormitório da casa da rua a 53% na casa da viela (praticamente o dobro).

A amplitude térmica diária no ambiente externo é de 8°C, na sala/cozinha da rua é de 13°C, no dormitório da rua é de 10°C, na sala/cozinha da viela é de 3 a 5°C e no dormitório é de 3°C. A casa da rua, por estar mais exposta ao ambiente externo, segue a amplitude diária externa e a amplifica por causa de características dos materiais e aberturas, além de ganhos internos de ocupação. A casa da viela possui amplitude térmica notoriamente inferior às demais, provavelmente devido a sua inserção urbana, sem fachadas diretamente expostas para trocas de calor e sem aberturas para renovação do ar, influenciando na temperatura e umidade.

Os moradores da casa da rua reclamam do calor exagerado e os da casa da viela, do frio e da umidade. Pode-se lançar a hipótese de que as casas muito expostas ao meio externo precisam ser protegidas, de forma flexível, e as casas dos miolos de quadra precisam ter garantidas mínima exposição solar diária e taxas de renovação do ar. Tais hipóteses serão simuladas na etapa analítica, a seguir.

inserção urbana

Figura 185 - Estudo de caso, casa da rua. Perspectiva dos pavimentos que compõem a edificação, além de planta da casa da Mara, com imagens internas e detalhes construtivos.
Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 187 - Prancha síntese do processo analítico. Comparação de caso base e cenários. Dimensões reais: 841 x 1.189mm. Fonte: Elaborada pelo autor.

5.2.2 TRABALHO ANALÍTICO

Para o trabalho analítico, na escala edilícia, é empregado o Arqitrop, software gratuito e simples de avaliação de desempenho térmico de ambientes fechados, desenvolvido na plataforma MS-DOS. Tal software, portanto, poderia ser facilmente manipulado por um morador da Favela de Paraisópolis, uma vez dotado de objetivos e mínimas instruções.

O trabalho analítico é iniciado com a construção de um caso base, isto é, a especificação de um ambiente fechado que reproduza os padrões dimensionais, materiais, aberturas e ocupação típicos de favela. Uma vez locado na latitude e orientação desejadas, é possível simular o desempenho térmico interno desse ambiente, em qualquer dia do ano³², produzindo-se uma curva de temperaturas internas e um gráfico de ganhos e perdas de calor por cada um dos componentes. A avaliação do caso base é complementar às medições de campo, restritas ao período de uma semana.

A possibilidade mais interessante dessa ferramenta, contudo, é a de, a partir do caso base, experimentar alterações em orientação, materiais, abertura e/ou ocupação, constituindo cenários cujos desempenhos térmicos são simulados. O Arqitrop configura, portanto, efetiva ferramenta de apoio à proposição, comprovando, ou não, a eficiência de estratégias projetuais para a qualificação ambiental de um ambiente interno.

Na construção do caso base, o Arqitrop requer ao menos uma fachada com aberturas voltada diretamente ao meio externo. Como a casa da viela, um dos estudos de caso das medições de campo, não possui fachadas e aberturas expostas, não pode constituir um caso base. A etapa analítica, dessa forma, segue com a configuração de apenas um caso base, o da típica casa de favela com acesso para a rua.

É especificada, como caso base, uma sala/cozinha de 2,6m de largura por 6,7m de profundidade, 2,7m de pé-direito, uma fachada exposta com orientação norte e uma janela de 2,4m² de área

³² Levando-se em conta uma base de dados climáticos cadastrada no software.

transparente e 50% de vão ventilável. O ambiente se encontra em pavimento intermediário de edificação construída com blocos cerâmicos de 6 furos, com duplo revestimento e cor externa média-escura, e laje mista pré-moldada. A ocupação interna do ambiente é de 4 pessoas das 8 às 23h e equipamentos como geladeira (300W), televisor (400W), notebook (120W) e duas lâmpadas (100W cada) ligados 24h/dia (total de 1020W).

O caso base e posteriores cenários têm seu desempenho térmico avaliado nos dias 15 de Fevereiro e 15 de Agosto, representativos dos períodos mais quentes e mais frios do ano, respectivamente. Em 15 de Agosto, simula-se a janela aberta apenas das 11 às 17h. (Gráficos 13 a 18).

A avaliação do caso base corresponde à situação existente da favela e mostra que em 15 de Fevereiro a temperatura interna máxima é 4,2°C maior do que a externa e, em 15 de Agosto, é 5,4°C maior. Essas diferenças são menores do que foi constatado pelas medições de campo.

O primeiro cenário lançado, em busca da redução da temperatura interna máxima do ambiente, em comparação com a situação existente do caso base e consequente atenuação da diferença entre temperaturas interna e externa, substitui o tijolo furado da construção pelo maciço. Desse modo, as temperaturas internas máximas são 0,5°C e 0,7°C menores do que as do caso base, em 15 de Fevereiro e Agosto, respectivamente (Gráficos 19 a 22).

O segundo cenário consiste na substituição da janela existente por uma com 100% do vão ventilável. A redução das temperaturas internas máximas é de 1,7°C e 2,0°C, quando comparadas às do caso base, em Fevereiro e Agosto (Gráficos 23 a 26).

O terceiro cenário propõe a substituição de toda fachada externa por um plano de cobogós ou estrutura aletada que ofereça 100% de sombra e ventilação, simultaneamente. Como resultado, as temperaturas internas máximas são 2,9°C e 4,1°C menores do que as do caso base, em Fevereiro e Agosto, respectivamente. Neste cenário, a diferença entre as temperaturas máximas interna e externa cai para 1,3°C, significativamente menor do que no segundo cenário (de 2,5°C a 3,5°C de diferença em Fevereiro e Agosto), e no primeiro cenário (de 3°C a 4°C de diferença). (Gráficos 27 a 30)

O quarto cenário leva a sala/cozinha para o último pavimento da edificação e, para fazer frente aos ganhos de calor pela cobertura, é lançada a estratégia combinada de substituição dos tijolos furados por tijolos maciços em toda a edificação, e fachada exterior 100% sombreada e ventilada. A redução das temperaturas máximas internas é de 2,5°C em Fevereiro e 3,6°C em Agosto (Gráficos 31 a 34).

O quinto cenário prevê, partindo da configuração do quarto cenário, a instalação de cobertura leve e ventilada sobre a laje da sala/cozinha, impedindo a incidência direta de radiação solar. Esta alternativa reduz a temperatura interna em mais 0,2°C e 0,3°C, em Fevereiro e Agosto, comparando-se ao quarto cenário (Gráficos 35 a 38).

O sexto cenário parte do quinto cenário e abre ao meio externo uma segunda fachada, 100% sombreada e ventilada. Tal estratégia minimiza as temperaturas internas máximas em mais 0,2°C e 0,1°C, respectivamente, em Fevereiro e Agosto, se comparadas às temperaturas do quinto cenário. A diferença entre as máximas temperaturas interna e externa é de 1,3°C (Gráficos 39 a 42).

A leitura dos resultados de desempenho térmico dos cenários mostra que cada uma das estratégias projetuais empreendidas ao caso base contribui para a diminuição da temperatura interna máxima, em maior ou menor medida e que a combinação de alternativas é interessante.

Contudo, a estratégia que mais contribui para o desempenho térmico do ambiente analisado é a do terceiro cenário que, com apenas fachada totalmente sombreada e ventilada, aproxima as condições ambientais internas das externas, em um clima favorável, como é o brasileiro. Este resultado analítico deve, portanto, constituir uma diretriz e guiar a proposição de requalificação das interfaces urbanas da Favela de Paraisópolis.

**Gráfico 13 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Caso base, 15 Fevereiro**

**Gráfico 14 - Estimativa de variação horária de
temperaturas: Caso base, 15 Fevereiro**

**Gráfico 15 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Caso base, 15 Abril**

**Gráfico 16 - Estimativa de variação horária de
temperaturas: Caso base, 15 Abril**

**Gráfico 17 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Caso base, 15 Agosto**

**Gráfico 18 - Estimativa de variação horária de
temperaturas: Caso base, 15 Agosto**

Gráfico 19 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 01, 15 Fevereiro

Gráfico 20 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 01, 15 Fevereiro

Gráfico 23 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 02, 15 Fevereiro

Gráfico 24 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 02, 15 Fevereiro

Gráfico 21 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 01, 15 Agosto

Gráfico 22 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 01, 15 Agosto

Gráfico 25 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 02, 15 Agosto

Gráfico 26 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 02, 15 Agosto

Gráfico 27 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 03, 15 Fevereiro

Gráfico 28 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 03, 15 Fevereiro

Gráfico 31 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 04, 15 Fevereiro

Gráfico 32 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 04, 15 Fevereiro

Gráfico 29 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 03, 15 Agosto

Gráfico 30 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 03, 15 Agosto

Gráfico 33 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 04, 15 Agosto

Gráfico 34 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 04, 15 Agosto

Gráfico 35 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 05, 15 Fevereiro

Gráfico 36 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 05, 15 Fevereiro

Gráfico 39 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 06, 15 Fevereiro

Gráfico 40 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 06, 15 Fevereiro

Gráfico 37 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 05, 15 Agosto

Gráfico 38 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 05, 15 Agosto

Gráfico 41 - Distribuição de fluxo térmico no ambiente:
Cenário 06, 15 Agosto

Gráfico 42 - Estimativa de variação horária das
temperaturas: Cenário 06, 15 Agosto

6. REFLEXÕES + PROPOSIÇÕES

É descrito o processo simultâneo de reflexão, experimentação e proposição conduzido pela pesquisa, abarcando as esferas ambiental, urbana e social, em vias de fazer valer as oportunidades latentes dos interstícios e interfaces urbanos da Favela de Paraisópolis como efetiva infraestrutura propulsora de usos e vida urbanos.

6.1 “URBANIZAÇÃO” DE FAVELA?

As intervenções em favela encontraram como aliado um simples termo que, de forma politicamente correta, parece agradar a todos os agentes envolvidos, profissionais urbanos, poder público e, até mesmo, a comunidade. Trata-se do termo “urbanização de favela”.

A Prefeitura lança programas de urbanização de favelas (...), a comunidade festeja com o prosseguimento do processo de urbanização da favela (...), que conduzirá a “favela feia e suja” ao status de “bairro bonito e seguro” (...).

Todavia, qual o significado do termo “urbanizar”?

Urbanizar seria tornar urbano algo que não o é.

A partir de que momento a favela foi caracterizada como “não-urbana”? Quais características ou ausência delas que conduzem a essa aproximação?

De uma forma geral, para os interventores da favela, urbanizar significa dotar de infraestrutura básica e atender a necessidades emergenciais, como remoções de áreas de risco e promoção de conjuntos habitacionais. Sem mais.

De fato, a dita urbanização atua junto a carências fundamentais da favela, garantindo o acesso a serviços públicos básicos já disponíveis na cidade formal. Contudo, pode-se dizer que, em outras instâncias, a favela possui características intrínsecas que a tornam mais “urbana” que qualquer bairro da cidade formal. São equiparáveis os percursos e vida urbanos da favela e o de qualquer bairro composto por condomínios fechados articulados por vias expressas e praças lindas, embora

vazias? Não.

Portanto, sem adentrar a discussão de como deve ser o processo de intervenção nas favelas, questiona-se aqui o uso do termo “urbanizar” que, instantaneamente, coloca a cidade dita “informal” em patamar inferior à formal, e propõe, por conseguinte, a cidade formal como modelo para a informal.

A dissertação enfatiza, portanto, o uso do termo Requalificação Urbana, termo este já empregado para demais situações urbanas e com menor grau de subjugação.

6.2 REQUALIFICAÇÃO DE FAVELA

Para a presente dissertação, requalificação de favelas diz respeito à experimentação, proposição e intervenção com o objetivo de oferecer uma melhor qualidade ambiental, urbana e social a um espaço urbano repleto de carências e, ao mesmo tempo, potenciais.

A requalificação deve ser pensada como a sobreposição de diferentes escalas de caracterização, proposição e intervenção, desde a macroescala infraestrutural e emergencial liderada pelo poder público, até as ações de microescala, conduzidas independentemente pelos próprios moradores ou por ONGs atuantes na comunidade. Além disso, fundamentalmente, faz-se necessária uma escala intermediária, mediadora entre estratégias “top-down” e “bottom-up”, entre rígido e espontâneo.

A escala intermediária, mesoescala, articula os investimentos e aparato técnico da macroescala, com os conhecimentos e necessidades da microescala, envolvendo a participação dos reais interessados no processo, os moradores da comunidade.

Figura 188 - Ícones representativos da Macro, Meso e Microescalas, da esquerda para a direita. Fonte: Elaborada pelo autor.

6.3 O QUE É ESSENCIAL PARA PROJETOS EM FAVELA?

Em entrevistas e conversas para a pesquisa de mestrado, envolvendo diferentes agentes, a importância do contexto e da comunidade é enfatizada por diferentes agentes, Maria Teresa Fedeli, do Poder Público, Klaus Bode, profissional e acadêmico, e Vagner de Alencar, ex-morador de Paraisópolis.

Maria Teresa Fedeli aponta três aspectos fundamentais para um bom projeto de intervenção em favela. É essencial, em primeiro lugar, trabalhar junto da comunidade, “e não só com as pseudo e famosas lideranças, pois talvez haja interesses diversos dentro de uma mesma comunidade, interesses pessoais, partidários.”

Maria Teresa Fedeli relata uma experiência em Mauá, onde a compensação ambiental pela construção de um conjunto em área contaminada permitiu a realização de importantes melhorias urbanas junto à comunidade. A compensação foi solicitada na forma de material de obra e, através de pequenos mutirões com os moradores, aos finais de semana, foram realizadas obras de infraestrutura, água, esgoto, calçadas, escadarias. O nome do projeto era Habitar Legal, antes do Bairro Legal de São Paulo.

Em segundo lugar, Maria Teresa Fedeli enfatiza o diagnóstico do local, no que diz respeito à identidade da comunidade, à topografia, à massa construída e tantas outras especificidades que impedem o sucesso de um mesmo projeto em contextos diferentes.

Em terceiro lugar é importante trabalhar os problemas, potenciais e soluções. Quais são os problemas? Quais são as potencialidades? Como tornar as soluções aos problemas algo criativo? Como transcrever do conceito para o desenho urbano?

Segundo Klaus Bode, é preciso manter, e ressaltar, em um projeto de intervenção em favelas, o sentimento de comunidade, para que os moradores sejam orgulhosos do lugar onde vivem. Para tanto, tornam-se necessárias ações práticas. A primeira delas são as intervenções sanitárias, de modo a controlar a disseminação de doenças. Em segundo lugar, é preciso oferecer ambientes confortáveis ambientalmente, sejam eles internos ou externos.

Klaus admira a possibilidade dos moradores em identificar, entender e se apropriar de um espaço sem que este precise ser previamente classificado ou denominado como área esportiva, área educacional ou área cultural.

Klaus Bode afirma que, muitas vezes, os arquitetos têm a ideia de que sua intervenção tem de culminar em algum design físico a ser visto e admirado, esse é o problema de Aravena, por exemplo, uma replicação de um modelo, algo em que Klaus não acredita. Na medida em que não existe um modelo e os moradores são livres para do seu espaço se apropriar, é desenvolvida e externada uma imensa criatividade, criatividade essa, por exemplo, que pode ser vista em grupos musicais das favelas do Rio de Janeiro, que fazem do lixo, instrumentos musicais.

Além disso, é preciso articular diferentes escalas. Não é eficiente pensar em pequenas práticas cotidianas, implementadas individualmente e aleatoriamente pelos moradores. Precisa-se, antes disso, de um plano maior de desenvolvimento e requalificação. Para Klaus, é instigante a gradação de espaços de sociabilidade na favela, nas diferentes escalas, desde a rua, conectando-se à pequena varanda, através da qual se conversa com o vizinho, e depois até a cobertura, onde será feito o churrasco no final de semana e, então, ao campo de terra, onde se joga futebol com os amigos da escola. É preciso planejar em grande escala e o restante, “let it go”.

Da mesma forma, para Rosa Schiano-Phan, em seu escopo ambiental, é essencial a compreensão da favela em diferentes escalas, observando-se e intervindo no seu microclima. Se os projetos e

intervenções forem feitos de forma individualizada, os benefícios gerados não serão efetivos. É, portanto, mais importante pensar no microclima que envolve uma série de unidades habitacionais e espaços urbanos do que pensar esses componentes de forma isolada.

Para Vagner de Alencar, ex-morador de Paraisópolis, a solução para um bom projeto de intervenção em favelas se resume ao diálogo entre todas as instâncias envolvidas. Hoje, algumas intervenções podem não refletir, efetivamente, as necessidades e anseios de uma Comunidade, como seria o caso da ETEC-Paraisópolis, onde, segundo Vagner, sobram vagas e mais da metade delas é ocupada por pessoas de fora de Paraisópolis.

Segundo a Secretaria do Estado e o Centro Paula Souza, os cursos oferecidos devem ser recortados de acordo com a comunidade e suas necessidades. De acordo com Vagner, entretanto, em Paraisópolis não foi assim, ninguém foi chamado, ninguém foi ouvido, os jovens sequer sabem dos cursos oferecidos pela ETEC. Dessa forma, os jovens não se apropriam daquilo. “De que adianta ele fazer Contabilidade na ETEC, se ele não aprendeu a fazer uma conta de adição na escola? Além disso, por exemplo, tem um curso de meio-ambiente, mas o jovem pensa: ‘com o que é que eu vou trabalhar tendo feito esse curso?’ Também falta estímulo da família, mas essa família precisa ser estimulada por alguém.”

Vagner de Alencar reitera que: “Não são dois ou cinco membros da União de Moradores que vão servir ao diálogo representativo. Não é assim. É preciso pegar a ‘Dona Maria’ que mora na viela, fazer de fato uma convocação. Porque é muito fácil fazer qualquer assembléia, com pessoas que sempre estão ali, ao invés de reunir quem, de fato, sofre essa realidade.”

Com relação aos novos edifícios habitacionais de Paraisópolis, Vagner observa que, no geral, as pessoas sabem da importância de um prédio, de que lá elas não sofrerão com enchente e esgoto, por exemplo. Por outro lado, contudo, o prédio faz com que se percam totalmente as relações sociais e a identidade que a família construiu em seu barraco, ao longo de gerações. “No prédio, a pessoa não vai poder fazer o churrasco na laje e estar com os amigos, e isso é muito importante, sobretudo para o nordestino, porque ele tem um aporte familiar, está sempre ali ao lado de um

familiar, fica amigo do vizinho. O apartamento é menor, o apartamento isola.”

“O apartamento não dialoga com as necessidades do morador, tem espaço para ele estender a roupa? Não, ele vai pendurar do lado de fora da janela.”

“Eu nunca morei em um apartamento. Se eu tivesse que escolher entre um prédio e uma casa lá em Paraisópolis, escolheria uma casa. Claro, não do lado do esgoto, nesse caso eu iria para o apartamento.”

“E normalmente o morador é tão autônomo e independente para construir e ter ali o seu espaço, a maioria dos caras é pedreiro, então ele faz os puxadinhos, do jeito que ele quer, atendendo às vontades dele. No apartamento, ele não tem essa possibilidade. E o que acontece? Ele vende o apartamento e volta para a favela. Intervenções interessantes seriam de modo que existisse uma área em que o cara conseguisse fazer esses ‘puxadinhos’, do jeito que ele quisesse.”

Questionado sobre usos coletivos em espaços públicos, como hortas e equipamentos urbanos, Vagner de Alencar considera que isso não funcionaria em todas as vielas da favela, uma vez que as pessoas gostam de espaço e as intervenções nas vielas, mesmo que em pequena escala, ocupam o espaço necessário para uma moto passar, ou para transportar a geladeira comprada nas Casas Bahia. Algumas pessoas considerariam melhor, também, ter seu espaço privativo ampliado, ao invés do coletivo. Isso não impede, contudo, que o morador plante alface em sua horta individual, e acabe compartilhando seus produtos com o vizinho. Portanto, mesmo os espaços privativos estabelecem relações com os espaços coletivos, direta e/ou indiretamente.

“Acho que isso é um tipo de intervenção idealizado, acho ser mais importante tratar primeiro de coisas básicas, como controlar a eflorescência do esgoto. Talvez fazer uma intervenção dessas seja uma forma de florear a realidade, porque existem muitas outras prioridades. Isso vai fazer diferença na minha vida?”

“Seria legal, por exemplo, um projeto em que as vielas fossem reconhecidas, pois isso tem utilidade, isso mudaria a vida das pessoas. Pode-se planejar, junto aos Correios, uma nova logística que permita o reconhecimento das casas e a entrega de correspondências ao longo da viela. Sobre

essa história da entrega das cartas, por um lado, do modo como é hoje, tem a sociabilidade, mas, por outro, cria uma dependência exagerada entre os vizinhos. Pintar as vielas, com uma casa de cada cor, eu também acho incrível. “

Para o Presidente da União de Moradores de Paraisópolis, Gilson Rodrigues, o elemento essencial à intervenção em favelas são as obras de infraestrutura básica, como abertura de ruas, cobertura de asfalto, redes de água, esgoto e energia. A partir do básico, demais ações podem ser colocadas em prática, através da luta da própria comunidade.

Gilson Rodrigues ressalta também que, na medida em que são instaladas as infraestruturas básicas, diminuem as possibilidades de remoção e, portanto, o morador começa a investir e melhorar as condições da própria casa. As melhorias, portanto, irradiam-se em diferentes escalas.

“A grande lenda de Paraisópolis é que iria passar uma grande avenida no meio, e que seriam retirados todos os moradores. O Maluf, em 1997, ou 1998, propôs a construção de um anel viário e desapropriou toda a área de Paraisópolis. Saiu na capa dos jornais Estado de São Paulo e Folha, “Paraisópolis: uma favela com os dias contados” e “Paraisópolis não passa de 1998”. Isso foi feito por Maluf, mas esse processo vinha de muito tempo atrás, o Morumbi sempre quis uma avenida aqui. E como Paraisópolis é o m² mais caro de favela do Brasil hoje [...]. O Maluf morava no “Paço dos Reis”, esse prédio das piscinas, e ele dizia que um dia ia tirar os ‘ratos’ daqui. Só em 2001 foi lançado o Programa de Urbanização, mas Marta perdeu a eleição. E em 2005, apenas, que se iniciou a obra.”

“Quando começou a urbanização de Paraisópolis, eram treze frentes de obra. Hoje é a maior obra de urbanização do Mundo.”

Gilson Rodrigues declara que “[...] a briga ainda não acabou. Paraisópolis é uma área de terrenos particulares. Vira e mexe há ações de desapropriação, porque o proprietário sabe que a área valorizou e sabe que o governo está intervindo.” De acordo com Gilson, em 2005, foram criados mecanismos de negociação com os proprietários dos terrenos de Paraisópolis, por exemplo, o perdão da dívida de IPTU, troca por potencial construtivo ou a simples doação da área. Gilson

destaca o valor de 17 milhões de reais gasto em desapropriação das áreas a sul de Paraisópolis, onde foram construídos os prédios novos.

Para Elisabete França, como Poder Público, é imprescindível o estabelecimento de um Termo de Referência, com a delegação de diretrizes de projeto e monitoramento a serem seguidas pela Empreiteira contratada, além da Gestão, Zeladoria e Manutenção das áreas urbanizadas.

As diretrizes estabelecidas pela Sehab em seu Plano Municipal de Habitação trazem significativos avanços para a prática urbana brasileira. Pode-se destacar a não necessidade de guias e sarjetas em algumas vias, emprego de drenagem central, além de ênfase e delimitação de espaços públicos. É preciso, todavia, que projetos se baseiem nessas diretrizes e se tornem realidade. O projeto do arquiteto Marcos Boldarini no Cantinho do Céu, por exemplo, utiliza a empena colorida como sinalização de que ali ninguém deve ocupar. Adriana Levisky também explora as diretrizes do Plano, em projetos no Morro dos Macacos, em Vargem Grande. Por outro lado, de acordo com Elisabete França, na urbanização da Nova Jaguaré, do Boldarini, devido à ausência de gestão e setor social, talvez a população volte a ocupar as áreas públicas.

França destaca também, como elemento necessário à intervenção em favelas, a Zeladoria Ambiental, que estabelece zeladores para a comunidade, responsáveis pela limpeza e cuidado do espaço. Segundo França, tal iniciativa não é mais adotada pela Prefeitura atualmente.

Elisabete França ressalta que a intervenção em favelas não termina com a conclusão das obras. A Manutenção das áreas requalificadas é fundamental. Frente a essa recomendação, França aponta o péssimo estado de manutenção do Cantinho do Céu, no extremo Sul, mesmo sendo este um parque oficial da cidade de São Paulo.

“Os críticos dizem: ‘Ah, é a comunidade que tem de cuidar dos seus espaços.’ Mas, por exemplo, eu não saio aqui na minha rua, varrendo, pois alguém faz isso por mim. É necessária a presença de equipes contratadas. No âmbito do contrato da obra, nós contratávamos esses zeladores ambientais, o Grotinho tinha, as escadarias de Paraisópolis tinham. Parece que boas ideias não afloram [...]”

6.4 INFRAESTRUTURA NA FAVELA

A questão infraestrutural é fundamental à discussão e intervenção em favelas. Todavia, muitas vezes, a instalação de uma infraestrutura qualquer, em caráter emergencial, pode não refletir a melhor alternativa a ser implantada.

Não só em Paraisópolis, mas em toda a cidade de São Paulo, o sistema de coleta de lixo é ineficiente ambiental, energética, social e economicamente. As pessoas recolhem seu lixo, descartam-no em lixeiras ou sobre pilhas no chão (ocupando a calçada), esperando por caminhões que o retirem e levem a aterros sanitários a quilômetros dali.

Uma alternativa existente, embora com resistência à aplicação no Brasil e outros países, é o sistema de manejo de resíduos à vácuo, *Vacuum System* (JOUSTEN, 2008). Com esta alternativa, o caminhão barulhento movido a combustíveis fósseis, o lixeiro e o motorista são substituídos por um sistema de tubulações que conduz os resíduos às estações de tratamento, que podem ser pequenas centrais espalhadas pelo tecido urbano, encurtando distâncias e diminuindo o caráter centralizador de maior impacto ambiental.

De modo distinto ao que acontece hoje, com a multiplicação de superfícies urbanas impermeabilizadas, as águas pluviais urbanas deveriam ser absorvidas pelo solo, de modo que seu escoamento fosse retardado (evitando enchentes), e/ou armazenadas para reutilização em descargas sanitárias das casas ou irrigação de plantas e jardins. Essa é uma estratégia significativamente simples, já que é preciso, apenas, multiplicar as superfícies permeáveis e drenantes das ruas, vielas e coberturas de edifícios e construir reservatórios para armazenamento e reutilização das águas.

Na favela, a água seria armazenada em tanques sobre a laje, proporcionando pressão suficiente para utilizá-la nos pavimentos inferiores e, inclusive, num espaço público no térreo (Figura 190). Se for necessário tratar a água armazenada, pode-se ainda pensar em um teto jardim para filtragem e purificação (Figura 189).

A infraestrutura de distribuição de energia elétrica, apesar de amplamente instalada na favela, mesmo que informalmente, carece de requalificação. Se o problema são os “gatos” nas redes, além do impacto visual negativo e do risco de acidentes e incêndios, por que não seguir uma série de centros históricos e, até mesmo, novos condomínios brasileiros, e enterrar essa infraestrutura?

E que tal pensar que, no lugar de postes, as calçadas passassem a ter árvores e palmeiras, benéficas à qualidade do ar e ao conforto térmico, visual e psicológico? A iluminação pública, assim como em passeios mais estreitos de cidades medievais européias, pode estar articulada à arquitetura, na forma de arandelas, ou luminárias suspensas, eliminando-se a necessidade de postes (Figura 191).

A alternativa de enterramento da fiação elétrica é, no mais das vezes, descartada devido ao seu custo elevado. De acordo com Alessandro Barghini, ecólogo da USP, o enterramento da rede elétrica deve ser feito junto às demais infraestruturas urbanas, em galerias técnicas, e é mais barato quando se trata de uma nova urbanização, um décimo do valor para casos de retrofit³³.

Como parte do processo experimental da dissertação, especula-se o escavamento de ruas de Paraisópolis, a serem transformadas em túneis com instalação de novas infraestruturas, inclusive sistema de transporte expresso público, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ou *Bus Rapid Transport* (BRT), reutilizando os micro-ônibus em funcionamento na comunidade. O acesso às plataformas de embarque subterrâneas aconteceria através de escadas, rampas e elevadores conectados a espaços públicos, criados no nível da rua através do recuo de usos comerciais. A antiga rua, portanto, livre do fluxo de veículos motorizados, serviria apenas a usos públicos urbanos. Tal estratégia mostrou-se, contudo, inviável, pelo elevado nível de intervenção demandado e pelos conflitos possivelmente gerados pelo enterramento de sistemas de transporte (Figuras 192 a 195).

³³ Declaração durante o debate “A problemática da Fiação Aérea na Cidade de São Paulo”, na Tenda Cultural Ortega y Gasset da USP, em 12 de Maio de 2014.

Figura 189 - Corte do teto jardim.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 190 - Croqui de armazenagem e reuso de água.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 191 - Croqui da proposta de substituição de postes por árvores.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 192 - Corte especulativo da compatibilização das infraestruturas urbanas mais eficientes a espaços urbanos mais integrados e fomentadores de vida urbana.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 193 - Corte que lança a hipótese da criação de calhas subterrâneas de transporte público, liberando a cota zero urbana a atividades urbanas na escala do pedestre.
Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 194 - Especulações acerca de infraestruturas intersticiais articuladoras urbanas. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 195 - Corte investigativo da relação entre espaços públicos e privados, abertos e fechados. Fonte: Elaborada pelo autor.

6.5 CONSTRUIR O VAZIO

Propor e intervir em favela significa lidar com seu dinamismo e com os interesses coletivos e individuais de seus moradores.

Como garantir que um espaço desocupado para a construção de um equipamento urbano ou de um espaço aberto seja mantido conforme projetado, sem reocupação?

Garantia não existe. A área da Escola de Música no Grotão, por exemplo, já foi desocupada duas vezes para o início das obras, encontrava-se reocupada no início de 2014 e em meados do mesmo ano foi desocupada novamente.

Em visita realizada em Novembro de 2013, constatou-se, também, a ocupação das laterais vegetadas de uma das escadarias de acesso à comunidade, a partir da Avenida Giovanni Gronchi, por barracos de madeira, articulados em patamares (Figura 196).

A escadaria do Grotinho também está sendo ocupada pela população (Figura 197).

O que motiva essa reocupação? A desesperada necessidade por um abrigo? Ou a proposição de espaços e equipamentos considerados, pelos seus usuários, desnecessários, supérfluos, ou inadequados?

Por um lado, constata-se que o planejamento, projeto e intervenção junto a assentamentos informais podem não atingir os resultados esperados, já que não existe a possibilidade de total controle da situação. Desta maneira, talvez as proposições e intervenções flexíveis e adaptáveis sejam as mais bem-vindas.

Por outro lado, é muito interessante e natural o processo de apropriação e, às vezes, resignificação, dos espaços e equipamentos urbanos, pelos seus usuários diretos.

Frente a este panorama, como pensar e propor a requalificação dos interstícios urbanos de favela? Qual a estratégia para que espaços a serem abertos e articulados em meio à favela, buscando uma melhor ventilação da quadra, acesso ao sol para as moradias, circulação e vida urbanas, sejam apropriados pela população de forma coletiva, ao invés de serem reocupados por barracos, atendendo a interesses individuais?

A resposta talvez esteja em construir o vazio, tornar o invisível visível.

Figura 196 - Ocupação de áreas públicas com barracos precários. Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 197 - Ocupação da escada do Grotinho. Fonte: Cedida por Maria Teresa Fedeli, 2014.

6.6 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DE FAVELA

A partir da compreensão das favelas paulistanas, em especial da Favela de Paraisópolis, são sintetizadas as características inerentes à favela (Figura 198):

01_massa construída densa, com máxima ocupação do solo, e gabarito predominante de dois e três pavimentos, com menor ocorrência de um, quatro ou mais pavimentos;

02_edificações como blocos justapostos (envelopes independentes), muitas vezes, sem quaisquer recuos;

03_um mesmo envelope construído pode abrigar diferentes usos, diferentes núcleos de uma mesma família ou diferentes famílias, de forma autônoma;

04_escalas e acessos externos independentes aos pavimentos superiores;

05_uso das lajes e varandas para funções cotidianas e de lazer, além de seu valor imobiliário e potencial como estoque de expansão;

06_crescimento dinâmico, principalmente vertical;

07_ predomínio de atividades comerciais no nível térreo, como bares, salões de cabeleireiro, mercados, agências de viagem, lojas de roupa e artigos diversos;

08_não há reconhecimento legal formal da propriedade, apesar de existir mercado de compra,

venda e aluguel de imóveis;

09_barraco como moradia permanente para gerações de uma mesma família, não como mero abrigo temporário e/ou transitório;

10_uso de alvenaria, reboco, revestimentos cerâmicos e pintura;

11_layout interno da habitação é semelhante ao da habitação “formal” de classe média, apesar da ausência ou insuficiência de aberturas para ventilação e insolação em todos os ambientes;

12_barracos equipados com os mesmos bens de consumo da classe média brasileira;

13_poucos espaços não construídos entre as construções;

14_predomínio de áreas impermeáveis e carência de vegetação domiciliar e urbana;

15_vielas e becos, estreitos ou largos, cobertos ou descobertos, com acesso para pedestres, motocicletas e, até mesmo, carros;

16_apropriação de pequenas áreas cercadas, degraus, um vaso de flores ou, simplesmente, um capacho, como espaços de transição para as casas;

17_calçada como obstáculo urbano à livre circulação e à acessibilidade universal, podendo ser usada como “reserva para expansão” de usos comerciais, por exemplo;

18_rua absorve as funções de passagem e estar para pedestres e veículos, simultaneamente;

19_regime de espaços público/semi-público/privado distinto do comumente praticado na cidade formal;

20_carência infraestrutural em processo de melhoria; e

21_sistema ineficiente de distribuição de energia elétrica, correspondências e manejo de resíduos.

Figura 198 - Desenho de memória a partir das características fundamentais de favela. Fonte: Elaborada pelo autor.

6.7 FAVELA COMO “SONHO DE CONSUMO”?

Atualmente, quaisquer projetos de arquitetura e urbanismo fora das favelas lançam, almejam e propagandeiam, sem exceção, alguns conceitos: multifuncionalidade; diversidade populacional; fachadas ativas; diversidade urbana; adaptabilidade; flexibilidade; verticalização; cidade de 15 minutos; *incompleteness*; *openness*; *settleties*; olhos da rua (JACOBS, 2011); vida diurna e noturna; uso da rua como espaço público; etc.

O mais interessante é observar que todas essas características estão imbricadas ao conceito de favela. Estes são, na verdade, os potenciais da favela. Partindo desta lógica, presume-se que qualquer pessoa teria a favela como sonho de consumo, mas isso não acontece, por quê?

Por que as favelas, portanto, são a chaga urbana dos séculos XX e XXI no Brasil, devendo ser, dessa forma, “urbanizadas”? Qual a diferença entre as favelas brasileiras e cidades aclamadas como York, na Inglaterra, e Mikonos, na Grécia?

O que faz, portanto, das favelas, algo indesejado na cidade, apesar de seus potenciais?

Em primeiro lugar, o grande responsável pela ojeriza à favela é o preconceito da sociedade formal e de seus próprios moradores, uma vez que ela sempre esteve associada à pobreza, ignorância, violência e criminalidade.

Assim como aponta Luiz Eduardo Soares³⁴: “em síntese, para as elites e as camadas médias

³⁴ Antropólogo, cientista político e escritor brasileiro, ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro e co-autor de *Elite da Tropa*, 1 e 2.

brancas, e, não raro, para os governantes, favela foi e tem sido, em um século de história, o lugar do ‘Outro’” (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 09).

Para Luiz Eduardo Soares, a imagem construída para a favela é, por um lado, obscuro e ameaçador, e ao mesmo tempo, por outro, romantizado e idealizado. “[...] o título icônico - favela - construiu imagens dotadas de elevado índice de artificialidade, repletas de ideias preconcebidas, estigmas e romantizações.” (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 10).

É evidente que os favelados não constituem a parcela mais rica da população. Se assim fosse, ali ela não permaneceria. Entretanto, é importante observar que essa população progrediu, tem formação profissional, tem seu próprio negócio e passa até a acumular bens, enveredando-se à exploração capitalista e à especulação imobiliária.

Contudo, apesar de não serem miseráveis, os favelados não possuem o capital necessário para viver com as mesmas condições fora da favela. Com o mesmo dinheiro do aluguel de um barraco na favela, uma família alugaria um apartamento ou casa na área periférica da cidade, além de ter de pagar condomínio e outras taxas as quais talvez não esteja acostumada a pagar, como luz e água.

Dentro da favela inclusive, vista como um microcosmo do mundo exterior, existe uma pirâmide estratificada, seja uma pirâmide social, dependendo da atividade profissional ou da posição política perante a comunidade, seja uma pirâmide econômica, com aqueles que acabaram de chegar à favela e alugam um barraco de madeira, na base da pirâmide, e os que moram em uma bela casa e alugam outros barracos a terceiros, no topo.

Assim como em qualquer bairro da periferia de São Paulo, a população de Paraisópolis é composta por analfabetos que vieram da Região Nordeste do país em busca de oportunidades e hoje trabalham como faxineiros, porteiros, motoristas..., mas também por pessoas que tiveram a oportunidade de estudar e construir carreira profissional.

“Paraisópolis hoje tem psicólogo, jornalista, médico [...]” (Depoimento de Gilson Rodrigues, presidente da União de Moradores, em Outubro de 2013).

Portanto, Paraisópolis não mais se resume a um celeiro de mão-de-obra barata e desclassificada, absorvida pelo Morumbi para as ocupações a que seus moradores não se dignificariam assumir.

A violência e a criminalidade estão espalhadas por toda a cidade. Pode ser que as favelas, durante décadas, tenham servido de abrigo para tais práticas marginais, com criminosos assumindo o papel de controle, regulação e governança, uma vez que estas eram territórios renegados pela sociedade e pelo poder público. Hoje em dia, contudo, tomando-se Paraisópolis como exemplo, não se pode dizer que as comunidades sejam controladas por criminosos e sejam territórios sem lei, dominados pela criminalidade.

Em segundo lugar, apesar das intervenções que vêm sendo empreendidas pelo Poder Público desde 2005 em Paraisópolis, e apesar do elevado nível de consolidação da comunidade, ainda existe carência de infraestrutura, principalmente nos miolos de quadra, onde o acesso, a visualização dos problemas e a intervenção são dificultados.

Em terceiro lugar, o que faz da favela o lugar indesejado para se morar é a falta de salubridade das moradias, muitas vezes empilhadas, sem acesso a condições mínimas de insolação e ventilação.

O objetivo desta reflexão não é pensar que, uma vez requalificada, a favela seria o sonho de consumo da sociedade brasileira. Não. O objetivo é mostrar que a favela, em sua essência, vai de encontro aos anseios das classes média e média alta, excetuando-se os conflitos destacados anteriormente e que podem ser manejados em busca de uma melhor qualidade ambiental e de uso para o espaço urbano da favela.

6.8 FORMAL COMO MODELO PARA INFORMAL?

É perceptível em Paraisópolis a reprodução e/ou imposição, por agentes externos e internos, de características da cidade formal. Na maioria dos casos, tais características não refletem ou vão contra as lógicas intrínsecas à comunidade.

Questiona-se, por exemplo, o sistema de ruas e calçadas de Paraisópolis. Seguindo o padrão da cidade formal brasileira, quando há rua, há calçada. Contudo, em Paraisópolis, as calçadas são demasiadamente estreitas, íngremes, com degraus e equipamentos, além de chegarem a ser totalmente ocupadas pela ampliação de uma casa ou de um comércio. Dessa forma, o espaço que formalmente foi pensado para o pedestre não é suficiente, ou adequado e torna-se, inclusive, um obstáculo urbano. A “calçada” não funciona na favela e está ali apenas “para constar”. O espaço da rua é então disputado entre pedestres e veículos, com reduzido nível de segurança. É preciso pensar em vias que articulem, no mesmo nível, pedestres, ciclistas, motos, carros e microônibus, sem deixar de lado a promoção de múltiplos usos urbanos.

O que dizer então do processo, visível em Paraisópolis, de fechamento de vielas, com acesso controlado por grades e portões? Se as pessoas de fora fazem isso, por que os moradores de favela não podem fazer? (Figuras 199 e 200).

6.9 O PROBLEMA DAS FAVELAS

Pode-se dizer que a favela surge em resposta a duas necessidades primordiais: um teto e uma boa localização urbana. Desta forma, as principais carências intrínsecas às favelas, em sua origem, são a ausência total ou parcial de serviços e infraestruturas públicos, como redes de energia elétrica, água encanada e rede de esgoto, dentro do assentamento; de condições mínimas de salubridade e habitabilidade, isto é, acesso a insolação e ventilação natural mínimos; e de mobilidade, no que toca à acessibilidade universal de ruas, calçadas e vielas.

Hoje em dia, contudo, as condições infraestruturais urbanas e habitacionais estão cada vez melhores nas favelas, equiparando-as à dita cidade formal. A localização de grande parte das favelas paulistanas continua privilegiada, em relação à oferta de transporte, emprego, lazer e serviços. Além disso, as casas em si, se analisadas isoladamente, desconsiderando-se sua implantação e inserção urbana, seguem os padrões habitacionais típicos da classe média da cidade formal, no que se refere à área construída, à planta habitacional, aos materiais e equipamentos.

Portanto, hoje, o problema das favelas, de uma forma geral, não é mais o acesso a infraestrutura e habitação, mas sim o acesso a mínimos padrões de insolação, ventilação natural e acessibilidade urbana. Tais carências só podem ser supridas a partir de proposições e intervenções que tenham como alvo o “in-between”, os interstícios e interfaces urbanos, através de resposta urbanística e paisagística que articule a macro à microescala.

Figura 201 - Ícones indicam os condicionantes da constituição de favelas: boa localização, um abrigo, carência de infraestruturas urbanas. Fonte: Elaborada pelo autor.

6.10 FORMAL X INFORMAL: REFLEXÕES

O que é formal? O que é informal? Por que reforçar a dicotomia formal x informal? Por que não pensar na sobreposição formal + informal?

Partindo desses questionamentos, é realizada uma série de colagens com o objetivo de refletir acerca das especificidades do Formal e do Informal (Figuras 202 e 203), experimentar de forma caricatural a sobreposição entre as diferentes realidades (Figuras 204 e 205), até chegar à conclusão de que a cidade é, e sempre será, o resultado da adição de diferentes componentes um sobre o outro, a cidade dita formal, a cidade dita informal, o meio natural e o habitante urbano (Figura 206). Vale destacar na Figura 206, intitulada “X-Cidade”, que na composição da cidade brasileira ou do “x-burger”, a cidade formal, privilegiada, entre duas fatias de queijo, ocupa posição diametralmente oposta à porção de cidade informal e no meio disso tudo está o meio natural e a população, os grandes afetados pelo embate Formal x Informal. Embate este que deveria ser substituído por Formal + Informal, assim como sugere a proposta.

Figura 202 - Colagem caricatural
da cidade informal: seu morador e seus interstícios
urbanos. Dimensões reais: 400 x 400 mm. Fonte: Elaborada pelo autor.

EDUARDO PIZARRO 14.

Figura 203 - Colagem caricatural
da cidade formal: seu morador e seus interstícios
urbanos. Dimensões reais: 400 x 400 mm. Fonte: Elaborada pelo autor.

EDUARDO PIZARRO 14.

Figura 204 - Colagem caricatural da sobreposição de elementos da cidade formal à cidade informal. Dimensões reais: 800 x 800 mm. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 205 - Colagem caricatural da sobreposição de elementos da cidade informal à cidade formal. Dimensões reais: 800 x 800 mm. Fonte: Elaborada pelo autor.

6.11 FORMAL X INFORMAL: POTENCIALIDADES

De forma generalizada, a cidade dita formal é uma colcha de retalhos planejada, onde cada um dos trapos é um lote ou gleba independente, público ou particular, e as costuras são as calçadas, ruas e avenidas, delineadas por alguém. O retalho, isoladamente, é o local de expressão e vida de seu proprietário e/ou usuário, a partir de regulações pré-estabelecidas. A costura, apesar de ser o elemento articulador de todos os trapos, ao invés de ser o lugar de todos, torna-se o lugar de ninguém, lugar de insegurança, medo e indiferença, configurando simples espaço de circulação, um não-lugar (AUGÉ, 2005). A costura, ao invés de servir de membrana permeável a trocas, é excludente, segregatória.

Por outro lado, a cidade dita informal é uma colcha de retalhos espontânea, na qual os trapos vão sendo costurados gradativa e livremente pelos próprios usuários do espaço. A costura reflete as necessidades de seus usuários, é menos rígida, mais fluida e transitória, podendo ser redesenhada ao longo do tempo. Talvez por isso, as costuras, metáfora empregada em referência aos interstícios e interfaces urbanos, sejam mais ricas e vivas nas favelas do que no restante da cidade.

A disparidade entre cidades formal e informal é resultado, fundamentalmente, de diferenças nos regimes de propriedade e gestão, isto é, nas relações estabelecidas entre os retalhos. Enquanto na cidade formal as unidades mínimas são o lote e o bloco edilício, na cidade informal, as unidades mínimas são a quadra e a laje.

X-CIDADE

EDUARDO PIZANNO 14.

Figura 206 - X-Cidade: colagem com elementos que deveriam constituir a cidade,

com destaque para formal + informal. Dimensões reais: 400 x 400 mm. Fonte: Elaborada pelo autor.

Mesmo que eu possa comprar apenas parte de uma edificação na cidade formal, um apartamento ou laje corporativa, por exemplo, o prédio em si continua a ser reconhecido como unidade mínima, recorrentemente isolado em um lote cercado. As pessoas comumente dizem: “Eu moro ali, no prédio bege com muro cinza”, ao invés de “A minha casa é a de varanda azul com samambaia e periquito, em cima da casa alaranjada.” No caso da favela, uma mesma edificação com propriedades e usos diferentes em cada pavimento não é reconhecida como um bloco único, mas sim, como a sobreposição e articulação da “Venda do Zé”, da “Casa da Maria”, da “Casa do Paulo” e da “Casa do Pedro” (Figura 208).

Na verdade, na favela, a laje equivale a um “lote” da cidade formal, podendo ser independentemente acessado, comprado/vendido, construído, reformado. As unidades mínimas da laje e da quadra constituem um valioso potencial da favela, pois permitem a experimentação, proposição e intervenção de estratégias (Figura 207) que não aderem à cidade formal, extremamente rígida, estéril e formalizada.

Figura 207 - Potencialidades da favela: lajes como lotes independentes; circulações múltiplas e em diferentes níveis; módulos que podem absorver diferentes usos e funções. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 208 - Colagem ilustra a constituição das lajes como lotes da dita cidade formal. Fonte: Elaborada pelo autor.

6.12 ESTRATÉGIAS

A partir do embasamento teórico, da caracterização do objeto de estudo, das etapas de avaliação de campo e analítica, além de reflexões acerca das favelas paulistas, de modo geral, e da Favela de Paraisópolis, de modo específico, são traçadas estratégias para a requalificação urbana de Paraisópolis, através da apropriação de interstícios e interfaces urbanos como efetivas infraestruturas ambientais, urbanas e sociais, que contribuam com a qualidade do ambiente urbano e edílico de toda a comunidade.

O desenho é instrumento fundamental à formulação das estratégias especulativas, reflexivas e propositivas (Figura 209).

Vale ressaltar que as diretrizes lançadas não pretendem ser impostas de cima para baixo (*top-down*), mas sim, a partir do diálogo sincero com a realidade existente e constituindo recomendações, ao invés de prescrições ou obrigações. Apesar das estratégias serem formuladas para casos específicos existentes da Favela de Paraisópolis, as proposições são, essencialmente, alternativas tipológicas, não devendo ser aplicadas de forma massiva ou padronizada.

Figura 209 - Processo de investigação pautado pelo desenho em múltiplas escalas. Fonte: Arquivo do autor, 2014.

ESTRATÉGIA 01

A principal estratégia urbana lançada é a de permeabilizar toda a massa construída da favela, em diferentes níveis e com diferentes usos. O meio urbano torna-se mais permeável à ventilação natural, equilibrando temperaturas e umidades relativas do ar entre ruas e vielas da favela, oferecendo, portanto, melhores condições ambientais aos usuários dos ambientes abertos, os interstícios urbanos.

Tirando partido de potenciais como o regime diferenciado de propriedade e a dinâmica de espaços públicos e semi-públicos articulados em diferentes níveis por vielas e escadas, a proposta é a de substituir “módulos”, hoje fechados, por novos interstícios urbanos, que proporcionem à favela, como um todo, melhor ventilação, maior acesso ao sol, novos e dinâmicos percursos e espaços urbanos (Figuras 210 e 211).

Se a Dona Maria pode vender qualquer pavimento da casa dela, por que não pensar que esse pavimento pode ser adquirido pelo Poder Público para a instalação de um equipamento urbano ou de um espaço de estar e circulação, enquanto a Dona Maria constrói uma moradia para o seu filho na laje de cobertura?

O resultado de tal proposta é um sensível aumento do gabarito da favela, junto à permeabilização do conjunto construído.

A Figura 215 traz um corte longitudinal da quadra padrão da Favela de Paraisópolis (as Figuras 216 a 218 são destaques do mesmo corte). A proposta prevê, ao invés da remoção de barracos inteiros para a conformação de clareiras ou pracetas, a abordagem da massa construída como uma sobreposição de lajes que, funcionando como unidades mínimas autônomas, em relação ao seu uso e propriedade, podem ser, independentemente, resignificadas em escala urbana, constituindo um meio urbano mais permeável à ventilação e insolação e configurando novos percursos urbanos, em diferentes níveis, atividades e gestão pública e/ou privada.

ESTRATÉGIA 02

Garantir padrões mínimos de incidência de radiação solar direta nas casas da favela, em atendimento a requisitos de salubridade e habitabilidade, ao mesmo tempo em que são oferecidos espaços e percursos protegidos da radiação solar direta aos usuários dos interstícios urbanos, nos períodos mais quentes do dia e do ano. Tais características são possíveis, principalmente, através de avanços e recuos da massa construída e, conseqüentemente, de avanços e recuos dos interstícios urbanos. (Figuras 219 a 222).

Vale destacar que a Favela de Paraisópolis ocupa um trecho urbano previamente organizado por uma malha ortogonal Norte-Sul, Leste-Oeste. Desta forma, a maioria de suas edificações e espaços urbanos segue a mesma orientação. O estudo ambiental de Paraisópolis, portanto, deve ser feito, tipologicamente, a partir de tais orientações.

A requalificação proposta para interstícios e interfaces da Favela de Paraisópolis é pautada por estudos de insolação. Em primeiro lugar, são determinados os períodos de insolação para as diferentes orientações (Figura 212, à esquerda). A partir da Figura 213, são determinados os ângulos de obstrução solar resultantes de entornos com 1, 2, 3, 4, ou 5 pavimentos. São lançadas diretrizes de gabarito para as diferentes orientações: verticalização da fachada Leste até 5 pavimentos (diminuindo a necessidade de dispositivos de proteção solar para fachadas Oeste); limite máximo de 3 pavimentos para a fachada Sul (gabaritos superiores eliminam a insolação direta na fachada Norte ao longo de dias inteiros durante o período mais frio do ano). São desenhadas, então, as máscaras de sombreamento para as quatro orientações, levando-se em conta a obstrução do entorno e determinando os ângulos de proteção solar necessários para o controle da radiação solar direta nos períodos do ano e horários requeridos (Figura 212, à direita).

A Figura 214 mostra o pré-dimensionamento dos dispositivos de proteção solar para as diferentes orientações, a ser transformado em estratégias de desenho urbano nas Figuras 219 a 222.

RUA PRINCIPAL - FACHADA TÍPICA

Figura 210 - Rua típica de Paraisópolis. (Colagem a partir dos módulos-tipo). Fonte: Elaborada pelo autor.

PROPOSIÇÃO

Figura 211 - Proposta de requalificação urbana. Substituição de "cheios" por "vazios", transferência de casas e lojas, com aumento do gabarito e criação de novos percursos urbanos. Fonte: Elaborada pelo autor.

1A

FACHADA NORTE
↓
INCIDÊNCIA DE
MANHÃ A SETEMBRO
DURANTE O DIA
DE TODO

ESTOU DANDO
A OPCIÃO DE
PARA
100% SOMBREADO
EM TODO O ANO
DO QUASE (P. NORTE)

ISSO NA
É PARA
FACHADA
MIS PENSAR
NO ESPAÇO
URBANO

ZA

FACHADA SUL
↓
INCIDÊNCIA MÊS
DE SETEMBRO (P. SUL)
DURANTE O DIA
DE TODO

ZB

ENTORNO
NA
INTERFERE
NO PERÍODO
QUE
QUERO

FACHADA LESTE
↓
INCIDÊNCIA DURANTE
TODAS AS MANHÃS
DE TODO O ANO

FACHADA OESTE
↓
INCIDÊNCIA DURANTE
TODAS AS TARDES DE
TODO O ANO

NA FACHADA OESTE,
POR CAUSA DA OBSTRUÇÃO DO
ENTORNO DE 5 PAV, O $\alpha = 52^\circ$
os pontos de $\alpha = 35^\circ$ para
proteger até 15° após isso
beirado = 2,1m
beirado = 4,8m !

Figura 212 - À esquerda, seções da carta solar a que as orientações principais de Paraisópolis estão expostas. À direita, máscaras de obstrução do entorno e ângulos de proteção solar para períodos críticos do dia e do ano. Fonte: Elaborada pelo autor.

OBSTRUÇÃO DE ENTORNO

0 1 2 4(m)

Figura 213 - Corte para determinação dos ângulos de obstrução do entorno para o pedestre nas ruas padrão de Paraisópolis. Fonte: Elaborada pelo autor.

FACHADA NORTE

FACHADAS LESTE E OESTE
(levando em conta o entorno)

FACHADA SUL

Figura 214 - A partir da Figura 212, em que foram determinados os ângulos de proteção solar, são pré-dimensionados os dispositivos. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 215 - Corte longitudinal tipológico de quadra da Favela de Paraisópolis. Proposta de

permeabilização da massa construída, multiplicando espaços intersticiais, usos urbanos, ventilação

natural e acesso ao sol em diferentes níveis e escalas. Dimensões reais do desenho, à mão, 300 x 1.500 mm. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 216 - Detalhe 01. Permanência de características intrínsecas à favela, como o uso da laje para lazer, e criação de novos interstícios urbanos, articulados a usos e equipamentos públicos. Fonte: Elaborada pelo autor.

DEGRAUS COMO
TRANSITIONAL SPACE
DOOR STEPS

ARTEL

Figura 217 - Detalhe 02. O desenho urbano pautado pelos ângulos determinados na carta solar permite a criação de espaços urbanos e casas ensolaradas por maiores períodos do dia, ao mesmo tempo em que alternativas sombreadas são oferecidas. Fonte: Elaborada pelo autor.

VIELA COBERTA
SHADES ALLEY

Figura 218 - Detalhe 03. Potencialização

dos interstícios urbanos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

INSOLAÇÃO DIRETA DO SOL
12:30 - 12:00 em

FEIRA MULTIUSO FAIR

BENCH BANCO

PASSEIO LIVRE INTEGRADO

SALA TÉCNICA TECHNICAL SERVICES

Figura 219 - Corte-tipo de requalificação do espaço urbano de Rua Norte-Sul (interfaces com

orientação Leste e Oeste). Estratégias de redesenho dos interstícios urbanos, através de avanços e recuos

da massa construída. Fonte: Elaborada pelo autor.

FACHADAS LESTE/OESTE

Figura 222 - Planta com proposta de requalificação ambiental e urbana de interstícios e interfaces com orientação Norte/Sul, a partir dos estudos de insolação. Para a orientação Sul, são propostos grandes brises verticais que criam percursos sombreados, ao mesmo tempo em que absorvem diversos usos urbanos, como ponto de ônibus, comércio ambulante, área de estar. Vale destacar que tal estratégia não deve ser aplicada de forma massiva, principalmente porque a orientação Sul requer estratégias de sombreamento durante curto período do ano. Muitas vezes, o simples plantio de árvores pode solucionar, de maneira mais simples, questões de conforto e uso para esta orientação. Assim como figuras anteriores, esta é uma estratégia-tipo, uma alternativa. Fonte: Elaborada pelo autor.

FAÇADES

REQUIREMENTS/SUIDELINES

VARIÁVEIS → ORIENTAÇÃO + OBSTACULOS DO ENTORNO

POSSIBILIDADES DE SOMBRAMENTO DE FAÇADAS

REQUISITOS

- CUSTO
- FLEXIBILIDADE USUÁRIO/CONTROLE
- DURABILIDADE
- FACILIDADE INSTALAÇÃO
- IMPACTO AMBIENTAL INTERIOR
- INCENTIVAR REUTILIZAÇÃO MATERIAIS / MMT LOCAIS
- DO IT YOURSELF (ESTÍMULO SOCIAL/COMUN.)
- PERMITIR VENTILAÇÃO TOTAL VÃO
- BARRAR RAD. SOLAR DIRETA TOTAL/PRINCIPALMENTE

PLACAS HORIZONTAIS/VERTICAIS DE MADEIRA (RESTOS PORTAS/JANELAS/PAINÉIS...)

PLACAS FIBROCIMENTO PAINÉIS DE ISOLAMENTO?

(2) COBOÇO → SÓ COMEÇAR!

(3) ASSENTAMENTO BLOCOS CERÂMICOS/CONCRETO

(4) TELACRINIHEIRO + VERDE

FAÇADA OESTE → ESTUDO DOS GRADIENTES DE PROTEÇÃO DE ACORDO COM A ALTURA E OBSTACULOS DO ENTORNO, considerando FAÇADA LESTE COM SPAV.

1. IMPORTANTE DESTACAR QUE:

ORIENTAÇÃO ≠ → FAÇADA ≠

ESTRATÉGIA 03

Tornar os envelopes construídos, isto é, as interfaces urbanas, mais permeáveis à ventilação natural, ao mesmo tempo em que permitem o controle da incidência de radiação solar direta, pelo usuário do ambiente. O objetivo é o de aproximar as condições ambientais internas das externas, em um clima favorável, como é o caso de São Paulo. As estratégias vão desde as mais complexas e aparentemente "alheias" ao local, como interfaces com dupla fachada de brise-soleil, às mais corriqueiras e já empregadas na comunidade, mesmo que ainda de forma ineficiente, como os cobogós.

Além disso, as interfaces, por constituírem membranas de transição entre ambientes interno e externo, fechado e aberto, privado e público, construído e intersticial, podem absorver outros aparatos, equipamentos e/ou funções que vivificam e potencializam tais espaços, como é caso de bancos, que podem ser dobráveis, vegetação, arte urbana, etc. As interfaces podem ser, portanto, elementos catalisadores de vida urbana.

As Figuras 223, 224 e 225 ilustram o processo de proposição das interfaces 100% ventiladas e sombreadas, a partir de estudos de insolação, com uso de ferramentas simples.

As Figuras 226 a 233 trazem alternativas de interfaces ventiladas com diferentes ângulos de proteção à incidência solar direta, atendendo, com materiais simples e comumente encontrados nas favelas (tijolos maciços, blocos cerâmicos furados e blocos de concreto), diferentes necessidades, orientações de fachada e horários de proteção solar. Uma vez instruídos, o morador da favela pode escolher, por si só, qual das opções é a mais apropriada.

As Figuras 234 a 238 experimentam a requalificação das interfaces em escala urbana, buscando entender sua apropriação pela população, em seus usos urbanos, além de avaliar a possível textura urbana resultante.

Figura 223 - Prancha do processo de proposição das interfaces, destacando os requisitos e estudos ambientais. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 224 - Estudo dos gradientes de proteção para uma interface Oeste, junto à rua, com interface Leste oposta de 5 pavimentos. Máscaras e respectivos desenhos dos dispositivos de proteção solar, para diferentes pavimentos da mesma interface. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 225 - Elevação da interface da Figura 224. Destaque para as diferentes alternativas de acordo com o pavimento, além da incorporação de diferentes usos urbanos e domésticos. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 226 - Proposta alternativa às Figuras 224 e 225, para a permeabilização e proteção da mesma interface Oeste e mesmas máscaras. Estratégia que emprega materiais corriqueiros de favela, como tijolos maciços, blocos cerâmicos furados e blocos de concreto, assentados de diferentes formas, como ilustra a Figura 227. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 227 - Diagramas de assentamento de tijolos maciços, blocos cerâmicos furados e blocos de concreto e respectivos ângulos de sombra vertical. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 228 - Fachada de tijolos maciços a ser utilizada em interfaces muito expostas, sem obstruções do entorno (4º Pavimento). Ângulo de sombra vertical de 12° . Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 229 - Fachada mista de tijolos maciços (28°) e blocos de concreto (26°) para o 3º pavimento da interface. Fonte: Elaborada pelo autor.

TAMANHO ORIGINAL 18X 26 cm

Figura 230 - Interface de blocos de concreto, assentados com ângulo de sombra vertical de 36°, para o 2º pavimento da interface . Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 232 - Interface de blocos cerâmicos furados assentados de diferentes formas, com ângulos de sombra vertical 30° e 33°. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 231 - Interface mista de blocos cerâmicos (57°) e blocos de concreto (54°), para o térreo. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 233 - Interface mista de blocos cerâmicos furados e blocos de concreto, ambos com 20° de ângulo de sombra vertical. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 235 - Detalhe 01. Interface sul: dispositivos de proteção solar são pouco necessários.

Estratégia: ventilar e sombrear com vegetação. Fonte: Elaborada pelo autor.

SOUTH FAÇADE
WITHOUT SHADING DEVICES

FACHADA SUL COM ÁRVORES

SOUTH FAÇADE + TREES' SHADING

Figura 236 - Detalhe 02. Interface sul. Estratégia: brises verticais apropriados por diferentes usos e funções urbanos. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 237 - Detalhe 03. Interface Norte. Dispositivos de proteção solar variam de acordo com o pavimento. Criação de novos interstícios e percursos urbanos. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 238 - Detalhe 04. Interfaces Leste e Oeste. Estratégia: redesenho de interstícios e massa construída, com avanços e recuos que criam áreas sombreadas e oportunidades urbanas. Destaque para controle da interface pelo usuário. Fonte: Elaborada pelo autor.

ESTRATÉGIA 04

"Ainda vão me matar numa rua.

Quando descobrirem,

principalmente,

que faço parte dessa gente

que pensa que a rua

é a parte principal da cidade."

Leminski, Toda Poesia - (quarenta clics em Curitiba; 1976)

Reativar o uso e apropriação das ruas como efetivos espaços públicos, através de intervenções: a serem implantadas em etapas e com períodos experimentais; que restrinjam a passagem de veículos motorizados particulares em trechos e/ou períodos do dia; que eliminem as vagas de estacionamento, a serem concentradas em edifícios-garagem estrategicamente distribuídos; que permitam e incentivem usos urbanos como feiras livres, campinho de futebol para as crianças, expressão artística urbana, área de mesas de restaurantes durante o almoço; que proporcionem áreas de estar, calçadas generosas, bancos, sombra e árvores.

Tais intervenções concentram-se no eixo cruciforme proposto para a articulação urbana de Paraisópolis (em suas dinâmicas internas e externas), na escala do pedestre, com primazia do espaço público, em detrimento do automóvel (Figura 239).

As Figuras 240 a 247 experimentam novas alternativas de projeto, intervenção e uso das ruas, criando passeios integrados e que fomentem múltiplas apropriações urbanas.

Figura 239 - Interstícios urbanos de Paraisópolis com destaque para o eixo cruciforme, articulador urbano, na escala humana. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 240 - Corte-tipo de rua consolidada na Favela de Paraisópolis.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 241 - Estratégia 01: eliminar as calçadas segregadas e constituir um único passeio integrado, em mesmo nível, para veículos e pessoas (10m). Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 242 - Estratégia 02: leito integrado, em mesmo nível, e passeio de pedestres flexível (balizas móveis) em apenas um lado da via (3m + 7m). Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 243 - Estratégia 03: leito em mesmo nível, com passeio protegido para pedestres em apenas um dos lados da via (7m + 3m). Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 244 - Estratégia 04: recuo da massa construída e expansão dos interstícios urbanos (3,5m + 7m + 3m). Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 245 - Perspectiva da situação existente das ruas da Favela de Paraisópolis, calçadas como obstáculos, múltiplos fluxos na rua e fiação elétrica aérea. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 246 - Perspectiva. Proposta de requalificação da rua. Estratégia: passeio único integrado e em mesmo nível, com áreas sombreadas alternadas e balizas retráteis para atividades temporárias. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 247 - Perspectiva. Requalificação da rua. Estratégia: redesenho dos interstícios urbanos e iluminação pública associada à arquitetura. Fonte: Elaborada pelo autor.

ESTRATÉGIA 05

Reativar os becos, vielas, escadarias, varandas e lajes, interstícios urbanos característicos e fundamentais à favela, em seu uso e apropriação urbanos, e não como simples artérias de circulação ou espaços subutilizados. A estratégia é composta por intervenções em micro e mesoescala. A mesoescala é uma escala intermediária que articula, de forma sistêmica, a espontaneidade da microescala à abrangência da macroescala, sem demasiada rigidez.

Pode-se destacar a utilização de arte urbana, recoloração e numeração das casas como tentativas de fortalecimento da identidade dos moradores com o local. É encorajado o uso compartilhado do espaço urbano através da promoção de usos comerciais e pequenos equipamentos públicos e/ou comunitários, como biblioteca, centro de reciclagem, horta urbana, bicicletário, área para oficinas e projeção de vídeos, área de sentar, conversar, brincar. Além disso, práticas simples como a permeabilização das fachadas, armazenamento da água da chuva para reuso, jardins de chuva e biovaletas constituem pequenas estratégias que podem contribuir para a sustentabilidade do meio (as práticas são representadas pelos ícones da Figura 248).

Nas figuras 249 a 253 é experimentada a reativação de uma viela da Favela de Paraisópolis, a Vela São Clemente. Apesar disso, o exercício propositivo é tipológico, devendo ser absorvido e disseminado em demais vielas e becos da comunidade.

Figura 248 - Ícones representativos das práticas para a reativação ambiental, urbana e social das vielas, tendo por base as pré-existências e potencialidades. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 249 - Perspectiva. Experimentação da aplicação e apropriação de estratégias ambientais, urbanas e sociais para a requalificação da Viela Francisco Clemente. A proposta é fundamentalmente tipológica, servindo à investigação de outros interstícios de favela. Dimensões reais do desenho, feito à mão, 550 x 1.300 mm. Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 252 - Detalhe 03. Estratégias: agricultura urbana; adaptabilidade; reciclagem; escadaria como espaço de vida pública; numeração das casas e entrega de cartas; símbolo do lugar; "olhos da rua"; drenagem central; espaço para projeções; brincadeiras de rua; iluminação pública. Fonte: autor.

Figura 253 - Detalhe 04. Estratégias: estruturas temporárias; materiais drenantes; varal de roupas; festas públicas; intervenções artísticas; jardins públicos nas lajes; área para bicicletas; correta inserção ambiental (insolação e ventilação). Fonte: Elaborada pelo autor.

7. CONCLUSÕES

Figura 254 - Proposta de intervenção artística urbana. Criação de um símbolo de identificação e diálogo entre Paraisópolis e seu entorno. Fonte: Elaborada pelo autor.

O que fez e faz falta é pensar os territórios populares como cidade, partes indissociáveis da trama urbana, nós das redes urbanas, articulações dinâmicas do sistema sociopolítico-econômico que se materializa na formação urbana, contraditória mas integrada. Mesmo partida, a cidade é uma só: partida é seu modo de ser aquilo que é. E desse modo de ser o que é participa a parte subalterna, que a fratura tenta definir como resto, sobra e excesso. (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 11).

As favelas são, irrefutavelmente, uma realidade consolidada na cidade de São Paulo.

Surgiram e se desenvolveram ao longo de décadas, primeiro como aglomerados de barracos de madeira, sem água, luz e esgoto, e depois como construções de tijolos, com até quatro ou cinco pavimentos, podendo ser ocupadas por uma mesma família, por gerações, em meio a ruas asfaltadas, postes de energia elétrica, lojas e automóveis.

As favelas estão ali, consolidando-se em meio ao restante da cidade, lado-a-lado, compartilhando uma série de serviços e benefícios urbanos. Além disso, as favelas em si possuem acesso cada vez maior à infraestrutura e serviços urbanos e a quantidade de habitações em áreas de risco é gradativamente menor.

Nas favelas, residem parcelas significativas das populações urbanas nacional e municipal, representando grande massa política, além de constituírem um novo e importante mercado econômico-financeiro. Mesmo ainda dependentes dos bairros vizinhos, principalmente no que se refere à oferta de empregos de menor qualificação, o número de profissionais formados vem crescendo nas comunidades, assim como sua luta por direitos e autonomia.

Apesar das carências que persistem, grandes são as oportunidades urbanas latentes das favelas.

A dissertação aceita o desafio e estabelece como objetivos a caracterização e proposição da Favela de Paraisópolis, segunda maior comunidade de São Paulo, através da requalificação, resignificação e reativação dos interstícios e interfaces urbanos, que são, simultaneamente, o problema e o potencial da favela, a constituírem efetiva infraestrutura ambiental, urbana e social.

Metodologicamente, são fundamentais os seis pontos a seguir:

Primeiro, imersão na realidade investigada e comprometimento com sua melhoria, mesmo que em pequena escala. Para tanto, são lançadas quatro estratégias principais: de início, foi importante construir junto à comunidade, aos poucos, desde 2012, uma relação de mútua confiança, principalmente através da participação em projetos da União de Moradores, para o Edital Funarte de Ocupação do CEU das Artes e para o Concurso Cultura 2014 do Ministério da Cultura, além de outras propostas ambientais e paisagísticas, como o Projeto Paraisópolis Verde para a Copa de 2014 e o Projeto Nossa Paraisópolis; o Jornal do Povo, publicado pela União, é usado como meio de comunicação com a comunidade, possibilitando a troca de experiências e o compartilhamento de resultados de pesquisa, oferecendo respostas às carências locais, em forma de simples cartilha de recomendações; as oficinas e a exposição Cidade Viva | Cidade Sonhada, envolvendo o CEU-Paraisópolis e a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, foram atividades de intercâmbio recíproco de conhecimento, entre comunidade e universidade; a proposta de requalificação de uma viela em Paraisópolis é finalista do Concurso Internacional *Urban Urge Awards*, da *Mojdeh Baratloo* e *Columbia University*.

Segundo, busca-se sobrepujar estigmas e compreender, de forma sincera, a esfera social da favela. Como são os moradores de Paraisópolis, agentes de sua própria transformação? O objetivo é o de que as pessoas da comunidade não sejam avaliadas meramente como números ou porcentagens. Dessa forma, foram ouvidas e registradas histórias de vida de diferentes personagens da favela, entrelaçadas com a história de Paraisópolis em si. Além disso, no trabalho de campo, ao invés de levantamentos fotográficos e questionários-padrão exaustivos, que configurariam uma postura de “safari urbano”, optou-se por desenhos de observação e conversas informais.

Terceiro, o método da pesquisa é fundamentalmente empírico, com facetas ambiental, urbana e social. O desenho é adotado como ferramenta principal de caracterização, experimentação e proposição tipológicas. Assim como nos *Masters of Architecture* da *Architectural Association Graduate School*, a presente dissertação tem como objetivo final a proposição, como forma de investigação.

Quarto, a pesquisa lança mão de ferramentas das mais simples, como software na plataforma MS-DOS, às mais complexas, como impressão de modelo em 3D. Vale destacar, contudo, a preferência por ferramentas simples de medição, avaliação e simulação ambientais. Não haveria necessidade, por exemplo, de simular a ventilação natural na favela utilizando softwares de ponta, já que o Winair é suficiente. Além disso, a partir de ferramentas de fácil acesso, compreensão e utilização, a população moradora da favela pode, por si só, uma vez instrumentalizada, avaliar o desempenho ambiental de seu ambiente construído e chegar a soluções a serem aplicadas na vida real.

Quinto, no que diz respeito às avaliações e simulações ambientais, assim como preconiza o *Sustainable Environmental Design Programme* da AA, os resultados não são tomados como valores absolutos ou metas estritas a serem alcançadas e comparadas. Pelo contrário, a principal contribuição desse processo é o de compreensão qualitativa da situação avaliada.

Sexto, além de consultar livros, dissertações, teses e publicações em periódicos, de modo a constituir o embasamento teórico da pesquisa, a dissertação objetiva, despretensiosamente, a compilação de relatos e posicionamentos, a priori inéditos, de diferentes agentes, nacionais e internacionais, envolvidos com as questões de favela, como Richard Burdett, Elisabete França, Gilson Rodrigues, Klaus Bode, Milton Braga, Rainer Hehl e escritórios como Elemental e Rogers Stirk Harbour + Partners. Tais contribuições foram possíveis através de conversas e entrevistas realizadas em São Paulo e Londres, além de debates promovidos em paralelo à exposição com os desenhos das crianças de Paraisópolis, na Universidade de São Paulo.

Os resultados obtidos a partir das caracterizações, avaliações e simulações mostram que, apesar do clima favorável da cidade de São Paulo, as características estruturais e morfológicas da Favela de Paraisópolis a transformam em um meio urbano com ambientes internos e externos apartados, com desempenho ambiental deficiente e com reduzida, embora potencial, vida urbana.

Isto posto, são lançadas estratégias que sugerem, basicamente, a reativação e permeabilização de interstícios (ruas, becos, vielas, escadarias e lajes) e interfaces (fachadas edilícias) ao clima natural e a novos usos urbanos, por meio de proposições e intervenções ambientais, urbanas e sociais

articuladas em macro, meso e microescala.

De forma abrangente, são destacadas também três diretrizes gerais para a proposição e intervenção em favelas ou demais espaços urbanos periféricos, apartados e renegados: 1_é preciso substituir a dicotomia “formal x informal” pela sobreposição de “formal + informal”; 2_projetos devem ser sempre articulados nas escalas habitacional e urbana, jamais excludentes, de modo a preservar a rica urbanidade existente nos territórios informais; 3_uma vez instalada a infraestrutura básica, o principal papel dos profissionais urbanos é o de aconselhar a comunidade na tomada de decisões e oferecer instrução para que possam *do it yourself (DIY)*.

Por fim, pode-se dizer que a favela é mais cidade do que a própria cidade em que vivemos. Grande é a oportunidade de que este território informal, uma vez requalificado, venha a constituir um modelo a ser seguido pela dita cidade formal, oferecendo respostas à busca de melhores condições ambientais, urbanas e sociais.

Se me perguntassem, hoje, como definiria/descreveria o termo favela em apenas uma palavra, eu logo diria: FUTURO.

Figura 255 - Perspectiva geral da Favela de Paraisópolis. Proposta de requalificação ambiental, urbana e social de intersícios e interfaces urbanos. Dimensões reais do desenho: 850 x 1.200 mm. Fonte: Elaborada pelo autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS³⁵

³⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

ALENCAR, V.; BELAZI, B. **Cidade do Paraíso: há vida na maior favela de São Paulo**. São Paulo: Primavera Editorial, 2013.

ASHRAE. **Climate Design Data: Handbook of fundamentals**. Atlanta: ASHRAE, 2009.

AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 2005.

AUTODESK ECOTECT ANALYSIS. Disponível em: <<http://usa.autodesk.com/ecotect-analysis/>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

BRILLEMBOURG, A. et al. (Coord.). **São Paulo: Projetos de Urbanização de Favelas**. São Paulo: Habi – Superintendência De Habitação Popular, 2010, 124 p. Disponível em: <<http://www.habisp.inf.br/theke/documentos/publicacoes/spae/index.html>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

COSTA, M. B. **Design guidelines for informal urban communities**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Environmental and Energy Graduate Programme, Architectural Association School of Architecture, Londres, 2013.

CULLEN, G. **Townscape**. London: The Architectural Press, 1961.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial São Paulo, 2007.

ERELL, E.; PEARLMUTTER, D.; WILLIAMSON, T. **Urban microclimate: designing the spaces between buildings**. London: Earthscan, 2011.

FAVELA PAINTING. Disponível em: <<http://favelapainting.pr.co>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

FRANÇA, E.; COSTA, K. P. (Coord.). **Plano Municipal de Habitação**, a Experiência de São Paulo, volume 1. São Paulo: HABI Superintendência de Habitação Popular, 2012. (Coleção Política Municipal de Habitação: uma construção coletiva).

FRANÇA, E.; COSTA, K. P. (Coord.). **Do plano ao projeto: novos bairros e habitação social em São Paulo**, volume 2. São Paulo: HABI Superintendência de Habitação Popular, 2012. (Coleção Política

Municipal de Habitação: uma construção coletiva).

FROTA, A. B.; SCHIFFER, S. R. **Manual de Conforto Térmico**. São Paulo: Studio Nobel, 8ª edição, 2007.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Cidades paulistas**. Disponível em: <<http://www.cidadespaulistas.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

GROSBAUM, M. **O espaço público no processo de urbanização de favelas**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUERREIRO, M. R. **Interstícios urbanos e o conceito de espaço exterior positivo**. In: FORUM SOCIOLOGICO, n.18, II Série, 2008, Lisboa. Anais... Lisboa: Forum Sociológico, 2008, p. 13-19. Disponível em: < <http://sociologico.revues.org/219>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

HICKS, S.; DURAN, B.; WALLERSTEIN, N. et al. **Evaluating Community-Based Participatory Research to Improve Community Partnered Science and Community Health Progress in Community Health Partnerships**: Research, Education, and Action. 2012. v.6(3). p. 289-299. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3586244/>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Aglomerados Subnormais, Informações Territoriais. IBGE, 2010, p.83. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico**

2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=0&cod2=&cod3=&frm=urb_rur>. Acesso em: 10 out. 2012.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JOUSTEN, K. **Handbook of Vacuum Technology**. Wiley-VCH, 2008.

LABORATÓRIO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFICAÇÕES. **Arquitrop**. Disponível em: <<http://www.labee.ufsc.br/antigo/software/arquitrop.html>>. Acesso em: jan. 2014.

LAMBERTS et. al. **Towards a Brazilian standard for naturally ventilated buildings**: guidelines for thermal and air movement acceptability. In: Adaptive Comfort. London: Routledge, 2011.

LEMINSKI, P.; PIRES, J. **Quarenta clics em Curitiba**. Curitiba: Secretaria do Estado de Cultura, 1990.

MAGALHÃES, S. **Rio: favela ou bairro?** In: II COLÓQUIO BRASIL-PORTUGAL, 2010.

MEIRELLES, R.; ATHAYDE, C. **Um país chamado favela**: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Editora Gente, 2014.

MORIKAWA, S. M. **Refurbishment of Underused Buildings in Central Sao Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Environmental and Energy Graduate Programme, Architectural Association School of Architecture, Londres, 2012.

MUNIZ, J. R. **Informality as a Method**. Designing in rapidly growing economies. 2013. Dissertação (Mestrado) - Housing and Urbanism Graduate Program, Architectural Association School of Architecture, Londres, 2013.

NEW YORK CITY DEPARTAMENTS OF CITY PLANNING, DESIGN AND CONSTRUCTION, HEALTH AND MENTAL HYGIENE AND TRANSPORTATION. **Active Design**: Shaping the Sidewalk experience. New York, 2013. Disponível em: <http://www.nyc.gov/html/dcp/pdf/sidewalk_experience/active_design.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

O LADO MORUMBI de Paraisópolis. **Veja São Paulo**, São Paulo, 13 mai. 2011. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/paraisopolis-elite-morumbi>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e os assentamentos humanos**. 2000. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-os-assentamentos-humanos/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011**. Disponível em: <<http://www.un.org/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Rio+20: O Futuro que queremos. **Fatos sobre as cidades**. 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/cidades.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

PINTO, J. C. B. **Arquitetura e “lugar”**: edifícios, interstícios e o espaço urbano. 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PRINZ, D. **Urbanismo**. Lisboa: Presença, 1980.

ROSA, M. L. (Ed.). **Microplanning**: Urban Creative Practices. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

SAMORA, P. R. **Projeto de habitação em favelas**: especificidades e parâmetros de qualidade. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SAMORA, P. R.; VOSGUERITCHIAN, A. B. **Acesso solar e adensamento em favelas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO, 2., / IBEROAMERICANO. HABITAÇÃO SOCIAL: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 1., 2006, Florianópolis. Anais... Disponível em: <http://www.academia.edu/2570790/Acesso_solar_e_adensamento_em_favelas>. Acesso em: 10 set. 2013.

SANDERS, L.; STAPPERS, P. J. **Convivial Toolbox**: Generative Research for the Front End of Design. 2013.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Habitação, Superintendência De Habitação Popular. **A Cidade Informal no Século XXI**. São Paulo: Secretaria Municipal de Habitação, Superintendência

De Habitação Popular 2010, 188 p. Disponível em: < http://www.habisp.inf.br/theke/documentos/publicacoes/catalogo_exposicao/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2012.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Habitação. **Plano Municipal de Habitação**. São Paulo: Secretaria Municipal de Habitação, 2010, p.09.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Habitação, Superintendência De Habitação Popular. **Urbanização de Favelas**: A Experiência de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal de Habitação, 2008, 119 p.

SILVA, E. N.; RIBEIRO, H. **Alterações da temperatura em ambientes externos de favela e desconforto térmico**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, p. 663-70, 2006.

SILVA, J. S. et al. (Coord.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. 102p. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

SILVA, M. I. P. **Construir no Construído**: interstícios urbanos - lugares em suspenso. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013.

SZOKOLAY, S. V. **Introduction to architectural science**: the basis of sustainable design. Amsterdam: Elsevier Architectural Press, 2004.

TARIFA, J. R.; AZEVEDO, T. R. **Os climas na cidade de São Paulo**: Teoria e prática. São Paulo: Pró-reitoria de Cultura e Extensão da USP, Laboratório de Climatologia, FFLCH, 2001. (GEOUSP – Coleção Novos Caminhos, 4).